



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS NEOLATINAS

**A POLÍTICA LINGUÍSTICA ARGELINA EM NOTÍCIAS DE JORNAL: UM
ESTUDO SOBRE O DISCURSO REPRESENTADO**

Sany Lemos Moreira Monteiro

RIO DE JANEIRO
2013

Sany Lemos Moreira Monteiro

**A POLÍTICA LINGUÍSTICA ARGELINA EM NOTÍCIAS DE JORNAL: UM
ESTUDO SOBRE O DISCURSO REPRESENTADO**

Tese de Doutorado em Letras Neolatinas,
opção Língua Francesa, apresentado à
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em
Letras Neolatinas da Universidade Federal do
Rio de Janeiro.

Orientadora: Professora Doutora Márcia Atália
Pietroluongo.

Rio de Janeiro

2013

M775p

Monteiro, Sany Lemos Moreira

A política linguística argelina em notícias de jornal: um estudo sobre o discurso representado / Sany Lemos Moreira Monteiro, 2013.

137 f.: il..

Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas. Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Orientadora: Márcia Atalla Pietroluongo.

1. Língua francesa – aspectos políticos. 2. Francofonia 3. Análise do discurso 4. Linguagem e cultura - Argélia. I. Pietroluongo, Márcia Atalla. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras.

CDD 447.09

Sany Lemos Moreira

**A POLÍTICA LINGUÍSTICA ARGELINA EM NOTÍCIAS DE JORNAL: UM ESTUDO
SOBRE O DISCURSO REPRESENTADO**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras Neolatinas (Estudos Linguísticos Neolatinos - Língua Francesa).

Aprovada em _____ de 2013

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Atálla Pietroluongo
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Décio Orlando Rocha
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Prof^a. Dr^a. Maria Paula Frota
Pontifícia Universidade Católica - PUCRJ

Prof^a. Dr^a. Aparecida Lino Paulinokis
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Angela Maria da Silva Corrêa
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Luiz Carlos Balga (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Branca Falabella Fabrício (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dedico esta tese

as minhas filhas Laura e Clara, que nasceram ao longo do desenvolvimento deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, em especial aos meus pais, Deise e Samir, pelos estímulos e pelo amor incondicional que sempre demonstram por mim.

Ao meu marido Renato, pelo apoio e paciência que teve com nossas filhas durante o tempo em que estive envolvida com esta pesquisa.

A minha orientadora, Professora Doutora Márcia Pietroluongo, por incentivar o projeto de pesquisa, pela sua supervisão nas inúmeras reformulações do texto e pela sua compreensão diante dos vários momentos de dificuldade.

À Professora Doutora Ângela Maria da Silva Corrêa por compartilhar seu tempo, conhecimento e dedicação durante toda a pesquisa.

Ao Professor Doutor Décio Orlando Rocha pelas enriquecedoras sugestões no Exame de Qualificação e pela sua participação na Banca Examinadora.

Às professoras Maria Paula Frota e Aparecida Lino Paulinokis por também aceitarem compor a Banca Examinadora desta tese.

Aos amigos, Luiz Paulo Monteiro, Christian Mendes, Erika Noel e Cristiane Maria de Souza, pelos incentivos e demais colaborações.

À Jacqueline Authier-Revuz pela sua presteza no que diz respeito ao envio das cópias de seus artigos recentes.

“A multiplicidade dos homens é a verdade do próprio ser do homem.”
(Bakhtin, 1997, p.15)

RESUMO

MONTEIRO, Sany Lemos Moreira. A política linguística argelina em notícias de jornal: um estudo sobre o discurso representado. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

É de forma honrosa e diplomática que a política francófona vem ganhando espaço na mídia nos últimos anos. Entretanto, a Argélia, ex-colônia francesa, continua resistente às propostas francesas e nega sua adesão oficial à Francofonia. A grande questão deste trabalho é compreender como as questões referentes à recusa da Argélia estão sendo tratadas discursivamente na imprensa escrita. A discussão desenvolvida pelo jornal argelino *El-Watan* gira em torno da hipótese de que a não aceitação dos convites provenientes de autoridades políticas francesas persiste porque o francês é sinônimo de modernidade e remete sobretudo à direta herança do período colonial. Além disso, é sabido que a comunidade islâmica fortemente representada na Argélia não consegue conciliar seus dogmas religiosos com a laicidade republicana e, nesse sentido, aceitar a Francofonia significaria permitir um retorno às tradições de influência ocidental. Como os textos que compõem o *corpus* da pesquisa são expressivamente marcados pela “representação do discurso outro”, fenômeno linguístico e discursivo comumente conhecido por “discurso relatado”, a análise é feita com base nos conceitos de heterogeneidade enunciativa elaborados especialmente por Jacqueline Authier-Revuz. O objetivo principal é garantir uma análise que explore a pluralidade de “vozes” implicadas nesse tipo de texto a fim de identificar os efeitos de sentidos produzidos pela tomada de posição da imprensa argelina quando o assunto é a política linguística francófona.

Palavras-chave:

ABSTRACT

MONTEIRO, Sany Lemos Moreira. The Algerian linguistic policy in the newspaper: a study about the represented discourse. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

French-speaking politics have gained space in the media through the last years in an honored and diplomatic way. Nevertheless, Algeria, an ex-French colony is still resistant to the French proposals and refuses to officially join the Francophonie. The aim of this study is to understand how those questions, related to Algeria's refusals, are being treated discursively in the written press. The discussion that the Argelian newspaper *El-Watan* develops regards the hypothesis that the refusals of the several invitations made by French Political Authorities' persists because French is a synonym of modernity, and is mainly related to the direct inheritance of the colonial period. Furthermore, it is known that the Islamic community, which is strongly represented in Algeria, can't reconcile their religious dogmas with the republican secularism. Thus, accepting French-speaking politics would mean to allow the return of Western-influenced traditions. Since the texts that compose the *corpus* of this research are expressively marked by the “representation of the discourse other”, a linguistic and discursive phenomenon known as reported speech whose analysis is based on Jacqueline Authier-Revus' concepts of enunciative heterogeneity. The goal is to assure that the analysis will explore the polyphony involved in this sort of text with the aim of identifying the meaning effects produced by the Argelian society stand when it comes to French-language politics.

Keywords: Algeria - reported speech - France - French-language – enunciative heterogeneity - language politics – representation of the discourse other

RÉSUMÉ

MONTEIRO, Sany Lemos Moreira. La politique linguistique algérienne dans les dépêches de journal: une étude sur le discours représenté. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

C'est de façon honorable et diplomatique que la politique francophone se répand dans les médias ces dernières années. Toutefois, l'Algérie, ex-colonie française, continue à résister aux propositions françaises et nie son adhésion officielle à la Francophonie. Le grand but de ce travail est de comprendre la manière dont les questions liées au refus de l'Algérie sont traitées discursivement dans la presse écrite. La discussion développée par le journal algérien *El-Watan* fait l'hypothèse que la non-acceptation des invitations provenant d'autorités politiques françaises persiste car le français est synonyme de modernité et renvoie surtout à l'étroit héritage de la période coloniale. En outre, on sait que la communauté islamique, très représentée en Algérie, ne réussit pas à concilier ses dogmes religieux avec la laïcité républicaine et, dans ce sens, accepter la Francophonie équivaldrait à permettre un retour aux traditions occidentales. Étant donné que les textes composant *le corpus* de cette recherche sont davantage marqués par la « représentation du discours autre », phénomène linguistique et discursif connu comme « Discours Rapporté », l'analyse est faite à partir du concept d'hétérogénéité énonciative élaboré notamment par Jacqueline Authier-Revuz. L'objectif principal de cette thèse est de développer une analyse qui exploite la pluralité de « voix » impliquées dans ce type de texte afin d'identifier les effets de sens produits par la prise de position de la presse algérienne quand le sujet abordé est celui de la politique linguistique francophone.

Mots clés: Algérie – discours rapporté – France – francophonie – hétérogénéité énonciative – politique linguistique – représentation du discours autre

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

número	QUADROS	páginas
1	Justificativa da seleção dos textos	45
2	Operações de metalinguagem	71
3	Categorias da RDO	83
4	Função dos verbos <i>dicendi</i> na organização do texto argumentativo	89
5	Contraponto entre as colunas notícia e editorial 1	97
6	Contraponto entre as colunas notícia e editorial 2	97
7	Identificação das categorias de relato no <i>corpus</i>	99
8	Subdivisão do <i>corpus</i> por eixos temáticos	100
9	Incidência de discurso direto	102
10	Relação das personalidades políticas que ganham voz em nosso <i>corpus</i>	110
11	Incidência de discurso indireto	113
12	Incidência de discurso indireto com ilha textual	117
13	Incidência de discurso segundo	124
14	Incidência de discurso segundo com ilha textual	125
15	Incidência de modalização autonímica de empréstimo	127
16	Incidência de intertexto	128

LISTA DE ABREVIATURAS

ACCT	Agência de Cooperação Cultural e Técnica
AD	Análise do Discurso
ARD	Autorrepresentação do Dizer
DD	Discurso Direto
DI	Discurso Indireto
DIL	Discurso Indireto Livre
FLE	Francês Língua Estrangeira
DO	Discurso Outro
DR	Discurso Relatado
OIF	Organização Internacional da Francofonia
MAE	Modalização autonímica de empréstimo
MDS	Modalização em discurso segundo
RDO	Representação do discurso outro

FLE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA LÍNGUA FRANCESA E FRANCOFONIA.....	22
2 PANORAMA HISTÓRICO DA SOCIEDADE ARGELINA	29
2.1 DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL.....	29
2.2 DO PERÍODO COLONIAL.....	31
2.3 DO PERÍODO PÓS-COLONIAL.....	34
2.4 DA POLÍTICA FRANCÓFONA HOJE NA ARGÉLIA.....	39
3 METODOLOGIA DE PESQUISA: DELIMITAÇÕES DO <i>CORPUS</i> E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	42
4 QUADRO TEÓRICO	52
4.1 SOBRE OS GÊNEROS DISCURSIVOS.....	52
4.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO COM ENFOQUE NO GÊNERO NOTÍCIA.....	55
4.3 ENTENDENDO A CITAÇÃO HISTORICAMENTE.....	61
4.4 DO “DISCURSO RELATADO” À HETEROGENEIDADE DA “REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO OUTRO”.....	65
4.4.1 O heterogêneo no princípio da constituição do campo na metadiscursividade.....	68
4.4.2 Um campo heterogêneo no campo das formas.....	71
4.4.3 Língua e discurso: uma distinção a preservar.....	72
4.4.4 Heterogeneidades representada e constitutiva: articulação e fronteira.....	72
4.5 CARACTERIZANDO O CAMPO DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO OUTRO.....	82
4.5.1. O Discurso Direto, Indireto e Indireto Livre.....	83
4.5.2 Modalização em Discurso Segundo e Modalização Autonímica de Empréstimo...	91
4.5.3 Intertexto.....	93
5.1 O JORNAL, A NOTÍCIA E O EDITORIAL.....	94
5.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE A FRANCOFONIA NA IMPRENSA ARGELINA...	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
8. ANEXOS	139

1 INTRODUÇÃO

A grande questão desta tese é verificar de que modo a Argélia, ex-colônia francesa, se encontra posicionada frente às políticas francófonas. A Argélia seria o país “francófono” mais extenso demograficamente que poderia pertencer ao grupo político da Francofonia, mas que, de fato, não aceita as propostas de cooperação e bilateralidade oferecidas pelos franceses. A motivação para a elaboração desta pesquisa concentra-se no fato de o assunto ser, para nós, instigante, visto que as demais outras colônias pertencentes ao Magrebe, ou seja, os países que passaram por opressões bastante parecidas com as do caso argelino, não adotaram postura semelhante.

Nosso propósito de pesquisa é, pois, investigar as peculiaridades desta atitude político-linguística, uma vez que, como apresentado no parágrafo anterior, a Argélia persiste em adotar uma posição política que a diferencia de outras nações norteafricanas. Para fins de análise, selecionamos como *corpus*, notícias em língua francesa do jornal argelino *El-Watan*, tematizando as questões que giram em torno da recusa da Argélia frente às políticas linguísticas francófonas.

Busquei fazer o recorte do *corpus* verificando como a questão vem sendo colocada desde 2002 neste periódico argelino considerado como de âmbito nacional, visto que é neste ano que o chefe de estado argelino, Bouteflika, aceita, pela primeira vez, participar do encontro político chamado de *Sommet de la Francophonie*¹ e, para tanto, foi preciso romper com a tradição do país ao pronunciar-se oficialmente em língua francesa². A primeira expectativa de adesão através da aceitação do convite e também o pronunciamento em língua francesa geraram críticas no seio da sociedade argelina, o que fez a mídia interpretar tal ato como audacioso e, desde então, as manchetes do referido jornal passaram a criar uma enorme especulação sobre um possível retorno de relações com a antiga metrópole.

Nosso foco de interesse recai sobre o texto noticioso da imprensa escrita argelina, acreditando que por meio das discussões tecidas pelos jornalistas sobre o tema em questão seja possível entender como se configuram as definições sobre o que é a Francofonia para os argelinos hoje e, desta forma, verificar no que consiste a atual postura sustentada pelos argelinos. Vale salientar que não pretendemos mostrar que o espaço discursivo do conflito

¹ Definição explicitada na próxima seção.

² Após a trágica Guerra de Libertação Nacional de 1962, ficou determinado que todos os documentos oficiais do país seriam produzidos em língua árabe. Contrariamente à postura dos presidentes que o precederam, Bouteflika rompe com esta tradição ao elaborar um discurso de pronunciamento oficial em francês.

apresentado pela Argélia fecha-se nas vozes presentes na atual pesquisa, havendo várias outras fontes que não foram mencionadas, a saber, os discursos oficiais de autoridades argelinas e francesas, a mídia francesa e de outras nacionalidades árabes, as redes sociais e de pesquisa, etc.³

Todavia, fez-se necessário limitar o estudo a partir de um certo foco de observação e o critério norteador da escolha de um jornal que nos permitisse propor interpretações para o posicionamento argelino na contemporaneidade foi nosso direcionamento metodológico compreendido a partir de três critérios: (1) a incidência de nosso eixo temático no referido periódico, garantindo uma amplitude interpretativa que busca depreender os sentidos que derivam das práticas discursivas recorrentes ao longo dos últimos anos; (2) a constatação de que o jornal escolhido é considerado um dos líderes na Argélia e é de âmbito nacional, partindo da crença de que um jornal de grande circulação pode ter acentuada força de influência no pensamento do país; (3) a decisiva opção de trabalhar com o gênero notícia que, segundo propósitos institucionais do jornal, tem por objetivo apontar os acontecimentos de forma imparcial. No que concerne ao gênero notícia de jornal, nosso intuito é o de discutir a definição pragmática de que o ato enunciativo básico da imprensa seja o de informar a fim de acentuar que do ponto de vista discursivo os sentidos são sempre parciais e construídos historicamente, não podendo ser desvinculados também das dimensões sociais que constituem as relações entre a imprensa e a sociedade. Veremos mais adiante que esta suposta imparcialidade é tratada como um efeito de sentido que se produz a partir de certas modalidades discursivas.

É preciso salientar com insistência o terceiro item apresentado acima, visto que o percurso que nos permitiu abordar detalhadamente nosso objetivo foi moldado através de questionamentos que se concentram nele. Na medida em que fazíamos a leitura desses textos noticiosos, que buscam informar ao leitor um determinado assunto sem a pretensão de opinar, verificamos, quantitativas manifestações da apresentação da voz do outro, o que nos levou a tomar ciência de que estávamos diante de um texto específico, aquele que ao fazer uso do recurso chamado representação do discurso outro (doravante RDO), cria o aparente efeito de informar objetivamente. Convém explicar que na perspectiva da teoria das heterogeneidades enunciativas, a expressão “representação do discurso outro” designa o campo comumente conhecido por “discurso relatado” (DR doravante). A nova terminologia definida por Authier-

³ Ao longo do capítulo metodológico explicitarei o quanto a opção por um determinado recorte é responsável pelo condicionamento de uma perspectiva em prol de certo ponto de vista.

Revuz é justificada pelo fato de a proposta descrita pela tradição quanto aos estudos do DR não levar em conta que o conjunto do campo é especificamente permeado pelo heterogêneo.

A nova denominação evitaria o uso do termo “rapporté” que remete exclusivamente à recuperação de enunciados produzidos anteriormente, já que é possível relatar também mensagens futuras, hipotéticas, negadas ou que nunca acontecerão, isto é, a exclusão do termo em questão tem por interesse desvincular a mensagem representada de um referente que preceda o ato de enunciação. A título de ilustração, a autora apresenta algumas possibilidades deste fazer enunciativo, como: “*Talvez encontremos alguém que diga...; Seria bom que você dissesse: ...; Ah! Se alguém pudesse dizer ...; Eu nunca disse: ...; etc.* (2004, p.36)⁴

Como diz a autora, renomear o campo é também uma tentativa de desarticular a trilogia Discurso Direto, Discurso Indireto e Discurso Indireto Livre (DD, DI, DIL doravante) prescrita pela prática convencional, buscando incluir a modalização em discurso segundo (MDS doravante) e a modalização autonímica de empréstimo (MAE doravante) como sendo dois outros modos de representação de um discurso outro. Para ilustrar as formas descritas acima, temos respectivamente: “*Segundo ele, as estatísticas mentem.*” e “*Ele está lhe ‘fazendo a corte’ como diria minha avó.*” (2004, p.40).

O viés discursivo traçado por Authier-Revuz para compreender o funcionamento da língua é a terceira razão que resultou na escolha desta nomenclatura. Apoiada na premissa de que a língua não pode ser reduzida apenas a sua função de instrumento de comunicação, a autora empreende um estudo no qual a língua é percebida enquanto fenômeno metadiscursivo fundamentalmente. Assim, privilegia-se o estudo do retorno reflexivo dos enunciadorees sobre suas próprias palavras, insistindo sobre a capacidade de o sujeito refletir sobre aquilo que ele enuncia, isto é, a busca de adequação de um termo, um comentário do enunciador no interior mesmo da sua enunciação, etc. Este redirecionamento permitiu que a autora desenvolvesse um estudo voltado para a zona específica da “autorrepresentação do dizer”⁵ (ARD doravante), que compreende o conjunto das formas “reflexivas” circunscritas ao espaço de um dizer. A terminologia “RDO” visa posicionar explicitamente que o domínio visado também é o da metadircursividade (discurso sobre discurso), entretanto a opção pelo termo “discurso outro” surge para fazer oposição ao campo específico da reflexividade da “autorrepresentação”, bem

⁴ É importante esclarecer que serão de nossa autoria as traduções de todas as citações retiradas dos textos teóricos não publicados em português.

⁵ Para situar a fronteira da autorrepresentação como sendo um domínio da metadircursividade, Authier-Revuz (2004) propõe alguns exemplos do fenômeno: (1) Eu lhe digo isso diretamente: não vá. (2) Eu te direi que estou farto desses atrasos repentinos. (3) Eu preciso negociar, eu disse negociar, com os interesses, e não [...] (discussão, instância universitária, maio de 1994). Percebe-se que todos os parâmetros do ato representado coincidem com os do discurso em curso.

como para abarcar a questão da alteridade (do discurso outro). Entender a alteridade discursiva é acreditar que todo dizer é habitado e atravessado por outras vozes, que constituem e determinam o sujeito, a partir de uma memória da língua. Vale acrescentar que a memória também é determinada sócio-historicamente⁶.

No caso da nossa tese, que busca entender na materialidade discursiva o posicionamento político argelino relacionado à Francofonia, foi importante balizar a configuração textual do material escolhido, pois para propormos as devidas interpretações aos efeitos de sentidos que estavam inseridos no nosso *corpus*, partimos da premissa de que a citação que supõe reproduzir textualmente as palavras de alguém é inserida no texto noticioso para garantir o efeito de confiabilidade que o jornal busca atingir junto ao seu público-leitor. Em outras palavras, foi também com o compromisso de desfazer a definição pragmática de que o texto noticioso existe para “informar” que traçamos nosso caminho para entender o funcionamento discursivo do referido gênero.

Com efeito, podemos dizer que nosso objetivo é identificar as variáveis das falas representadas presentes no discurso jornalístico cuja característica é de base informativa e cujo tema é a política linguística francófona argelina para, dessa forma, evidenciar os efeitos de sentidos que estão sendo construídos neste lugar de produção discursiva. A opção por analisar os efeitos de sentido recorrentes nos artigos da imprensa escrita argelina a partir de marcas discursivas que introduzem a voz do outro no corpo da notícia deve-se à constatação de que o critério escolhido pelo jornalismo para “reproduzir” os fatos da atualidade é feito com muita incidência por meio da elaboração de enunciados representados, fenômeno percebido no gênero dos textos que foram traçados como *corpus*.

Abordando a problemática da heterogeneidade enunciativa desenvolvida por Jacqueline Authier-Revuz (1990), que se define como inscrita no escopo teórico específico das “Teorias da Enunciação”, a análise das notícias levará em conta os mecanismos discursivos de apropriação da voz do outro como sendo responsáveis por um efeito de objetividade que garantiria a aparente imparcialidade que os jornais buscam alcançar. Refletiremos também sobre as contribuições que a noção de RDO pode oferecer à questão da alteridade na linguagem. Optamos por esse percurso a fim de criticar a pretensão declarada pelos jornais de que a opinião não é o propósito primordial do texto noticioso e para, dessa forma, deprendermos os argumentos inseridos no texto em prol de certos pontos de vista.

⁶ Este conceito será retomado ao longo do capítulo 4.

Neste sentido, proponho um primeiro breve capítulo que incidirá sobre a trajetória histórica da língua francesa e o surgimento da Francofonia enquanto instituição. Apontarei os grandes marcos históricos que permitiram que a língua francesa fosse considerada idioma de prestígio nos séculos passados. Em seguida, resumirei a razão pela qual a França é um país que investe na difusão da língua francesa. Por último, apresentarei os propósitos da fundação da *Organisation Internationale de la Francophonie*⁷ e explicitarei que tal organização está revestida de contradições nem sempre consideradas pelos seus membros.

O capítulo dois está dedicado ao panorama histórico referente aos momentos que constituem a formação e construção da identidade da sociedade argelina, focalizando sobretudo o período colonial, etapa de fundamental importância para a compreensão e análise das citações que compõem o *corpus* da pesquisa. Para este estudo, apoiar-me-ei especialmente no descritivo feito pelo sociólogo Pierre Bourdieu em seu livro *Sociologie de l'Algérie*. Outro autor que também é relevante para o entendimento das consequências do Colonialismo chama-se Frantz Fanon. Para discutir as questões contemporâneas pautar-me-ei nos trabalhos desenvolvidos por Albert Memmi em *Retrato do Colonizado precedido de Retrato do colonizador* (1985/2007a) e *Retrato do descolonizado árabe-mulçumano e de alguns outros* (2004/2007b). A escolha dos teóricos em questão para analisar a formação do país está estreitamente ligada à relação que os mesmos estabelecem com a sociedade magrebina.

Bourdieu vive na Argélia durante seu serviço militar, para o qual foi convocado em 1955. O mesmo permanece um período maior na Argélia porque é convidado a lecionar filosofia na Faculdade de Argel. Entretanto, apaixonado pelas particularidades que caracterizavam os “cabilas”, um dos subgrupos de “berberes” que compunha a sociedade argelina, Bourdieu decide mudar seu foco de interesse, dando início aos seus estudos em Sociologia. O estudo dessa área do conhecimento lhe permite refletir e elaborar seu primeiro livro, a obra cujo título é *Sociologie de l'Algérie*. Embora o mesmo não tenha detalhado a Guerra da Argélia em si, ocultação explicada pela data de publicação da obra⁸, Bourdieu fez um balanço crítico sobre o que havia acumulado através de leituras e observações durante sua estada na Argélia e, nesse sentido, foi capaz de nos apresentar, sob seu olhar, as causas fundamentais que deram origem às grandes revoltas.

⁷ No decorrer do texto, o organismo conhecido por *Organisation Internationale de la Francophonie*, cuja tradução é *Organização Internacional da Francofonia*, aparecerá através da sigla OIF.

⁸ O livro é publicado em 1958, período já caracterizado por grandes conflitos e lutas pela independência, todavia, a data histórica da Guerra da Argélia é 1962.

A reflexão que farei sobre a sociedade argelina na sua modernidade tem como fonte bibliográfica os relatos sobre as atrocidades da guerra de libertação da então colônia francesa deixados pelo psiquiatra com formação em filosofia e literatura Frantz Fanon e os trabalhos do escritor Albert Memmi consagrados às ex-colônias, particularmente à sociedade árabe-muçulmana atual. Fanon engajou-se na luta pela independência da Argélia (1954 – 1962) e sob uma perspectiva psiquiátrica e fazendo uso do conceito de “alienação” desenvolvido por Marx, o autor destaca as fraquezas que comprometem a libertação do argelino como sendo produto da situação colonial. Memmi, por sua vez, nascido na Tunísia ainda sob domínio francês, pôde experimentar parte da opressão colonial, o que lhe permitiu compreender na essência os efeitos psicológicos do colonialismo. Além disso, o escritor volta seus estudos para a situação atual dos povos descolonizados e analisa as diversas causas de falência das ex-colônias. Para Memmi, a descolonização que deveria engendrar liberdade ao homem não produziu o efeito esperado.

O terceiro capítulo reúne as etapas que me permitiram fazer a delimitação do *corpus* a ser analisado e a determinação das noções operatórias pertinentes às análises. Dedicamos especial atenção à metodologia de pesquisa que traçamos para desenvolvermos nossa análise, apresentando os impasses e tomadas de decisões que nos permitiram elaborar este estudo.

O quarto capítulo da pesquisa articula alguns conceitos que, paralelamente à abordagem da heterogeneidade enunciativa sobre a RDO, contribuíram no auxílio da constituição da base teórica desta tese de doutoramento. Para tanto, inicio esse capítulo apresentando a noção de gênero discursivo segundo critérios bakhtinianos. Sirvo-me também dos trabalhos de Charaudeau (2010) para descrever as condições de funcionamento da notícia de jornal. Além disso, faço também uma breve síntese sobre a história da citação apoiada na perspectiva de Antoine Compagnon (1979/2007) e de Laurence Rosier (2008) para compreendermos a forma como as gramáticas percebem tal fenômeno. É no último item desse capítulo que explorarei a noção que mais nos interessa nessa tese, aquela que engloba os estudos da RDO sob a ótica da heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz. Para a autora, construímos nossos discursos com as palavras dos outros, sendo impossível definirmos o posicionamento de um enunciado sem correlacioná-lo a outros. Entretanto, toda essa remissão aos discursos “já-ditos” não é percebida pelo enunciador.

Com efeito, nos últimos itens do capítulo quatro, esboçarei como as contribuições dos estudos com enfoque para a alteridade discursiva formulada por Authier-Revuz são fundamentais para a compreensão da RDO. Ao tratar a problemática da heterogeneidade

enunciativa como essencial para a constituição de qualquer enunciado, a autora cria as noções de heterogeneidade mostrada e constitutiva. Nessa perspectiva de distinção e, ao mesmo tempo, de correlação entre as heterogeneidades, é que Authier-Revuz acredita poder encaixar a RDO na sua proposta de heterogeneidade mostrada, visto que este recurso é caracterizado pelas suas marcas explícitas de heterogeneidade ao passo que a heterogeneidade constitutiva pertence à ordem do inconsciente. Ainda que Authier-Revuz (1990, p.32) direcione o estudo da RDO para aquele inserido no caso da heterogeneidade mostrada, a autora não deixa de estabelecer uma interdependência de tal estudo com a heterogeneidade constitutiva, pois sua elaboração teórica toma os casos de heterogeneidade mostrada como “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso”.

O diálogo que estabelece a teoria desenvolvida por Authier-Revuz com outras correntes teóricas que discutem a alteridade da linguagem nos fez lançar mão da noção de “duplo dialogismo” anteriormente elaborada por Mikhail Bakhtin (1979), reflexão que, segundo Authier-Revuz, contribui igualmente para a apreensão da linguagem como polifônica por constituição. Ademais, como a Teoria da Enunciação de Authier-Revuz também opera interfaces com a psicanálise e a Análise do Discurso de escola francesa, apontarei de que forma o quadro teórico da linguista articula os estudos sobre o inconsciente de Lacan e o conceito de interdiscurso de Pêcheux.

Com foco na elaboração teórica sobre RDO apresentada por Authier-Revuz, buscamos, no quinto capítulo, propor interpretações a um *corpus* em língua francesa de recortes do jornal argelino *El-Watan* que incidem sobre como a política francófona vem sendo colocada na mídia escrita nos últimos anos. O objetivo principal é garantir uma análise que explore um *corpus* marcado predominantemente por excertos em RDO a fim de destacar a pluralidade de “vozes” e as estratégias discursivas implicadas neste tipo de texto.

Ao discorrer sobre a natureza do discurso midiático com ênfase no gênero notícia, verificaremos como a fala relatada é um recurso estratégico ao qual recorre grande parte dos jornalistas para imprimir em seu texto um caráter de imparcialidade. Na análise da estruturação do texto jornalístico, focar-me-ei nas diferentes marcas que caracterizam o processo da citação, apontando que, embora tais marcas sirvam, segundo a tradição das gramáticas, como transmissores de uma mensagem dita anteriormente, todo discurso representado pode assumir propósitos comunicativos diferentes do seu texto original quando inserido num segundo texto.

No sexto capítulo, pretendo apresentar o resultado de nossas análises discursivas. Apontaremos que os dados recolhidos sobre a formação da identidade argelina e as principais transformações que o sistema colonial deixou na sociedade argelina nos auxiliaram a conhecer mais precisamente as questões sócio-históricas que circunscrevem a temática que propusemos trabalhar. Todavia, a delimitação do *corpus* e suas respectivas análises assumiram papel central para atingirmos nosso objetivo, uma vez que o espaço teórico discursivo de cunho enunciativo é capaz de reproduzir suas próprias fontes de reflexão.

1.1 BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA LÍNGUA FRANCESA E FRANCOFONIA.

Ao longo da tradição que retrata a história da língua francesa, reconhecemos dois momentos que impulsionaram a expansão do francês como língua de prestígio. Tanto a Contra-Reforma Católica como a fundação da Academia por Richelieu permitiram que, no decorrer do século XVII, o francês pudesse, progressivamente, tomar o lugar renomado outrora ocupado pelo latim enquanto língua erudita. Esse reconhecimento é atingido por dois motivos fundamentais: o poder militar e político da França na época e as supostas qualidades intrínsecas de clareza e elegância atribuídas à língua francesa, critérios capazes de proporcionar a criação do Mito do Gênio da Língua Francesa⁹. É então no século XVIII que a língua atinge seu primeiro grande apogeu enquanto língua diplomática, sendo ela representada em todas as cortes europeias.

O segundo marco histórico significativo acontece durante a expansão colonial ocorrida no início século XIX. Era preciso, neste momento, abarcar o maior número de territórios a fim de assegurar a política construída no final do Segundo Império por Napoleão III e, neste sentido, a língua francesa é de essencial importância para o melhor controle da divulgação do progresso cultural e industrial do mundo. Nota-se que a noção de universalidade francesa restrita à Europa ganha proporções de caráter internacional no século XIX e início do século XX, pois como nos explica Xavier Deniau (1983) tem-se, com o aumento do número de falantes da língua, um enorme avanço em relação à formação de professores habilitados para dar conta do ensino no exterior, uma vez que com a abertura de colégios e liceus franceses em grande escala nos diversos continentes de presença francesa era preciso qualificar um número

⁹ A crença de um Gênio próprio ao francês é explicitada em *De l'universalité de la langue française* (1966) de Antoine Rivarol. Ao insistir sobre a qualidade do francês, o autor busca escolher entre as línguas das grandes nações da Europa aquela que seria mais propícia para suceder ao latim. Dessa forma, ele garante que, em razão de sua admirável clareza e natural ordem direta, o francês era a única língua com vocação capaz de substituir o latim.

significativo de profissionais. Além disso, a criação da Aliança Francesa em 1883 representa o quanto a política cultural externa francesa é uma política de difusão da língua, exigindo, logicamente, um grande investimento no ensino do idioma.

Entretanto, o declínio de toda essa supremacia se inicia no momento em que os Estados Unidos passam a intervir na Primeira Guerra Mundial. O ato histórico que põe fim à carreira do francês nas relações diplomáticas é o documento chamado *Tratado de Versalhes*, assinado em junho de 1919. Trata-se de um acordo de paz que finaliza a guerra e assegura a derrota dos alemães. Este documento é escrito em duas versões, uma em francês e outra em inglês, visto que os representantes americanos e ingleses não falavam francês e, em escala global, o número de falantes do idioma francês era inferior ao do inglês.

Até a assinatura deste documento, o francês possuía o privilégio de ser a única língua oficial das conferências internacionais, porém a partir da data já mencionada, o poderio político e econômico americano começa a fazer do inglês a língua internacional. Embora conste que o motivo da mudança tenha sido o já apontado acima, sabe-se que a questão lingüística nas relações internacionais tem uma importância que não se limita àquela de facilitar as trocas comunicativas, pois alcança considerações de vantagem política. De acordo com a reflexão de Louis-Jean Calvet (1995/2007), as intervenções e mudanças nas políticas linguísticas têm caráter eminentemente social e político, logo é o poder político vigente que legitima e privilegia uma ou outra língua. É diante deste panorama que o mesmo autor afirma:

Para o resto do mundo, assim como para a Europa, (...) a política linguística da França tem um nome: o inglês. Foi em 1919 que, pela primeira vez na história das relações internacionais, um tratado foi redigido em duas línguas, o francês e o inglês. O presidente americano Woodrow Wilson exigira que o Tratado de Versalhes não fosse escrito apenas em francês. Data simbólica, pois desde então a França se esforça para manter o *status* internacional de “sua” língua. (op. cit., p.141- grifos do autor)

É em meio a essa nova trajetória que acompanha a política linguística francesa que na *Convenção de Niemey* de 20 de março de 1970 surge a *Agence de coopération culturelle et technique*¹⁰, hoje renomeada OIF. A Organização é uma instituição intergovernamental que reúne países de língua francesa fundada sobre o princípio de uma língua e de valores comuns. Com sede em Paris, a OIF é uma pessoa jurídica de direito internacional público e a instituição conduz ações nos campos da política internacional e da cooperação multilateral. Na página de abertura do site oficial da OIF, encontrei o resumo dos princípios que

¹⁰ O organismo é conhecido em português pela denominação Agência de Cooperação Cultural e Técnica. No decorrer do texto, o mesmo organismo será mencionado através da sigla ACCT.

caracterizam o projeto político da instituição: “A organização conduz uma ação política em favor da paz, da democracia e dos direitos do Homem e dirige em todos os domínios uma integração entre seus membros”. (Site Oficial da OIF – Tradução nossa)¹¹

Ainda que nenhuma menção à organização britânica conhecida por *Commonwealth* tenha sido encontrada no histórico do projeto difundido pelo site oficial da OIF, a Francofonia enquanto instituição assemelha-se a essa proposta britânica fundada em 1926 que buscava, após as independências das antigas colônias, reagrupar o antigo Império Britânico numa associação política. As nações membros dessa organização, como descrito na *Declaração de Cingapura*, cooperam num quadro de objetivos comuns.

Ora, atualmente a OIF reúne 57 países membros e 20 observadores, totalizando 890 milhões de habitantes. O secretário geral da Francofonia é, desde 2003, o antigo presidente da República do Senegal, Abdou Diouf. Devido às necessidades que surgem no decorrer dos anos, as missões da OIF são revistas e remodeladas. O último descritivo, feito para ter duração de 2004 até 2014, nos apresenta quatro princípios essenciais: (1) *promover a língua francesa e a diversidade cultural e linguística*; (2) *promover a paz, a democracia e os direitos do Homem*; (3) *apoiar a educação, a formação, o ensino superior e a pesquisa*; (4) *desenvolver a cooperação a serviço do desenvolvimento sustentável*. (Site Oficial da OIF).

A instância política que concede e oficializa os acordos da OIF é o Encontro dos Chefes de Estado conhecido por *Sommet de la Francophonie*. A reunião aconteceu pela primeira vez em Versalhes no ano de 1986, e, desde então, os países membros e/ou observadores se encontram a cada dois anos. A título de exemplificação, o último encontro do grupo (XIV Sommet) foi sediado no Congo e, como prevê sua gestão, gerou-se um documento intitulado *Declaração de Quinxassa*, no qual as decisões tomadas na conferência tornam-se públicas.

Uma análise mais apurada dos conceitos que compõem os critérios e objetivos da instituição nos permite perceber que muito além das propostas que se busca promover em prol de uma unidade linguística, a Francofonia busca assegurar o fortalecimento das comunidades francófonas para, dessa forma, reunir um grupo que possa não só fazer frente ao modelo econômico atual no qual o inglês tem predominância, mas também com o intuito de não deixar todas as conquistas já sedimentadas anteriormente se extinguirem.

Com efeito, embora haja uma tendência a se pensar em francofonia de forma unificada, é importante fazer a distinção entre os termos “francofonia” e “Francofonia”. A

¹¹ <http://www.francophonie.org/oif/historique.cfm>, sítio eletrônico consultado em 15/02/2011

francofonia que é representada pelos falantes do idioma por razões diversas - incluindo aqui não só os franceses, mas também toda a comunidade que surge na opressão colonial - nada tem a ver com a Francofonia institucional, que é representada por uma Organização, cujos valores sofrem considerações políticas. Segundo reflexão de Calvet:

É preciso considerar a francofonia sob dois pontos de vista: a francofonia é, com efeito e, ao mesmo tempo, uma realidade sociolinguística, produto da história – particularmente da história colonial – e um conceito geopolítico recente, cuja ideia foi lançada em 1964 por dois chefes de Estado, Léopold Sedar Senghor e Habib Bourguiba. (Calvet, 1995/2007, p.136)

Aliás, constatamos também em nosso *corpus* que o uso das expressões Francofonia/francofonia é feita, com muita incidência, de forma indiscriminada. Entretanto, convém registrarmos aqui o momento em que identificamos a distinção dos conceitos supracitados.

(...) il est impératif de faire le distinguo entre francophonie et Francophonie. «Il y a la francophonie de l'Etat, dont la conception des choses est une démarche purement politique, et il y a la francophonie du peuple, qui est dans le subconscient et dans l'affect», a-t-il précisé. «La francophonie institutionnelle est représentée par l'Organisation internationale de la francophonie (OIF), qui est avant tout un outil de pression, de négociation, polluée par des considérations politiciennes. (*Corpus* – texto 11)

Se fizermos uma releitura reflexiva sobre o histórico que inspira o projeto que preza a Francofonia, constatamos que, de fato, o objetivo primeiro é unificar através da língua francesa espaços de diálogos e de culturas nos quais o respeito deve ser sempre abrangido. Porém, se pensarmos na trajetória histórica da língua francesa, o interesse incessante da França hoje em abarcar os quatro cantos do mundo nos permite desconfiar deste afínco ideológico.

Como nos mostra Xavier Deniau (1983), o termo “Francofonia” é mencionado pela primeira vez em 1880 pelo geógrafo republicano Onésime Reclus com o objetivo de classificar os habitantes do planeta em função da língua que estes falavam. Tal classificação é feita para mediar o destino da colonização, pois enquanto nacionalista e a favor da expansão colonial francesa, ele precisava controlar percentualmente a promoção da conquista.

Entretanto é o político e poeta senegalês Léopold Sédar Senghor que faz ressurgir o termo em 1962, oferecendo ao vocábulo uma audiência internacional até então desconhecida. O intelectual é quem busca através da língua francesa o reconhecimento das culturas

africanas. Engajado na luta pela independência africana e participante ativo do movimento denominado Negritude que surge na década de 1930, Senghor relança o termo e o redefine.

A Francofonia é o humanismo integral que se tece em torno da terra, uma simbiose de energias adormecidas de todos os continentes, de todas as raças que despertam com o seu calor complementar. (SENGHOR, 1962)¹²

A França só se engaja nesta política em 1986 quando o General Charles de Gaulle se pronuncia no Quebec sobre seu interesse de participação à ACCT, primeiro nome dado à instituição. Verifica-se, como nos diz Calvet (1999), que a tomada de consciência da “crise do francês” faz com que representantes franceses promovam e estendam o conceito que é iniciado no seio da comunidade intelectual africana.

Anteriormente ao desenvolvimento das políticas que norteariam a instituição, a França criou leis para intervir na forma da língua, para excluir os empréstimos, estrangeirismos, etc. A “loi Bas” de 31 de dezembro de 1975, por exemplo, permitia sancionar as empresas que não fizessem uso do francês em seus produtos e propagandas por meio de multas custosas. Os discursos sobre os decretos de intervenção linguística pautavam-se em argumentos que acentuavam o benefício de uma unidade linguística e, intercedendo nas mudanças da estrutura formal da língua, a política linguística divulgada era aquela que se apoiava na purificação da língua. Nota-se, assim, que não houve uma iniciativa política de reflexão sobre a função da língua naquele momento histórico e, conseqüentemente, todo esforço aplicado para controlar uma modernização que deveria ter sido encarada como natural não modificou o estatuto do francês absolutamente. De acordo com Calvet, buscou-se solucionar o problema da decadência do uso da língua francesa, que não ocupava mais uma posição prioritária internacionalmente, por meio de princípios ligados estreitamente a um controle na estrutura formal da língua.

Ainda que Calvet (1999) nos diga que o esforço feito para solucionar o problema do resgate do uso do francês, realizado por meio de decretos e sanções, tenha ocorrido medindo princípios internos à língua, sem considerar que a questão era essencialmente externa e de ordem sociolinguística, o estudioso acredita que toda tentativa de promoção do francês na atualidade busca recuperar uma era idealizada que nunca existiu. Ele sustenta esta ideia ao acreditar que o poder econômico da França e, sobretudo, o ilustre reconhecimento da literatura francesa no século XVIII permitiu que o francês fosse a língua de prestígio. Mas,

¹² <http://www.esprit.presse.fr/review/article.php?code=6320>, sítio eletrônico consultado em 12/05/2009

como o mesmo esclarece, neste período a língua era de domínio exclusivamente dos monarcas.

Na época em que, dizia-se, todo mundo fala francês na Europa, este “todo mundo” designava, de modo bastante elitista, a nobreza e a grande burguesia cujos membros haviam estudado em francês, mas não dizia respeito à população europeia como um todo: é evidente que os povos europeus falavam suas respectivas línguas e não o francês. (CALVET, 1999. p. 264).

Segundo Calvet (1999), em termos percentuais, o francês da atualidade se democratizou e ultrapassou as fronteiras europeias, pois se fala mais francês hoje no mundo do que em qualquer época anterior. Ironicamente, o estudioso diz que o percentual de francófonos daquele momento¹³ teria surpreendido Rivarol quando este redigia seu *Discurso sobre a universalidade da língua francesa*, pois o mesmo chamava de “universal” uma língua de fronteiras restritas. Conforme Calvet, “tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista geográfico, a língua francesa ocupa hoje posições finalmente melhores do que há um século”. (op. cit., p. 264).

Calvet (1999) acrescenta que o discurso pessimista de recuo do francês é oriundo da necessidade de fazer política através da língua, sendo, na verdade, uma forma de concorrer ao poderio político norte-americano.

Então, de onde vêm os discursos pessimistas sobre o recuo do francês? Eles são provenientes, certamente, de outra análise que leva em consideração não o progresso do francês propriamente dito, mas seu recuo em relação ao inglês. (op. cit., p. 264)

O Abade Gregoire, durante a Revolução Francesa, fez os franceses acreditarem que falar francês significava um modo essencial de se tornar patriota e, assim, divulgou a crença de que somente a unidade linguística seria capaz de garantir a integridade do país. Nesse momento, o objetivo era acabar com a variedade de falares franceses conhecidos por “patoás”.

Para extirpar todos os preconceitos, desenvolver todas as verdades, todos os talentos, todas as virtudes, unir todos os cidadãos em uma única massa nacional, (...) é necessário identidade de linguagem. (GRÉGOIRE apud HAGÈGE, 1996, p. 85)

A sustentação ideológica da OIF não difere muito da difusão feita pelo representante religioso no período revolucionário. Hoje, busca-se a democracia através da unificação

¹³ Calvet estima que como língua primeira, incluindo os locutores da França, Bélgica, Suíça, Luxemburgo e Canadá, o francês totalizaria 70 milhões. Ele incluiu também 14 milhões de francófonos suplementares no Magrebe, África Negra e Ásia e acrescentou os locutores estrangeiros que estudavam a língua francesa como língua segunda, sendo estes cerca de 30 milhões. (op. cit., p. 263). Vale lembrar aqui que tais dados estão desatualizados devido à data de publicação da obra.

linguística e, como supracitado, a mesma reivindicação foi respaldada outrora num caráter de liberdade nacional. A política de blocos econômicos e políticos, que muito interessa a França nos dias atuais, acompanha a evolução da necessidade contemporânea de fortalecimento das grandes nações.

O capítulo que se segue busca apresentar alguns fenômenos fundamentais que constituem a história da sociedade argelina para, deste modo, contextualizarmos o entorno social, histórico e político-linguístico de nossa pesquisa.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA SOCIEDADE ARGELINA

2.1 DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

A Argélia, país da África do Norte que faz parte do Magrebe, é formada por grupos étnicos distintos. Os dois componentes fundamentais que caracterizam a identidade do povo argelino são os “berberes” e os “árabes”. Os subgrupos de berberes de maior relevância para o país são os cabilas, os chaouis e os mobitas. Estes grupos coexistem num único território e apresentam extraordinárias diversidades culturais, o que permite ao país apresentar estruturas sociais contrastivas.

Todavia, como nos diz Pierre Bourdieu (1958/2001), a grande maioria dos berberes, conjunto de etnias autóctones norte-africanas, foi arabizada, ficando quase impossível distinguir, nos dias atuais, os termos “arabismo” e “berberismo”. Os berberes sofreram com a ocupação romana e a cristianização e, em seguida, passaram pela invasão árabe sendo convertidos à religião islâmica. As trocas foram tão intensas e prolongadas que os termos em questão só seriam definidos separadamente por meio de uma reconstrução histórica capaz de recuperar o confronto dialético entre os povos.

Em meio a infinitas variações, a sociedade argelina se constitui e apresenta uma civilização original. Dentre as contradições de diversidade e uniformidade existem alguns fortes traços que caracterizam a sociedade como um todo, sendo eles: intenso sentimento comunitário, estrutura patriarcal da família, na qual o chefe é venerado como Senhor, poligamia simultânea ou sucessiva, culto aos santos pertencentes ao marabutismo, superstições e crenças árabes, língua árabe, etc. Como explica Bourdieu, minúcias culturais existem, porém nada tão intenso que seja capaz de reorganizar tais princípios.

Talvez o princípio de dissimilação tenha sua relevância, mas dentro de limites bem precisos, mudança no enfoque, reinterpretções parciais, combinação de diferentes elementos que são, entretanto, suficientes para fazer com que surjam totalidades originais. (op. cit., p. 84)

O provérbio cabila “*Siga o caminho do seu pai e do seu avô*” (op. cit., p. 85) explica, em parte, o ideal argelino construído pela tradição. O respeito aos ancestrais prescreve uma forma de culto sagrado, pois a imagem viva do passado é algo extremamente respeitado e presente na memória coletiva do país, fazendo com que a fidelidade à tradição dos ancestrais determine todos os atos da vida social. Outra particularidade que define a sociedade argelina é o papel que os ancestrais - considerados como divindades sagradas - assumem como responsáveis pela organização social. Diante de diversidades extremas, as unidades sociais

são fundadas sob a existência de um ancestral comum. Esse modo de organização da estrutura social permite aos grupos ramificados e dispersos a descoberta de pertencimento a seus grupos unificados.

Desse modo, do grupo mais amplo ao mais estreito, não existe diferença senão em extensão e distância em relação ao ancestral fundador, aquele que determina os níveis de aliança e os tipos de obediência e fidelidade ao soberano. (BOURDIEU, 1958/2001, p. 90)

Tal processo se dá pela união que se estabelece entre os indivíduos e seus ancestrais comuns. Trata-se de tribos que nem sempre possuem parentescos por vínculos sanguíneos, mas que se organizam de modo a viver em blocos familiares. Sendo assim, a estrutura social é concebida segundo o princípio da genealogia. Deste modo, percebe-se que a figura de um patriarca sagrado permite a existência de grupos sociais mais extensos. Esses grupos se autoajudam e superam um problema concreto existente na sociedade, a fragmentação real dos diversos povos que coabitam o país.

A relação entre o homem e a terra determina o estilo particular da economia do país. A sociedade em questão ignora totalmente o capital e os mecanismos capitalistas. O trabalho tem por objetivo satisfazer as necessidades primárias de cada grupo. Na maioria das vezes, o comércio se efetua sob a forma de trocas. Essa concepção de trabalho é inseparável do espírito tradicionalista que define a sociedade. “A terra não é um simples meio de existência e o trabalho não é um meio de ganhar a vida, mas um meio de viver.” (op. cit., p. 92).

Ainda que a situação no campo e na cidade não seja idêntica, uma vez que a sociedade urbana é mais hierarquizada, as vantagens que consagram cada posição no seio desta estrutura social são movidas pelo princípio da honra e do prestígio, não existindo neste momento oposição de classes.

Em razão do espírito que direciona o conjunto desta sociedade e também da fragmentação e da pouca importância dada às empresas, as relações entre patrão e operário, rico e pobre são familiares, igualitárias e fraternais. (op. cit., p. 56)

Quanto à religião do povo argelino, sabe-se que está presente na vida de todo cidadão, do nascimento até a sua morte, uma série de cerimônias, rituais e costumes islâmicos. Todos os dogmas relatados no Alcorão como, por exemplo, a distinção entre a carne lícita e ilícita, a proibição de bebidas fermentadas, a circuncisão, o uso do véu, etc, são vividos e experimentados pela sociedade como um todo. O islamismo está presente não somente na vida religiosa ou intelectual, mas também na vida privada, social e profissional dos argelinos.

É a religião muçulmana, por exemplo, que determina a língua de seu povo. Entretanto, como nos esclarece Bourdieu (1958/2001) a sociedade se declara muçulmana, mas é notável que cada grupo interprete e elabore suas crenças diferentemente. Isso se explica pelo fato de a grande maioria dos argelinos não terem acesso aos textos religiosos. A ausência de um clero fortemente constituído faz com que a educação religiosa das grandes massas seja rudimentar, ficando reservada apenas aos letrados a doutrina muçulmana original.

A grande maioria dos muçulmanos da Argélia não tem acesso aos textos religiosos e só conhece a mensagem de Maomé através de tradições orais que a deformam e caricaturam, possuindo apenas fragmentos da lei muçulmana, frequentemente reinterpretados e misturados às crenças populares. (op. cit., p. 103).

2.2 DO PERÍODO COLONIAL

Tendo a França tomado a Argélia como parte integrante de seu território desde 1830, ainda que a obtenção efetiva só se dê no século XX, a sociedade argelina sofre mudanças radicais e passa a vivenciar uma instabilidade nunca experimentada. Como em todo sistema colonial, busca-se garantir e assegurar a autoridade e os interesses da potência dominante. No caso Argelino, leis francesas foram criadas para propiciar a desagregação e a aculturação das estruturas fundamentais da economia e da sociedade nativa. Das diversas transformações resultantes do contato entre duas civilizações socialmente e economicamente distintas, aquela que mais afeta a sociedade argelina é a imposição de um novo estilo de vida atrelado a um sistema de valores desconhecido até então.

A política agrária implantada pelos franceses, por exemplo, é algo marcante para o país, uma vez que a nova prática desrespeita os princípios assiduamente respeitados pelas tradições argelinas. A mudança se dá na medida em que terras indivisas passam a ser instituídas como bens individuais. O conceito de “terra” como propriedade privada não fazia parte do imaginário argelino. A relação de um camponês com o seu superior, por exemplo, era encarada como um pacto de proteção e de prestígio, não havendo demarcação do espaço de colheita, uma vez que todos se beneficiavam daquela produção.

Tal ruptura facilita aos franceses, por meio de licitações, a obtenção das melhores partes, rompe com as unidades sociais e econômicas tradicionais e, além disso, faz surgir um proletariado rural de mão de obra barata. A crise aumenta e o modo de vida se inova. Assim, a relação com a terra se modifica, a significação ritual que se estabelecia anteriormente perde seu valor, o que passa a ser expandido é a visão “materialista” da terra, na qual os antigos valores de prestígio e de honra são efetivamente substituídos pelo valor monetário, impessoal

e abstrato. Ao anular seus princípios, a sociedade rompe radicalmente com suas crenças de sociedades comunitárias, pois agora ela passa a ser submetida a uma economia individualista, na qual o salário é o que garante ao indivíduo sua independência econômica.

Com o surgimento da economia moderna e de novas práticas capitalistas, os argelinos conhecem a utilização racional da moeda, o crédito, as poupanças, os juros, etc. A mudança é realmente brusca afetando não somente a economia do país como também anulando tradições culturais pré-existentes. O dote, por exemplo, passa a ser interpretado diferentemente, deixando de ser um laço de honra que se fazia entre as famílias para ser visto como uma simples relação capitalista. Tudo isso faz surgir uma mudança radical que atinge a mentalidade do país como um todo.

Os colonos se instalam nos grandes centros e transformam a paisagem das principais cidades. Embora bastante rudimentar, toda a estrutura arquitetônica que representava a cidade natal passa a ser destruída e reconstruída, eliminando definitivamente traços que caracterizam as origens da civilização argelina.

Aos poucos o colonizador cria um ambiente que reflete sua imagem e que é a negação do universo antigo, um universo no qual ele se sente em casa, lugar este que, por uma inversão natural, o colonizado passa a se configurar como estrangeiro. (BOURDIEU, 1958/2001, p. 115)

Após tomarmos consciência da importância e representatividade das tradições passadas para a vida de cada cidadão argelino, percebemos o quanto tal urbanização pode ter repercussões negativas. Além deste aspecto, em razão do novo contexto e conseqüente aglomeração dos europeus nas cidades, um grande êxodo rural toma conta dos centros econômicos. A migração desmedida e precária dos camponeses para os centros urbanos destrói a unidade familiar e cria uma grande miséria periférica, visto que, na maioria dos casos, a vinda do proletariado era feita sem qualquer segurança e garantia.

Outro aspecto que deve ser mencionado é o crescimento demográfico decorrente deste sistema colonial apontado por Bourdieu. Devido ao desequilíbrio econômico e social, a taxa de natalidade é altíssima e, por outro lado, a taxa de mortalidade é baixa, uma vez que a ação sanitária implantada pelos colonos é bastante eficaz, reduzindo sobretudo a mortalidade infantil. Com isso, nota-se que a população cresce rapidamente e o desequilíbrio econômico também se agrava. Segundo dados recolhidos por Bourdieu (op. cit, p.113), os europeus, “minoría majoritária”, produzem 55% da renda bruta total do país em 1954, enquanto que os argelinos ficam com apenas 45%.

Ora, vale ressaltar também que toda tradição cultural dos “Árabes argelinos” passa a não ser reconhecida neste período. Era preciso remodelar a tradição, logo uma série de negações e rejeições se cria para que o colonizado jamais seja considerado positivamente, ou seja, uma espécie de racismo surge a fim de garantir a supremacia francesa. E, graças a esta ideologia racista, a sociedade europeia transforma privilégios em direitos. A sustentação destes ideais era feita através da escola, do rádio, do cinema e do jornal, meios de divulgação controlados pela elite francesa. Como nos diz Albert Memmi (1985/2007a), trata-se de um preconceito favorável, uma vez que os valores que reinam neste momento beneficiam apenas os colonizadores.

“O país é ritmado por suas festas tradicionais, até mesmo religiosas, e não pelas do habitante; o dia do descanso semanal é o do seu país de origem, é a bandeira de sua nação que paira sobre os monumentos, é sua língua materna que permite as comunicações sociais; até mesmo suas roupas, seu acento, suas maneiras acabam se impondo à imitação do colonizado.” (op. cit., p. 46).

Entretanto, na medida em que os europeus se distanciam dos árabes, os mesmos se contradizem, visto que a ideologia liberalista em que a França vive vai de encontro às práticas dos mesmos em solos argelinos. Com isso, a imagem de uma França ideal, portadora de novos e modernos ideais liberalistas, passa a ser questionada pelas diversas classes da sociedade argelina.

A implantação e legitimação da língua francesa no período colonial são, por exemplo, pontos importantes e, ao mesmo tempo, contraditórios. Se, por um lado, os argelinos passam a falar francês, pois as disciplinas escolares são lecionadas neste idioma, por outro, isso implica numa descoberta revolucionária. O acesso aos romances e às literaturas de língua francesa estimula a descoberta de todos os novos ideais franceses atrelados ao conceito de identidade nacional e, conseqüentemente, determinam um profundo despreço às práticas francesas implantadas na colônia, fazendo surgir nesse momento o resgate e valorização da cultura local e os crescentes movimentos reivindicatórios de libertação nacional.

Os aspectos de suas tradições e de sua personalidade foram abalados com o sistema colonial. É neste ponto que o colonialismo encontra sua própria contradição, pois a própria colonização cria o patriotismo no colonizado. O republicanismo francês fez surgir uma consciência de personalidade nacional. A memória coletiva de um país rico em dogmas e tradições é aguçada e reivindicada em detrimento da doutrina desenvolvida pela própria metrópole. O que era um ideal francês não se praticava em terras argelinas, logo um sentimento de revolta se constrói dando início a uma série de rebeliões. Os argelinos, através

de diversos projetos, fazem reivindicações coerentes e criam revolucionários protestos que culminam na Guerra de Independência.

2.3 DO PERÍODO PÓS-COLONIAL

Sabe-se que desde 1962 os argelinos vivem a liberdade por eles conquistada, porém o rosto atual da sociedade argelina continua portando traços de seu passado colonial, o que nos permite compreender que a conquista pela independência não produziu o resultado esperado. A esse respeito, podemos fazer menção aos trabalhos do psiquiatra e filósofo Frantz Fanon (1961/1968) em que o autor apresenta a descolonização como uma conquista sem seus reais direitos. Para o autor, tendo o colonialismo significado a morte da sociedade autóctone, faz-se necessário reabilitar e reintegrar o homem colonizado, visto que este carece de um parâmetro próprio e sofre profundamente por acreditar em sua inferioridade.

O combate vitorioso de um povo não consagra unicamente o triunfo de seus direitos. Proporciona a esse povo densidade, coerência e homogeneidade. Porque o colonialismo não fez senão despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então reduzido a um conjunto de indivíduos que só encontram fundamento na presença do colonizador. (op. cit., p.254)

Todas as degradações e características levantadas pelos colonizadores a fim de condenar o argelino durante o regime colonial dilacera de tal forma a estrutura psíquica do colonizado que o mesmo fixa na sua consciência a crença de ser um homem primitivo. A “alienação” na qual Fanon (op. cit.) se apoia para explicar o abalo emocional do argelino é produto do colonialismo, visto que as escolas de psiquiatria na Argélia interpretaram, durante mais de 20 anos, as atitudes do argelino como provenientes de uma criminalidade nata. Percebe-se, pois, o quanto a Faculdade de Medicina de Argel contribuiu para que o comportamento argelino fosse interpretado de modo depreciativo. No excerto abaixo, Fanon (op. cit.) recupera de forma irônica a opinião divulgada pelos estudos psiquiátricos daquela época.

O norte africano é um criminoso, seu instinto predatório é conhecido, sua agressividade maciça facilmente perceptível. O norte africano gosta dos extremos; por isso não se pode confiar integralmente nele. Hoje o maior amigo, amanhã o maior inimigo. Impermeável às nuances, o cartesianismo lhe é fundamentalmente estranho, o senso do equilíbrio, da ponderação, da medida contraria suas disposições mais íntimas. O norte africano é um violento, hereditariamente violento. Há nele uma impossibilidade de se

disciplinar, de canalizar seus impulsos. Sim, o argelino é um impulsivo congênito. (FANON, 1961/1968, p. 257)

O psiquismo intelectual do argelino é cientificamente encarado, nesse período, como pouco evoluído, o que faz desse indivíduo um ser com múltiplas deficiências.

O argelino não tem córtex, ou, para sermos mais precisos, a predominância, tal como nos vertebrados inferiores, é diencefálica. As funções corticais, se existem, são muito frágeis, praticamente não integradas na dinâmica da existência. A reticência do colonizador em relação a sua confiança em uma responsabilidade ao indígena não é racismo ou paternalismo mas apenas uma apreciação científica das possibilidades biologicamente limitadas do colonizado. (op. cit., p. 260)¹⁴

Fanon (1961/1968), inserido no contexto das independências africanas, especialmente na luta pela libertação argelina, estabelece uma ruptura radical com as pesquisas psiquiátricas até então estudadas na Argélia ao comprovar que a criminalidade não era consequência da organização do sistema nervoso do argelino, mas sim resultado do produto da situação colonial. É nesse sentido que o autor acredita que, para além da Libertação Nacional, é preciso pensar em Libertação Total, condição para o renascimento de homens verdadeiramente libertos, uma vez que a explicação proposta pelos pesquisadores de outrora direcionou a perspectiva de construção da personalidade dos homens que compunham a sociedade argelina de forma alienadora. Trata-se de uma liberdade em sentido duplo, a saber, libertação em face do opressor e reconhecimento de si mesmo.

É justamente sobre as carências que constituem as jovens nações, mais precisamente a sociedade argelina atual, que o escritor Memmi (2004/2007b) também busca refletir. Este acredita que a inserção no mundo novo deve ser impulsionada por projetos e efetivas políticas modernas e, desse modo, acredita que o fracasso atual das ex-colônias se caracteriza sobretudo pelo peso das tradições que ainda permanece na mentalidade dos seus intelectuais e governantes.

A valorização excessiva do passado impede, segundo Memmi (2004/2007b), o desenvolvimento do país. A letargia política e cultural da atual Argélia se explica pela incessante busca por uma era passada na qual as representações sociais estão atreladas a um

¹⁴ Vale ressaltar, mais uma vez, que a descrição desenvolvida por Fanon para retratar as deficiências do argelino é fruto de uma opinião com a qual o autor não compartilha.

ideal conservador. Ao agir assim, nota-se que a fisionomia argelina não está aberta a renovações, pois tal postura impede o amadurecimento de uma racionalidade livre.

No que tange aos dogmas religiosos, parece que a persistência dos princípios tradicionalistas de submissão a Deus faz com que o terrorismo islâmico ainda seja apreciado no mundo árabe-muçumano. Mesmo sabendo que nem todos os árabes são devotos islamitas, uma certa cumplicidade parece ter sido declarada entre eles diante da tradição islâmica. Veja como Memmi nos esclarece tal questão:

Nem todos os árabes se tornam “loucos de Deus”, mas encontra-se com mais frequência uma indulgência embaraçada ou inquieta – “isso vai nos trazer aborrecimentos” – do que uma firme condenação; e, às vezes, uma admiração de reconhecimento, que mal se contém. “Somos todos Bin Ladens!” era o grito que frequentemente se ouvia nos subúrbios de Paris, nas ruas do Cairo, assim como nas de Ramallah. Havia aí o orgulho e o sentimento de uma vingança enfim realizada; como se esses jovens desocupados tivessem contribuído para a destruição dos arranha-céus novaiorquinos. Bin Laden é considerado o braço coletivo de toda comunidade árabe-muçulmana. (MEMMI, 2004/2007b, p. 89).

Outro exemplo bastante expressivo de postura conservadora é a política linguística de arabização iniciada com o término da colonização¹⁵. O processo se inicia na escola¹⁶ e, em seguida, um decreto decide pela implantação da arabização da administração do país. Assim, a medida é estendida nas ruas de Argel de 1970 até 1980. As sinalizações das ruas, as placas de todo o comércio, cartazes publicitários, propagandas de rádio e televisão substituíram o francês, visto que o objetivo da política linguística vigente era a reconquista de um ambiente arabizado.

Todavia, a tentativa de reconhecer o árabe como um retorno a um estado de língua pré-colonial não era possível, uma vez que nunca existiu unificação linguística na Argélia. Como explica Calvet (1995/2007, p. 146), “as estruturas do Estado do qual o árabe devia ser meio de expressão e de gestão não existiam antes da colonização.” Assim, diante da dispersão das línguas locais, as tentativas de arabização sistemáticas resultaram num verdadeiro fracasso. E, por isso, foi preciso voltar a privilegiar a língua do ex-colonizador, único ponto

¹⁵ Vale salientar aqui que seria ingênuo acreditar que a ideia de arabização tenha surgido com a independência, pois o reformista Ben Badis já havia lançado em 1936 uma corrente revolucionária que tinha como slogan a frase: “A Argélia é minha pátria, o islã minha religião, o árabe minha língua”. Dados retirados do sítio eletrônico <http://www.grandguillaume.free.fr/> 10/01/2010

¹⁶ Veja como Calvet (2007, p.152) descreve o processo de arabização na escola: “O governo da Argélia introduziu sete horas semanais de ensino do árabe no sistema escolar primário. A reforma continuará em ritmo forçado: dez horas semanais, além de um ensino religioso instaurado em 1964 e do primeiro ano do primário inteiramente arabizado e, por fim, a criação de um “ensino original” inteiramente arabizado.”

comum entre os concidadãos argelinos. Vale acrescentar a influência das redes de rádio e de televisão, pois a tecnologia continuava sendo de língua francesa.

“É claro que a recordação das glórias do passado – se é que existem – apagadas pela colonização não é inútil. Ela constitui, em um primeiro tempo, algum orgulho a um povo que aspira por isso; fortalece uma identidade coletiva abalada por décadas de dominação estrangeira. O renascimento da língua nacional, por exemplo, é uma dessas reafirmações do eu coletivo. Mas a língua não deve somente expressar a alma singular da nação, como também responder às necessidades cotidianas, nacionais e internacionais. Ora, uma letargia demasiadamente longa a tornou, ao menos momentaneamente, cultural e tecnicamente inapta.” (CALVET, 1995/2007. p.64)

É de extrema importância frisar que é o árabe moderno que está no centro do processo de arabização. A situação era bastante particular, pois ao lado deste idioma coexistiam os argelinos cuja língua materna era o berbere. Estes, engajados numa política de promoção das línguas populares, lutaram pela utilização oficial das variantes populares e manutenção do uso do francês, o que também ajudou a por fim à política de arabização na década de 80. É sabido que os únicos professores capazes de atuar decisivamente em prol de tal reforma eram aqueles ligados ao islamismo e que dominavam o árabe clássico, mas não obrigatoriamente a língua árabe moderna. Os mesmos faziam da sala de aula um lugar de propagação religiosa, visto que os textos de referência para os estudos eram em árabe clássico, língua do Alcorão.

Calvet (1995/2007) resume os problemas oriundos da política que se tentou implantar na Argélia recorrendo a três critérios fundamentais: a discrepância entre o árabe clássico e o moderno, as variantes do berbere e a questão religiosa. No que concerne ao último ponto, nota-se que o islamismo tentou se aproveitar de um decreto linguístico para revitalizar suas crenças e, esta postura, contribuiu para “poluir”, como diz o estudioso, o intuito nacionalista da arabização.

A função nacionalista da arabização foi de certa forma “poluída” tanto pelo integralismo muçulmano como pelos conflitos entre árabes e berberes e os ressentimentos pós-coloniais com relação à língua francesa. (op. cit., p.156).

Diremos, à guisa de conclusão, que a exclusividade da língua árabe forçada pelo governo não foi adiante. A arabização encontra seu declínio no momento em que grupos significativos de argelinos lutam em prol do reconhecimento das “línguas populares”. Os esforços dos revolucionários berberes garantiram esta vitória ao reconhecimento do

tamazight¹⁷ como língua nacional, entretanto tal idioma não é aceito como oficial e também não tem força de repercussão internacional.

Com a independência, o que se preza como importante é a tentativa de reconstituição de seu povo, de refazer sua unidade e da necessidade do sentimento de pertencimento nacional. A tentativa de resgatar as tradições islâmicas hostis à comunidade francesa é outro aspecto que passou a ser reivindicado.

Houve na Argélia e depois nas capitais ocidentais multidões de mulheres para se manifestar em favor do uso do véu. Assiste-se um retorno do uso do véu em certos países árabes, como na Tunísia, por exemplo, onde ele havia desaparecido. De fato, para além das argúcias, viu-se aparecer um aspecto reivindicativo, se não provocador: o véu se tornou a bandeira de uma causa. (MEMMI, 2004/2007b, p. 118).

Ainda que o tempo faça diluir as marcas referentes ao período colonial, o colonizado é sempre atravessado por um sentimento de inferioridade.

A desvalorização do colonizado se estende assim a tudo que ele toca: inclusive ao seu país, que é feio, quente demais, malcheiroso, de clima viciado, com a geografia tão desesperada que o condena ao desprezo e à pobreza, à eterna dependência. (op. cit., p. 19).

Ora, o aparelho colonial, como costuma chamar Memmi (1985/2007a e 2004/2007b), atua de forma desastrosa, uma vez que a conquista se dá pela superexploração e exige, portanto, a manutenção da opressão e da violência. Todavia, as lamentações, justificativas nas quais os ex-colonizados se apoiam para culpar o caos da atual sociedade, impede uma concreta reflexão crítica sobre as causas internas que ainda existem no país após décadas de independência.

Se pudéssemos empregar aqui a linguagem da medicina, diríamos que a sociedade árabe-muçulmana está sofrendo de uma grave síndrome, depressão que a impede de perceber uma saída para seu estado atual. (op. cit., p. 90)

Assim, Memmi (2004/2007b) conclui que a sociedade magrebina ainda não tomou ciência de que suas práticas sociais, políticas e culturais precisam sofrer transformações. O autor nos diz, através da metáfora acima, que o grande enigma capaz de adaptar a sociedade argelina ao mundo moderno seria o reconhecimento de um amadurecimento.

¹⁷ Trata-se da designação dada ao conjunto de línguas maternas berberes que existem hoje na África do Norte. (CALVET, 2007, p. 146)

2.4 DA POLÍTICA FRANCÓFONA HOJE NA ARGÉLIA

A descolonização na Argélia foi acompanhada de um retorno ao arabismo que não comprometeu o uso do francês, ainda que este tenha perdido seu estatuto de língua oficial. Hoje o francês é, por incentivo e investimentos franceses, parte integrante da grade curricular desde o quarto ano do ensino primário na Argélia. A tendência é que este programa se estenda para iniciar no primeiro ano primário, entretanto o que impede tal extensão é a rivalidade que existe entre a boa imagem de modernidade implicada no francês e o regime em vigor de legitimidade atribuída ao árabe e aos costumes de referências islâmicas.

Como nos conta o antropólogo Gilbert Grandguillaume (2004)¹⁸, ao mesmo tempo em que o francês é encarado como sinônimo de modernidade e de libertação dos tabus tradicionais que persistem na comunidade argelina, ele também é objeto de uma ambivalência, uma vez que a postura de rejeição à organização não é unânime. Existem os religiosos que temem os costumes de influência ocidental, visto que a língua francesa seria claramente aceita como o vetor de uma influência cultural divergente da cultura muçulmana, o que deixaria introduzir mais facilmente novos costumes ocidentais. Por outro lado, existem os modernistas que enxergam esta política como uma possibilidade de ascensão política e social. Estes buscam revalorizar suas tradições em língua francesa, uma vez que esta língua tem repercussão em maiores proporções.

O apreço à religião e a uma forma de vida tradicional, a consciência da hipocrisia social que envolve o francês, a desconfiança em relação aos costumes de influência ocidental, faz que exista um extenso grupo de opinião preso à língua árabe, o que impede o poder de decidir sobre algumas mudanças, como as medidas para o aumento do francês nos programas e ainda a adesão à Francofonia. Entretanto existe também uma forte corrente modernista que estima que a revalorização do ensino necessite dar uma atenção maior ao francês, e até mesmo ao inglês. (GRANDGUILLAUME, 2004).

Ao traçar um paralelo entre a política linguística na Tunísia, no Marrocos e na Argélia, Calvet (1995/2007) nos mostra que embora existam hoje os impérios linguísticos (francófono, lusófono, etc), a política linguística ainda é marcada sobretudo por uma dimensão nacional. O autor deixa claro que ao pensarmos o caso argelino, verificamos como a lista de países “francófonos” no sentido geopolítico é diferente da dos países sociolinguisticamente

¹⁸ Grandguillaume é professor e pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Seu texto foi retirado do sítio eletrônico <http://www.grandguillaume.free.fr/> 10/01/2010

“francófonos”. Ele diz, por exemplo, que o Vietnã é bem menos “francófono” que a Argélia, mas a adesão a essa organização de cooperação francófona se origina exclusivamente de uma política linguística. Inclusive, em nosso próprio *corpus* tal ideia também é acentuada. “L’Egypte, qui fait partie de la sphère anglophone, est partie prenante de la francophonie. » (*Corpus* – texto 9)

Calvet nos explica que a Argélia, assim como a Tunísia e o Marrocos também passaram pelo momento histórico intitulado “política de arabização”, entretanto estes países souberam desvincular seu passado histórico das práticas de influência francesa. Já a Argélia persiste em adotar uma postura diferenciada, posição explicada possivelmente pelo maior dano que a metrópole causou ao país, tanto em número de mortes na guerra quanto em tempo de dominação, pois, como é sabido, a Argélia foi a última colônia a conquistar sua independência. Vale salientar que a presença francesa dura 132 anos na Argélia, 75 anos na Tunísia e 46 anos no Marrocos.

Outro aspecto que pode ter norteado a determinante posição argelina frente à Francofonia na atualidade diz respeito à particularidade da estratégia francesa adotada no país durante a colonização. A Argélia difere das demais ex-colônias, uma vez que esta passou a ser vista, durante boa parte da ocupação francesa, como parte integrante da França e não como colônia. O que comprova tal premissa é a célebre frase “L’Algérie, c’est la France” pronunciada em 12 de novembro de 1954 pelo presidente do Conselho francês Pierre Mendes France. A assimilação, proposta política que supostamente permitiria aos argelinos uma igualdade de direitos da justiça francesa, nunca funcionou como deveria, visto que os argelinos não conseguiram, em momento algum, ser aceitos como os franceses.¹⁹

Devido à política de arabização promovida pelo Estado e à resistência dos falantes da língua berbere e dos favoráveis ao uso do francês, a questão da língua continua sendo um problema crucial na Argélia. Atualmente, ainda que o árabe moderno seja a língua principal na Argélia, uma vez que a constituição determina a Língua Árabe como língua oficial do país, um grupo significativo de argelinos fala o berbere, que é reconhecida como “língua nacional”. Por outro lado, tem-se o francês sendo amplamente utilizado, em particular na área da educação e na comunicação midiática. Em suma, o interesse de nosso estudo recai sobre estes componentes fundamentais que caracterizam a identidade linguística do povo argelino. Como identificado em nosso *corpus*, esta fragmentação resulta em uma crise linguística:

¹⁹ Dados publicados na revista semestral “Le genre Humain”, Editions du Seuil 1997. http://www.guy.perville.free.fr/spip/article.php3?id_article=71, sítio eletrônico consultado em 21/04/2013

[23] Les nouvelles générations connaissent ce qui ressemble à une «crise linguistique». Oui, la fameuse formule «analphabète trilingue». «Ce qui est compréhensible. Cela est éducationnel et est le fait des événements et des crises dramatiques que le pays a vécus, et qui a tout déstructuré», a estimé M. Sansal. (*Corpus – Texto 11*)

No capítulo seguinte exporemos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, a saber, os critérios desenvolvidos para realizarmos a delimitação do *corpus* e seus recursos de análises.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA: DELIMITAÇÕES DO CORPUS E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a primeira etapa foi fazer a delimitação dos textos a serem analisados. O primeiro critério estabelecido para a seleção do *corpus* foi a escolha do jornal do qual os artigos seriam retirados. Ao acreditar no jornal enquanto instância discursiva que pode produzir e reproduzir os efeitos de sentidos que constituem a tomada de posição de um certo grupo da sociedade argelina quando o assunto é a política linguística francófona, nosso objetivo foi selecionar apenas textos jornalísticos argelinos que evidenciassem a autoria dos artigos como sendo proveniente de jornalistas vinculados a um jornal de expressiva representatividade para o país.

Diante da dificuldade de acesso a exemplares impressos devido à rara circulação de jornais argelinos no Brasil, a coleta do material de análise foi feita com o recurso da internet. Levando em conta que a grande indagação era desvendar como a recusa argelina estava sendo tratada discursivamente na imprensa argelina nos últimos anos, resolvi trabalhar com o jornal *El-Watan*, uma vez que esse periódico argelino é o segundo jornal em língua francesa de maior circulação nacional, perdendo apenas para o jornal em língua árabe *El-Khabar*²⁰. Vale acrescentar aqui que ao fazer a primeira grande busca, foi possível encontrar discussões sobre o assunto em fóruns, blogs, chats e mídias de diversas nacionalidades árabes, entretanto o critério norteador da escolha foi a opção por um jornal de âmbito nacional que, a meu ver, garantiria uma melhor compreensão da força de influência que o jornal pode estabelecer na construção do pensamento do país.

No que diz respeito ao ranking de publicação dos jornais argelinos em língua francesa, encontramos também o jornal intitulado *Le quotidien d'Oran* como sendo o terceiro periódico mais lido do país. A ideia inicial era fazer um recorte capaz de apurar dados tanto desse último jornal mencionado como do *El-Watan* para desenvolver um trabalho comparativo. Todavia, deparamo-nos com uma dificuldade, pois por meio de pesquisa via internet o jornal

²⁰ Com cerca de 530 mil, 200 mil e 190 mil exemplares diários, os jornais impressos mais lidos na Argélia chamam-se, respectivamente, *El-Khabar*, *El-Watan* e *Le Quotidien d'Oran*. Outra nota mais recente que confirma o ranking dos jornais francófonos existentes na Argélia é a publicação divulgada por TV5 Monde na qual é afirmado em 20 de dezembro de 2012 que *El-Watan* é o jornal francês de maior circulação na Argélia. Na data acima mencionada o percentual de exemplares diários é de aproximadamente 140 mil. Site dos respectivos dados:

<http://www.tv5.org/cms/chaine-francophone/info/p-1911-redir.htm?&rub=4&xml=121220105728.p113vngf.xml>, sítio eletrônico consultado em 08/10/2012

não nos possibilitou ter acesso a seus textos dos anos anteriores a 2006 e também não nos forneceu sua linha editorial²¹.

Diante de tal impasse, a coleta do material de análise foi feita apenas na ferramenta de busca dentro do site oficial do jornal *El-Watan*. O mecanismo de busca que existe no site desse jornal permite que o leitor tenha acesso à totalidade das matérias publicadas tanto na versão impressa diária e semanal como na versão on-line. No caso da referente pesquisa, a preferência foi dada à versão impressa do jornal, pois as publicações que aludiam à Francofonia em versão on-line se apresentavam de forma resumida e eram menos frequentes.

Após ter definido o jornal argelino a ser trabalhado, centrei-me na seleção dos artigos. Como já descrito no capítulo introdutório, a imprensa passa a fazer especulações sobre uma possível adesão da Argélia à OIF no ano de 2002 devido à primeira aceitação por parte do presidente argelino de participar do encontro que reúne o grupo político em questão. Diante de tal constatação, apoiei-me nesta data como marco inicial das discussões sobre o assunto na mídia escrita e passei a fazer uma busca temática no site oficial do referido jornal a partir do ano já mencionado para, dessa forma, poder agrupar o maior número de textos que recuperassem tal questão.

Para exemplificar, cito o título do primeiro texto selecionado, “Bouteflika rejoint la Francophonie?”, que destaca a criação de uma enorme expectativa. Entretanto, nada mais que um simples jogo articulado pela mídia, uma vez que o título do artigo jornalístico deve atrair o leitor por meio de um apelo emotivo. A discussão que desenvolve a mídia a partir desse marco histórico²² passa a girar em torno dessa possível adesão, uma vez que o chefe argelino está um pouco mais aberto às questões ligadas ao capitalismo cooperativo e à modernidade. É no trecho abaixo que percebemos a expectativa criada por Emile Laoul, presidente libanês, sobre a possível presença argelina no *Sommet de Beirute*.

²¹ Existe um bloqueio na ferramenta de busca do jornal *Le quotidien d'Oran* que não permite acessar publicações antigas. Diante de tal impasse, escrevi para o endereço eletrônico que o site disponibiliza solicitando, para fins acadêmicos, acesso a esses textos e também ao editorial do jornal, entretanto não obtive nenhuma resposta.

²² Relembremos que até a presente data o presidente recusava a participação da Argélia no encontro. Trata-se, na verdade, de uma radical ruptura, pois além de sua aceitação inicial como convidado especial, Bouteflika pronunciou-se, pela primeira vez, em rede pública fazendo uso da língua francesa. Percebe-se em um texto do anexo que tal ato causou resistência no seio da conservadora comunidade argelina. “Bouteflika, de certa forma, quebrou um tabu ao se dirigir em francês num discurso para os argelinos e parceiros estrangeiros que provocou burburinhos entre os adeptos da purificação linguística. Essa audácia lhe valeu muitas críticas desses mesmos adeptos que haviam atirado para todos os lados denunciando o que foi considerado o sinal que anuncia a vontade de preparar o terreno para um retorno forçado do francês e da França na Argélia.” (Material de complementação - Editorial - Texto A). Destaco que toda a imprensa se mobilizou. Em *Le quotidien d'Oran*, segundo jornal argelino em língua francesa mais lido no país, a manchete lançada nessa mesma data tem como título “A Argélia diz sim à francofonia”. Fonte de pesquisa: www.algeria-watch.org/farticle/presid/francophonie.htm, sítio eletrônico consultado em 17/10/2012

Pour Emile Lahoud, l'Algérie, «ancrée dans sa culture et son identité arabes», peut témoigner par sa présence au sommet de «la vigueur de sa personnalité aux côtés de ses nombreux amis africains qui seront à Beyrouth. (*Corpus* – texto 1)

A maior incidência de textos que discutiam a relação entre a Argélia e a Francofonia enquanto instituição intergovernamental estava inserida na seção intitulada “Notícias da Atualidade”. Com efeito, decidimos definir a seleção das publicações como sendo aquelas inseridas nesse tópico específico da imprensa. Convém registrar ainda que a data dos textos noticiosos encontrados em *El-Watan* era marcada, quase sempre²³, por um intervalo de dois anos aproximadamente, coincidindo com as vésperas das reuniões oficiais do grupo francófono, o que nos permitiu fazer a hipótese de que os textos só afloravam na mídia nessas datas específicas, sendo raro encontrar tais discussões no cotidiano do jornalismo argelino.

A delimitação do material de análise foi traçada pelo próprio número de publicações com autorias expressas encontrado no jornal selecionado. No momento da seleção do *corpus*, deparei-me com alguns textos noticiosos oriundos das agências de imprensa²⁴, entidades que funcionam como uma espécie de locutor intermediário da informação midiática. Todavia, esses textos também não fizeram parte de nosso recorte, justamente porque as notícias por elas publicadas eram sempre muito breves e serviam como terreno preparatório das publicações que de forma mais detida seriam elaboradas por um jornalista posteriormente.

O *corpus* foi constituído de 13 textos recolhidos da seção “notícias” ao longo dos últimos dez anos. A pertinência do referido *corpus* encontra-se no fato de as notícias terem sido desenvolvidas na continuidade e em paralelo às discussões ocorridas nos últimos 10 Sommet. O *corpus* reúne textos que apresentam discussões conflituosas sobre o movimento político francófono, quer insistindo sobre questões históricas anteriores, quer remetendo a questões que estão por vir, o que nos permite propor interpretações sobre a posição que a Argélia decidiu tomar frente às propostas francesas.

²³ Foi possível encontrar apenas um artigo publicado em 2007, ano anterior ao Sommet sediado no Canadá. O artigo em questão faz parte do *corpus* de pesquisa e foi catalogado aqui como texto 6.

²⁴ As agências de imprensa, conhecidas também por agências de notícias, foram criadas para dar conta, de forma cada vez mais rápida, da cobertura nacional e internacional da veiculação dos acontecimentos que as novas tecnologias de comunicação passaram a demandar. Na lógica da imprensa, as mesmas pretendem não se comprometer com o editorial dos jornais. Trata-se de uma central de informação que se responsabiliza por compilar as notícias, mantendo, para tanto, uma rede de correspondentes que seja capaz de fornecer quase no mesmo instante do acontecido o fato noticioso.

O quadro abaixo tem por objetivo apresentar brevemente *o corpus* e, ao mesmo tempo, justificar a data e temática da publicação dos artigos. A temática deve ser entendida aqui como a expectativa de adesão política ou da simples participação ao Sommet que a mídia impressa desenvolve desde 2002. Os textos que tinham como ênfase as negociações de acordos políticos diversos entre França e Argélia eram infinitamente mais numerosos do que aqueles aqui selecionados, mas os mesmos foram descartados, uma vez que nosso trabalho de seleção consistia em demarcar apenas as parcerias que envolviam a política linguística do país. É importante insistir que nosso critério de seleção foi moldado a partir da ideia de se fazer um recorte de textos que trouxesse notícias sobre a Francofonia de forma destacada. Todos os textos que aludiam à Francofonia de modo secundário foram eliminados. Observe a justificativa da seleção dos textos no quadro a seguir:

Quadro 1 - Justificativa da seleção dos textos

Data /Ano/Local do <i>Sommet</i>	Data de publicação das notícias em jornal argelino <i>El Watan</i>	Título das notícias	Autoria jornalística	Fragmento que remete à expectativa criada pela imprensa argelina	Posição dos textos no interior do <i>corpus</i> da tese
18, 19 e 20 de outubro de 2002 em Beirute, Líbano.	1 de outubro de 2002	Bouteflika rejoint La francophonie?	Fayçal Métaoui	<i>La Présidence de la République algérienne n'a pas indiqué si le chef de l'Etat a accepté cette invitation.</i>	Texto 1
26 e 27 de novembro de 2004 em Burkina Faso, Uagadugu.	25 de outubro de 2004	L'Algérie très sollicitée.	Salah Eddine Belades	<i>Selon des sources bien informées, notre chef de la diplomatie, Abdelaziz Belkhadem, qui prend part depuis hier à Paris à la 11e session ministérielle du Forum méditerranéen, sera approché par des responsables français à ce sujet</i>	Texto 2
	18 de novembro de 2004	Le président Bouteflika à Ouagadoudou.	Salah Eddine Belades	<i>Notre pays, dira-t-il, « n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF ni de modifier son statut d'invité pour devenir membre de cette</i>	Texto 3

				<i>organisation »</i>	
	23 de novembro de 2004	L'Algérie, futur membre de l'OIF.	Cherfaoui Zine	<i>Dans sa contribution, M. Rezag Bara a néanmoins annoncé les prémices d'une action allant dans le sens d'une intégration de l'Algérie à l'OIF.</i>	Texto 4
28 e 29 de setembro de 2006 em Bucarest, Romênia.	27 de setembro de 2006	L'Algérie marque sa présence (Notícia seguida de artigo intitulado <i>Changement de cap</i>)	Hassan Moali	<i>La nouvelle est confirmée hier via un communiqué du ministère des Affaires étrangères qui précisait que M. Bedjaoui devra se rendre à Bucarest (Roumanie) pour représenter l'Algérie « en qualité de pays invité spécial ».</i>	Texto 5
17,18 e19 de outubro em Quebec, Canadá.	12 de março de 2007	Organisation de la Francophonie	Hassan Moali	<i>Il semble que l'hésitation de l'Algérie demeure de mise en dépit des déclarations de bonnes intentions des officiels.</i>	Texto 6
	13 de março de 2008	Surmonter « le complexe » français	Fayçal Métaoui	<i>Ferry de Kerckhove comprend la difficulté de « décomplexer » les relations entre l'Algérie et la France à cause de l'héritage historique du colonialisme, mais estime qu'il faut avancer.</i>	Texto 7
	27 de maio de 2008	Sommet de la francophonie au Québec	Nadjia Bouaricha	<i>L'Algérie, deuxième pays francophone au monde en termes de poids démographique, semble encore maintenir tout le suspense sur son intention de devenir ou pas</i>	Texto 8

				<i>membre de l'OIF.</i>	
	16 de outubro de 2008	12 Sommet de la francophonie: Bouteflika en guest-start à Montréal	Hassan Moali	<i>Le président Bouteflika va participer en qualité « d'invité spécial » au 12e sommet de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) qui s'ouvrira demain pour trois jours à Québec, au Canada, souligne un communiqué de la présidence de la République rendu public hier.</i>	Texto 9
23 e 24 de outubro de 2010	22 de outubro de 2010	L'Algérie participe au sommet de la francophonie	Amine Djazaïri	<i>Invitée mais pas membre de l'OIF, l'Algérie sera représentée par le président du Sénat, Abdelkader Bensalah.</i>	Texto 10
13 e 14 de outubro de 2012 em Quinxassa, no Congo.	07 de abril de 2012	Les mutations du « butin de guerre » dans la société	Ghania Lassal	<i>D'ailleurs, l'Algérie, deuxième plus grand pays en termes de nombre de « francophones », n'est pas membre de l'OIF. » « Il faudrait que l'OIF évolue et cède la place aux jeunes. (...) A conclu M. Sansal.</i>	Texto 11
	07 de setembro de 2012	France-Algérie : Yamina Benguigui à Alger	Yasmine Saïd	<i>Si l'Algérie ne fait pas partie de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) alors qu'elle est le deuxième pays francophone au monde, le président Abdelaziz Bouteflika est attendu en octobre au sommet de la francophonie de Kinshasa, en</i>	Texto 12

				<i>République démocratique du Congo.</i>	
	14 de dezembro de 2012	Un rapport apaisé à la langue française.	Adlène Meddi	<i>Cinquante ans après l'indépendance, le statut de la langue française a épousé les grands bouversements de la société algérienne.</i>	Texto 13

Para compreender a notícia jornalística enquanto gênero discursivo fiz menção aos trabalhos de Bakhtin (1979) em que o autor apresenta reflexões sobre a noção de gênero textual como sendo mais um dos parâmetros comprobatórios da relação de submissão à linguagem que implica obrigatoriamente aquele que enuncia. Para o referido autor, como veremos no capítulo teórico, a concepção dialógica da linguagem nos faz entender o papel essencial do *outro* no processo da comunicação verbal.

Além disso, Bakhtin nos explica que cada enunciado proferido pressupõe não só a utilização do sistema da língua, mas também a existência de enunciados anteriores, pois todo enunciado é um elo de outros enunciados, não podendo ser separado desses elos anteriores que o determinam. É, ainda, nesse marco que o autor sustenta seu estudo na premissa de que tudo aquilo que se diz é determinado não apenas pelo lugar de onde se diz, mas também nas relações históricas que caracterizam cada enunciado e, além disso, nessa perspectiva todo discurso proferido está contido num gênero específico.

Por outro lado, foi preciso considerar a especificidade do texto jornalístico que tem como eixo central a notícia de jornal para fazermos a análise das marcas enunciativas que constituem o gênero notícia. Para tanto, apoiei-me nos estudos de Charaudeau prioritariamente. Vale ressaltar aqui que nosso objetivo não era detalhar o estudo da noção de gênero, mas sim contextualizá-lo para melhor compreendermos a opção que tomamos no momento da seleção do *corpus* e para, ao mesmo tempo, podermos com fecundidade dar rumo à análise dos recursos discursivos que constroem o efeito de objetividade característico da notícia jornalística.

As marcas discursivas inerentes ao estudo do RDO são incidentes nas notícias do jornal escolhido e, de acordo com tal constatação, pude verificar que a marca maior de constituição dessa organização textual específica é o esforço por parte do enunciador-

jornalista de se apropriar desses recursos para dar uma suposta impressão de imparcialidade, visto que a mídia se declara atuante no direito democrático do cidadão-leitor ao tornar público os acontecimentos sociais de forma que sejam tomados como desvinculados de manipulações subjetivas.

Ainda que esse imaginário já tenha sido desfeito desde o início dessa tese, é importante lembrarmos que, com o surgimento da imprensa, as sociedades modernas passaram a conceber os meios de comunicação como principais fornecedores de informação, sem questionar as relações históricas e sociais que caracterizam essa instância discursiva. Entretanto, ao tomarmos por base a perspectiva da heterogeneidade enunciativa respaldada na alteridade discursiva que será desenvolvida no capítulo teórico, será impossível encarar a linguagem como sendo de caráter imparcial, estabelecendo, assim, uma ruptura com o alcance da busca de objetividade que propõe o jornalismo.

Vale salientar que a natureza linguística dos textos não é a configuração prioritária levada em conta pelos estudos que se pautam nas análises discursivas. O que interessa essencialmente aos estudos discursivos é a relação da língua com a historicidade do sujeito-falante. É a partir dessa relação linguístico-histórica que Eni Orlandi faz a distinção entre análise textual e discursiva.

Para a análise do discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. (Orlandi, 2002, p. 69)

Os textos jornalísticos que constituem nosso *corpus* têm como característica pragmática a atitude de distanciamento crítico em relação ao fato anunciado e, segundo a tradição linguística, a notícia é um gênero textual de composição essencialmente descritiva e narrativa, como se apenas esses dois modos de organização textual pudessem fazer parte deste texto. Entretanto, apontaremos, no decorrer de nossa análise, que a argumentação também se encontra fortemente caracterizada nas notícias, visto que o uso incidente do consensual “discurso citado” funciona, muitas vezes, como recurso capaz de argumentar o comentário dos jornalistas. Vale dizer que compreender os aspectos da organização textual não pode ser a única vertente capaz de explorar a interpretação das notícias jornalísticas, visto que a análise de um gênero deve compreender as relações entre os interlocutores, a polifonia discursiva, a constituição histórica de cada instância discursiva, os modalizadores, etc.

Para entendermos a aparente imparcialidade do texto noticioso presente no nosso *corpus*, além de fazermos uma interpretação da proposta editorial do jornal *El-Watan*, que explicita a autoimagem do jornal e seus propósitos comunicacionais, decidimos contrastá-los com os textos que faziam menção à Francofonia publicados na coluna editorial do jornal. A ideia de contrastar a coluna notícia, que supostamente se limita à função de informar, com os textos do editorial que buscam eminentemente comentar e se posicionar diante do fato para representar o pensamento oficial do jornal, surge não para fazer uma análise com ênfase comparativa, mas sim para fundamentar o estudo das marcas enunciativas que caracterizam o texto noticioso especificamente. Acrescento também a importância de alguns dados que esses mesmos textos nos fornecem, pois é de forma insistente que se percebe como a recusa da Argélia está estreitamente relacionada a elementos particulares da história do país.

Para tanto, selecionei três textos da coluna editorial e resolvi incluí-los no anexo da pesquisa, classificando-os de “material de complementação”²⁵. Não posso deixar de ressaltar aqui que os textos publicados no editorial que nos serviram para fazer um contraponto com as notícias também acompanhavam as datas dos *Sommets*, mas não foi encontrada ocorrência dos mesmos nos anos consecutivos de 2008, 2010 e 2012. O texto que explica a linha editorial de *El-Watan* também foi inserido nessa mesma subdivisão do anexo. O texto em questão tem por objetivo elucidar brevemente a conduta editorial do periódico. No seio de nossa análise, buscarei tecer interpretações sobre o referido texto a partir do destaque de excertos discursivos que evidenciam a pretensão de uma garantia de seriedade de suas informações.

Outro texto que resolvi incluir também na catalogação nomeada “material de complementação” intitula-se “Bouteflika aime la France et la Francophonie”. Esse texto de publicação francesa me pareceu bastante interessante por revelar a forma como a França percebeu a postura argelina no ano de 2006. Ainda que nosso objetivo não fosse relativizar o posicionamento dos dois países, acredito que esse texto ajudou a enriquecer a pesquisa na medida em que ele nos fez perceber o quanto um único e mesmo objeto pode ser visto de forma tão díspare.²⁶

²⁵ Todos os textos inseridos nos anexos com a intitulação “material de complementação” serão traduzidos quando mencionados, uma vez que os mesmos não fazem parte de nosso *corpus*.

²⁶ Retomarei esse texto no detalhamento do capítulo de conclusão. O mais importante agora é explicitar que nossa intenção não era trabalhar com os efeitos de sentidos produzidos em jornais de origem francesa. Entretanto, ao longo das buscas realizadas na internet para a obtenção do recorte de nosso *corpus* deparei-me inevitavelmente com alguns textos de autoria francesa e este me chamou atenção especial. Se nosso foco de estudo recaísse sobre o ponto de vista exaltado pela mídia francesa, estaríamos forçados a traçar um procedimento de análise divergente daquele em que nos pautamos inicialmente. Assim, decidi ilustrá-lo para fundamentar com precisão a importância do critério metodológico de seleção do nosso *corpus* de pesquisa científica.

Uma vez definido o *corpus* e seus textos de complementação, partimos, em seguida, para a operacionalização da análise do embate existente nas diferentes vozes presentes no referido *corpus*, tendo como entrada privilegiada, para tanto, o estudo da RDO. O primeiro passo dessa etapa foi o destaque das formas de RDO presentes no texto.

Para além das formas clássicas de DR conhecidas por DD e DI presentes em nosso *corpus*, busquei encontrar outras formas ali representadas e, assim sendo, encontrei a inserção da *voz do outro* através dos recursos MDS, MAE e *Intertexto*²⁷ O objetivo aqui era fazer a identificação dos diferentes recursos que permitem a inserção de *outras vozes* no interior dos textos para ilustrar que o uso de certos tipos de RDO pode criar efeitos de sentidos completamente distintos.

Se nossa proposta inicial era verificar como a questão vinha sendo desenvolvida no texto jornalístico com o intuito de identificar a postura atual da Argélia através dos efeitos de sentidos que a imprensa escrita reproduz no seio da sociedade argelina, buscamos entender, nesse último momento, a relação que existe entre as diferentes formas de RDO e a temática dos interdiscursos recorrentes no *corpus* para, enfim, propor interpretações para os efeitos de sentidos que essa articulação produz. Não posso deixar de insistir que não incluirei em nossas análises a interpretação da “falta de marcas” entendida por heterogeneidade constitutiva como, por exemplo, o eco de outros discursos, as citações escondidas e as reminiscências, pois nosso foco de análise recai sobre as formas explícitas da heterogeneidade representada.

Passaremos, a seguir, para o capítulo que tem por objetivo elucidar o escopo teórico desta pesquisa. Inicialmente, trataremos algumas reflexões sobre a noção de gênero discursivo desenvolvida por Bakhtin (1979/1997, 1927/2006) e, em seguida, elucidaremos, à luz da teoria de Charaudeau (2012), as principais características da notícia de jornal. Com o apoio dos trabalhos de Compagnon (1979/2007) e Laurence Rosier (2008), esboçaremos também um estudo diacrônico sobre a citação e, por fim, faremos uma síntese dos conceitos fundamentais que constituem a teoria da heterogeneidade enunciativa desenvolvida por Jacqueline Authier-Revuz (1982, 1990, 1998a, 1998b, 2001, 2004 e 2012).

²⁷ Enfatizamos que os conceitos de DD, DI, MDS, MAE que desenvolveremos nesta tese são apoiados na abordagem de Authier-Revuz, enquanto que para esboçar o conceito de Intertexto, apoiar-me-ei nos trabalhos desenvolvidos por Vera Sant’Anna. Acrescento que a definição de cada conceito encontra-se no último item do capítulo teórico (capítulo 4, item 4.5) e igualmente ilustrado no capítulo analítico (capítulo 5, item 5.2) Neste último, evidenciarei a existência da mescla de algumas das categorias descritas aqui.

4 QUADRO TEÓRICO

4.1 SOBRE OS GÊNEROS DISCURSIVOS.

“Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e a abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo entre a língua e a vida.”

(BAKHTIN, 1979/1997, p.283)

Foi com o objetivo de investir na compreensão do gênero discursivo com o qual nosso *corpus* se identifica que resolvi recorrer aos trabalhos de Bakhtin (1979/1997). Para desenvolver seu conceito de gênero discursivo, o autor parte da premissa de que os enunciados, entendidos como manifestações do uso da língua, são marcados pela especificidade das diferentes esferas de comunicação da atividade humana, isto é, os modos de utilização da língua variam de acordo com as próprias ramificações que constituem cada sociedade. Nessa perspectiva, qualquer comunicação verbal reflete as condições específicas dessas diferentes esferas, o que nos permite entender que os enunciados se dão obrigatoriamente por gêneros do discurso. Como apresenta o autor:

“Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.”
(BAKHTIN, 1979/1997, p. 281)

Com efeito, Bakhtin evidencia que o estudo da natureza e diversidade dos enunciados tem relevância fundamental para a compreensão das unidades da língua. Ao acreditar que as palavras e orações isoladas carecem de expressividade, o autor considera o enunciado como unidade da comunicação verbal.

As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa acepção rigorosamente linguística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade de fala. (op. cit., p. 299)

O enunciado, por sua vez, é marcado pela alternância dos sujeitos falantes, que determina a fronteira entre os enunciados e satisfaz a unidade real da língua. Parte-se do princípio que ambos os locutores assumem significação nas trocas comunicacionais no momento em que o coenunciador passa a assumir uma postura determinante na interação verbal.

O enunciador não é mais visto como origem de uma dada comunicação verbal. Essa noção se funda na crença da réplica do diálogo desenvolvida por Bakhtin. Toda tomada de palavra visa a resposta do outro, uma *compreensão responsiva ativa*, que determina o *querer-dizer* do locutor, caracterizando uma dada esfera comunicacional. E esse enunciado também se relaciona com outros diálogos anteriores que estão ligados às formas típicas de estruturação de um gênero discursivo específico.

Segundo Bakhtin, o que determina a forma do gênero em que o enunciado será estruturado é a fusão de três conceitos: o conteúdo temático que varia conforme as esferas da comunicação e os locutores nelas inseridas, o estilo verbal determinado não só pela adequação ao objeto do discurso, mas também pelo modo como o locutor percebe seu destinatário e a construção composicional das unidades que definem cada tipo de enunciado. Interessante destacar que Bakhtin destaca esses conceitos a fim de elucidar a importância essencial do *outro* no processo da comunicação verbal.

É ancorado no ponto de vista da associação temática, composicional e estilística que Bakhtin se apoia na estabilidade relativa dos enunciados como sendo a condição de realização de qualquer comunicação verbal. Ainda que na prática os locutores ignorem totalmente essa fundamentação teórica, Bakhtin nos faz refletir que todo enunciado se realiza com base na escolha de um gênero discursivo.

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. (BAKHTIN, 1979/1997, p. 302)

Vale retomar aqui a considerável importância dada ao papel do destinatário na troca comunicacional desenvolvida por Bakhtin (1979/1997) no momento em que o autor elabora sua descrição dos *tipos relativamente estáveis* de enunciados. No caso desta tese, o público leitor deve ser entendido como um dos principais responsáveis pela delimitação do gênero discursivo, uma vez que o texto jornalístico deve suscitar sua apreciação e, por essa razão, o

jornalista postula, como preferiu chamar Bakhtin, uma *compreensão responsiva ativa* capaz de garantir a adesão de sua produção textual.

Como foi apresentado nos parágrafos precedentes, Bakhtin acredita que entender a noção de gênero é o mesmo que compreender a própria noção de língua. Para a realização de toda tomada de palavra faz-se necessária a utilização de um gênero discursivo, visto que todos os enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um modo. Assim sendo, antes de se preocupar em classificar os diferentes gêneros discursivos, Bakhtin acentua a relevância da diversidade que envolve cada gênero ao acreditar que eles evoluem e modificam à medida que as esferas da atividade humana se ampliam e se redefinem. Dito de outra forma, o gênero é um certo modo de agrupar ideias e recursos expressivos que contribuem para a estruturação e organização da comunicação. Ainda que os gêneros garantam uma certa estabilização, eles estão em contínua mutação, devido a sua característica historicamente variável. Quanto à amplitude da quantidade dos gêneros, Bakhtin afirma:

A riqueza e variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1979/1997, p. 280)

Diante da problemática relativa à heterogeneidade dos gêneros discursivos, o autor propõe uma caracterização tipológica para esses gêneros, a saber, o *gênero primário* e o *gênero secundário*. Enquanto os gêneros primários são aqueles que emanam das situações de comunicação verbal espontâneas como, por exemplo, as conversas cotidianas, as cartas informais, etc, o gênero secundário é mais complexo e relativamente mais evoluído, configurando o discurso científico, político, ideológico, etc.

Na ótica de Bakhtin o gênero textual é a materialidade enunciativa caracterizada especialmente pela sua função, formando uma listagem muito mais abrangente do que aquela tradicionalmente apresentada pelas gramáticas como modos de organização textual - narração, argumentação, descrição, injunção e exposição. Privilegia-se nos estudos dos gêneros o princípio de classificação que leva em conta o funcionamento dos discursos e a integração de forças institucionais, históricas e sociais. Isto não significa que o aspecto formal de sua realização será excluído, mas apenas será percebido diferentemente, uma vez que para os estudos discursivos a sistematicidade linguística constitui a condição material de base sobre as quais o discurso se desenvolve.

Ao criticar os estudos tradicionais das tipologias formais por não explorar a articulação da função e finalidade históricas dos discursos vigentes nas diferentes esferas da atividade humana com os consagrados tipos textuais, Bakhtin (1979/1997) insiste que antes de essas formas prototipicamente definidas serem usadas, elas devem ser compreendidas como manifestações de enunciados que refletem os propósitos sócio-históricos de sua realização comunicacional. Nesta mesma direção, acreditamos que a caracterização dos tipos textuais tal como descreve a tradição não acompanha a lógica da inscrição social dos enunciados, constituindo apenas uma forma de entrada para qualquer análise, mas nunca seu foco principal.

Partindo do princípio que nesta tese fazemos a análise de um *corpus* que se encaixa nas coerções do gênero discursivo notícias jornalísticas, desenvolveremos, no próximo item, um estudo voltado para o funcionamento desta configuração discursiva. Para tanto, apoiarme-ei nos estudos de Charaudeau no que concerne ao discurso das mídias.

4.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO TEXTO JORNALÍSTICO COM ENFOQUE NO GÊNERO NOTÍCIA.

O texto jornalístico é bastante singular, uma vez que o jornal exerce uma função política sobre a sociedade. Nesse sentido, o jornal enquanto instituição diz estabelecer um pacto de respeito com seu leitor ao buscar se pautar no princípio da imparcialidade e da objetividade de suas notícias. Entretanto, como nos apresentam as teorias discursivas recentes, a redação do jornalista estará obrigatoriamente atrelada à postura social do jornalista e às normas impostas pelo jornal. E, segundo Benites (2002), o próprio público já cria expectativas e exigências sobre o jornal de sua credibilidade. Nas palavras da estudiosa: “O leitor exige do jornal qualidades como ética, independência, imparcialidade, que o veículo, prontamente, dá a impressão de ter.” (op. cit., p. 11)

A pretensão declarada pelos jornais sobre o critério que define o texto de informação é o comprometimento da transmissão de um determinado fato desprovido de atenuações subjetivas. Entretanto, sabemos que não existe neutralidade na escolha do locutor citante diante daquilo que ele cita, ou seja, a busca de invisibilidade por parte do jornalista não é crível, visto que o jornal realiza obrigatoriamente uma seleção dos acontecimentos e das enunciações que ele julga relevante para seu público.

Para Charaudeau (1997/2012), a definição da finalidade do discurso da informação presente no imaginário midiático é ambígua. O autor justifica-se ao dizer que os profissionais da informação são identificados como colaboradores da democracia em prol da cidadania por tornarem públicos os acontecimentos sociais e, para tanto, se pautam na lógica comercial dos jornais aos quais os mesmos estão inseridos, o que torna essa finalidade suspeita devido às implicações que cada jornal exerce para captar e atrair seu público-leitor.

[...] as mídias apresentam-se como um *organismo especializado* que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia [...] Entretanto, trata-se de um organismo que se define também através de uma lógica comercial: uma empresa numa economia de tipo liberal e, por conseguinte, em situação de concorrência com relação a outras empresas com a mesma finalidade.” (CHARAUDEAU, 1997/2012, p. 58-59, grifo do autor)

É ainda nesse mesmo sentido que o autor acrescenta que não há “grau zero”²⁸ da informação, acreditando, no entanto, que a finalidade da informação não atenda, a priori, ao interesse a serviço da democracia, mas aquele voltado para a concorrência comercial dos jornais.

Se as manchetes dos jornais são diferentes, é porque, para se diferenciar do concorrente, cada jornal deve produzir efeitos diferentes. Imaginemos como seria uma imprensa com manchetes idênticas em todos os jornais, com números sem comentários, transcrições de decreto, citações *in extenso*.” (op. cit., p. 59)

De acordo com Charaudeau (op. cit.), o discurso informativo não se limita apenas ao “imaginário do saber”, no qual a informação é compreendida pela mídia como transmissão de um saber que o outro ignora, mas também ao “imaginário do poder”, que exerce definitiva força de influência sobre a legitimidade dessa transmissão. Trata-se, na verdade, da atribuição de credibilidade consagrada à fonte dessa informação. Como nesse imaginário a instância midiática é reconhecida como fonte autorizada a reproduzir os fatos sociais, Charaudeau diz que a informação como proveniente dessa influência permite às diversas mídias a detenção de uma parte do poder social. Interessante ressaltar que para o autor o DR quando vinculado à imprensa deve ser visto como uma questão de responsabilidades e manipulações do discurso do outro. Nesse sentido, o autor acredita que o uso do DR no discurso da informação jornalística é um fenômeno que exige reflexão.

²⁸ A expressão “grau zero” é entendida pelo autor como “ausência de todo implícito e de todo valor de crença”. (CHARAUDEAU, 1997/2012, p.59)

Um dos maiores problemas ao qual é confrontado incessantemente o discurso das mídias – e particularmente o discurso da imprensa escrita – é o discurso relatado. Tanto na tradução das notícias de agências de imprensa quanto nas declarações de políticos, este discurso oscila constantemente entre uma “citação” fiel (apresentada entre aspas) que pode raramente ser dada na sua totalidade (in extenso) e uma “interpretação” dos fatos e gestos, assim como os “não ditos”. (CHARAUDEAU, 1992, p. 628)

Assim, conforme o imaginário construído pelos jornais parte-se do princípio de que o jornalista segue o regulamento interno e perfil do jornal ao qual ele é vinculado. No que tange à notícia, que busca adotar um ponto de vista distanciado daquele que a reproduz, o jornalista insere suas selecionadas citações e é através dos “relatos de fala” que ele apresenta pontos de vista diferentes, ou contrários, mas buscando não ser explicativo para não tomar partido, pois, conforme exigência das empresas jornalísticas, a formação de sua própria opinião não deve estar ali representada.

Dentre as especificidades dos gêneros da imprensa escrita pertencentes ao contrato de comunicação midiática e aos dispositivos próprios de cada jornal, descrevo aqui três exigências descritas por Charaudeau como essenciais: visibilidade, legibilidade e inteligibilidade. A primeira diz respeito à estratégia de organização das notícias de modo que elas sejam facilmente encontradas pelo seu leitor. A segunda exigência tem a ver com a acessibilidade das notícias no que concerne ao seu entendimento e clareza. A intenção aqui é promover a compreensão do maior número de pessoas que integram o público alvo do jornal. Em outras palavras, ao se pautar em um público-alvo ideal²⁹, os textos devem abranger a compreensão do maior número possível de leitores. A última é correlacionada às anteriores, mas vinculada particularmente às diferentes formas textuais que se manifestam como esclarecimentos, comentários e análise das notícias.

Diante das exigências dos manuais de redação das empresas jornalísticas reveladas por Charaudeau, reitero dizendo que o texto jornalístico apresenta-se como sendo aquele de linguagem compreensível, já que o jornal pretende destinar-se a um grande número de leitores. É interessante explicitar que tal noção é vinculada à crença de que compreensão é sinônimo de clareza, sem considerar que a capacidade de compreensão depende particularmente de parâmetros restritos às interferências interpretativas que se relacionam com a dimensão social do sujeito-leitor.

²⁹ Ainda que existam sondagens sobre o perfil dos leitores de cada jornal, a “instância-alvo ideal” é compreendida por Charaudeau (1997/2012) como hipotética, porque ela nos faz considerar esse pretense público e suas reações.

Uma observação que também se faz necessária é a constatação de que a informação midiática cria uma “expectativa” sobre o seu público e o que lhe interessa e, portanto, parte desta hipótese para captar seus leitores, o que nos faz avaliar a importância dos leitores oriundos dos “pré-construídos” de cada jornal para a elaboração dos textos jornalísticos. Não poderia deixar de fazer aqui um paralelo do que Charaudeau apresenta como “destinatário-alvo”, conceito estreitamente correlacionado às previsões a respeito do público-leitor ideal de cada jornal³⁰, com a premissa desenvolvida por Bakhtin de que todo enunciado se elabora em função da influência de uma resposta pressuposta.

Dito de outra forma, ainda que a mídia se mostre como instância transmissora de informações, a mesma não explicita que tal proposta é feita em função de seus interesses e expectativas. Além disso, devo acrescentar que, segundo Charaudeau, para que tal atividade se efetive, o imperativo da captação é primordialmente exigido, o que obriga o jornalista a recorrer às estratégias de sedução e persuasão. Inclusive, como descreve o autor, faz-se necessário, em muitos momentos, recorrer a uma dramatização marcada por um paradoxo.

Por um lado, pretende transmitir informação da maneira mais objetiva possível, e isso, em nome de valores cidadãos, por outro, só pode atingir a massa se dramatizar a cena da vida política e social. (CHARAUDEAU, 1997/2012, p. 243)

Dando continuidade aos estudos de Charaudeau, deparei-me com o que o autor chama de “máquina midiática”, ou seja, o conjunto de fatores ao qual o jornalista é submetido quando inserido em uma empresa jornalística. Tal fenômeno envolve as condições e procedimentos que determinam as informações midiáticas³¹. Desse modo, as condições de produção dos artigos jornalísticos implicam necessariamente em um conjunto de fatores, regras e restrições que certamente determinam seus textos. Não podemos deixar de considerar também a relação histórica desse gênero discursivo, uma vez que na perspectiva discursiva a historicidade determina a enunciação.

Acredito ser válido acrescentar aqui a definição dos elementos que permitem a realização discursiva em sua generalidade. De acordo com Michel Pêcheux, as “condições de

³⁰ Como diz Charaudeau (1997/2012, p.79), “é claro que há pesquisas que tentam definir *perfis* de leitores, ouvintes e telespectadores, que cada organismo de informação faz escolhas quanto ao alvo em função de opiniões políticas, de classes sociais, de faixas etárias, de locais de residência (cidade, campo), de profissões, mas não deixam de ser hipóteses a respeito do público.”

³¹ Conforme Charaudeau, “os diferentes suportes midiáticos não podem ser confundidos pois não obedecem às mesmas regras de funcionamento, não trabalham com o mesmo material, logo, não produzem os mesmos tipos de efeitos sobre um público que, aliás, não é o mesmo”.(op. cit., p.252)

produção” do discurso compreendem a posição dos protagonistas do discurso e o contexto no qual aparece o discurso. Deve-se levar em conta também a memória discursiva como fenômeno que assegura a possibilidade do processo discursivo e as antecipações que o emissor faz sobre as representações do receptor. A respeito das antecipações, trata-se de representações imaginárias que o locutor tece sobre sua posição e também sobre a posição do seu receptor. É nesse sentido que o teórico afirma que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias.

No caso dos artigos de nossa tese, por exemplo, essa ideia reforça nosso critério de seleção como sendo aquele que recorre a artigos oriundos de autoria jornalística expressa, mas não porque acreditávamos que o jornalista estava na origem da informação, visto que partimos do princípio que ele é atravessado por já-ditos, mas sim porque pretendemos também entender como funciona o direcionamento que o jornalista recebe dentro de sua instituição a partir da materialidade discursiva que ele produz.

Diferentemente dos críticos tradicionais que denunciam a deformação das notícias e sua conseqüente repercussão na sociedade, Charaudeau não acusa a mídia como a única instância manipuladora das informações. Ele esclarece tal posição dizendo que “é claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos” (CHARAUDEAU, 1997/2012, p.253), todavia elas não agem de forma proposital, pois elas também são “vítimas de manipulações de instâncias exteriores” (op. cit., p. 252). Logo, para Charaudeau, o texto noticioso, além de ser perpassado pela condição discursiva que caracteriza a empresa jornalística, sofre ingerências no seu contexto de produção. Ou seja, há acima da máquina midiática as instâncias exteriores que são descritas por exigência de três fatores fundamentais: a atualidade, o poder político e a concorrência.

Como o jornal, por exemplo, está preso a uma concorrência comercial, ele precisa obrigatoriamente abordar os mesmos assuntos que circulam no seio de seus adversários e, para tanto, deve buscar ser diferente fazendo como os outros, uma vez que seu objetivo maior é atingir destaque entre seus concorrentes. Dessa forma, o conceito de atualidade na mídia deve ser encarado diferentemente, pois muitas vezes o fato atual não é suscetível de atração. Assim, para o cumprimento dessa exigência externa não basta que a notícia seja atual, é necessário que ela pareça atual. Os concorrentes estão presos também à captação de leitores, o que lhes faz publicar de acordo com a demanda do seu público. Ou seja, devemos interpretar o texto noticioso não apenas a partir dos acontecimentos que recobrem os fatos atuais da sociedade, mas os efeitos de atualidade que existem em cada publicação.

Por outro lado, temos o poder político que se interessa pela construção da opinião pública e, para tanto, disponibiliza seus relatos para expandir seu ponto de vista. E, ainda que a mídia denuncie qualquer discurso político, esses discursos são retomados pelos jornalistas com o intuito de torná-los públicos, o que faz com que a palavra dos políticos possa ser interpretada diferentemente do direcionamento que propõe cada empresa jornalística. Charaudeau explica que a mídia fica sob o efeito dessa encruzilhada.

[...] as mídias se acham presas nessa armadilha, pois mesmo que pesquisem para confirmar a veracidade do que dizem ou para denunciar as mentiras, são obrigadas a divulgar as declarações dos políticos, logo, a dar livre curso a seus efeitos. (CHARAUDEAU, 1997/2012. p.258)

Como já dito anteriormente, as citações que caracterizam o gênero em questão existem para dar credibilidade ao fato citado, bem como, em outras circunstâncias, isentar o jornalista de ser o responsável pelos escritos. É com o intuito de verificar o efeito de sentido que produz tal maneira de tratar a informação que acreditamos ser relevante compreender os recursos de ordem textual-discursiva ao qual o jornalista se submete quando propõe suas distintas formas de citar.

Do ponto de vista pragmático, a opinião só aparece no jornal em momentos previamente definidos e não é considerada o propósito primordial do periódico. É nessa ótica que o jornal abre espaço para textos opinativos, sendo eles inseridos exclusivamente na coluna chamada editorial, todavia o texto informativo que busca ser isento de subjetividade ainda é o motor que engendra o jornalismo. Fazendo referência às reflexões de Sant'Anna (2000) e Deusdará (2007) no que tange às especificidades do texto noticioso, privilegio a tensão entre informar e opinar como outra característica organizadora desse gênero discursivo, desfazendo a possibilidade de encarar a notícia como objetiva, mas sim tendenciosa.

É nesse sentido que o jornal apresenta a notícia e o editorial como dois textos independentes. De acordo com os autores mencionados no parágrafo anterior, essa fragmentação não deve ser entendida de forma simplificada e óbvia, visto que é possível identificar no interior do texto noticioso a existência da tensão entre informar e opinar. Logo, os textos que se pretendem informativos são decorrentes dos efeitos de sentido que eles produzem. Isso ocorre porque a qualidade e o respeito propostos pelo jornal a fim de garantir a adesão de um certo público leitor depende da garantia desses efeitos de sentido especialmente.

A tensão existente entre opinar e informar é constituinte do texto jornalístico, o que faz com que a imprensa seja participante ativa dos movimentos sociais de um determinado grupo, no interior do qual ela é produzida. (SANT'ANNA, 2003, p. 170)

Contudo, a suposta imparcialidade que a mídia visa alcançar ao buscar informar objetivamente nada mais é senão a criação de um efeito de sentido, visto que por meio de procedimentos que garantem a ilusão de fidelidade às palavras de outrem, o jornal dá a impressão de que o jornalista é a voz autorizada e confiável para, de forma neutra, transmitir a reprodução da voz do outro. Essa “voz autorizada” só ganha peso por se encontrar num “lugar legítimo”, um dos critérios que Maingueneau (1887/1997) também descreve para delimitar a noção de gênero.

4.3 ENTENDENDO A CITAÇÃO HISTORICAMENTE

Conforme Compagnon (1979/2007), em um período arcaico, a citação tal como a concebemos hoje não era aceita, uma vez que o modelo de discurso predominante era de caráter oral exclusivamente e, nesse sentido, com base no conceito da eficácia da fala inspirada, cada palavra era tida como única e não repetível. Todavia, o poeta Simonide foi o precursor dos retóricos e dos sofistas a descobrir e elaborar sua teoria da imagem, conhecida também por *mimésis*. Ao romper com a tradição, o modelo do discurso torna-se gráfico e visual e, pela primeira vez, acreditou-se na possibilidade da repetição interdiscursiva. Simonide é um marco na poética por romper com a tradição da palavra como inspiração de base essencialmente oral, conceito sustentado por Platão até então. Para esse último, toda repetição das palavras do outro era um discurso sem denotação, a arte de um simulacro. No entanto, seu posicionamento diante dessa nova concepção era reprovador, pois lutava contra a escrita e a memória na tentativa de revalorizar a fala em relação à escrita.

Enquanto Sófocles e Platão reprovavam a *mimésis* e a memória, Aristóteles preferia reconhecê-la como um recurso de virtudes positivas. Desde então, os retóricos passaram a preservar tal categoria discursiva e utilizá-la com empenho, pois a estratégia de argumentação do discurso passou a ganhar validade através das repetições que ele operava. Diante de condições sociais tais como a fraca difusão do texto, a predominância do oral sobre o escrito e a não existência da noção do direito do autor, o critério do controle da inclusão de uma

citação era mantido pela tradição, sendo justamente regulado pela causa lógica de sua conformidade com o texto.

Convém registrar ainda que havia, na divisão tradicional da retórica, duas espécies de citação: a repetição do pensamento, *repetitio sententiarum*, e a repetição das palavras, *repetitio verborum*. A diferença essencial entre ambas residia na questão da repetição das palavras efetivamente ditas e na sua reformulação. A citação do pensamento era aquela que fornecia o significado enquanto que a repetição das palavras fazia remissão ao significante. A primeira é considerada a citação valorizada em detrimento da segunda, pois é aquela que “fica próxima das coisas, toca o sentido e os sentidos, sobrevive à sua enunciação, pois é antes de tudo conceitual” (COMPAGNON, 1979/2007, p. 87). A repetição das palavras do outro, a *vox*, foi incessantemente desvalorizada e denegrada no pensamento antigo. Como nos diz Compagnon (op. cit., p. 88), “com a *vox*, o orador dá a voz, ele se doa, empresta seu corpo, seu órgão a uma ressonância.” Acreditava-se que o orador que se submetia a tal recurso perdia o controle de si mesmo e, por isso, era desqualificado.

De acordo com Compagnon, Platão condenava o DD, porque dar a palavra ao outro resultava em simulação. Isto posto, cumpre refletirmos que, ao contrário do que vemos no imaginário atual, o DD não tem sua gênese no paradigma da verdade, lugar de reprodução fiel do discurso do outro, mas sim no espaço de possibilidades de simulação de um dizer, visto que Platão condenava tal recurso ao encará-lo como uma ilusão que servia para enganar. Tem-se, nesse momento, o prestígio do DI em detrimento do DD, pois Compagnon em suas releituras de Platão constatou que o fenômeno que funcionava como boa cópia era aquele que nomeamos hoje DI.

A transição da escrita medieval à escrita clássica constitui-se em um deslocamento da noção de referência atribuída à citação, uma vez que o critério de causa lógica imanente ao texto exercido pela retórica passa a ter como eixo central o argumento do cogito cartesiano e, nessa nova perspectiva, o sujeito da enunciação deve estar obrigatoriamente situado frente à sua citação. Desse modo, a diferença crucial entre a regulação aristotélica e a regulação clássica no que concerne a repetição interdiscursiva reside no enfoque dado ao enunciado em um primeiro momento e a nova atuação que se estabelece entre o sujeito e sua enunciação.

Como nos apresenta Compagnon (op. cit.), apesar de alguns autores clássicos já exigirem a exatidão da citação, o advento da imprensa é, de fato, o responsável pela regulação do texto citado e pela formalização da pontuação na escrita. A necessidade de submeter a citação a um novo sistema de controle surge com o aumento da produção textual ao longo do

século XVII devido ao questionamento da noção de texto primeiro, que compreendia apenas a Bíblia. O reconhecimento dos escritos de autores pagãos fez surgir um forte movimento de retorno aos textos gregos e latinos da antiguidade e, assim sendo, houve uma transformação quantitativa no que se refere à produção textual no período clássico.

Dentre as diversas regras que moldavam o texto, a regulação inaugurada pela idade clássica que nos interessa aqui é a exigência do uso do sinal tipográfico da citação, as aspas, a fim de delimitar um discurso apresentado em estilo direto. O impressor Guillaume cria, no século XVII, um indicador que equivaleria a “Eu cito” para substituir a simples repetição do nome próprio do autor citado, operação existente anteriormente quando o objetivo era evidenciar que a palavra havia sido dada a um outro.

Essa transformação no universo textual fez surgir ao longo do século XVII uma nova noção de autor do texto. O autor da idade clássica é aquele que responde pelos seus atos e registros, visto que ele assume a responsabilidade daquilo que ele produz. A escrita, com base na noção de sujeito cartesiano, é a propriedade de um único sujeito e a ele se atribui as consequências daquilo que fabrica. Ao fazer uma leitura dessa concepção, Compagnon (1979/2007, p.111) nos diz que sua assinatura na capa de um livro “testemunha o engajamento de sua pessoa, único fator comum e único referente, em última instância, da variedade das enunciações pelas quais ele se reconhece responsável”.

No período clássico, como nos apresenta Laurence Rosier (2008), a correlação entre *oratio recta* e *oratio obliqua*, termos entendidos hoje por DD e DI, era realizada a partir da oposição de ordem retórica, isto é, do antagonismo usado para diferenciar gêneros discursivos. A autora, apoiando-se em uma perspectiva diacrônica, nos faz entender que devido à exigência lógica do século XVII, o DR, que era tratado no caso das figuras de narração, passa a ganhar um estatuto gramatical. Todavia, a supremacia do DD sobre o DI presente hoje nas gramáticas ainda não existe na gramática de Port-Royal. Ainda que apresentado como um fato gramatical - DI como forma derivada do DD - o DD continua condenado, uma vez que tal prática é considerada pelos autores da referida gramática como um arcaísmo que implicava na destruição da harmonia do texto, promovendo um rompimento na cadeia discursiva. Conforme Rosier:

As primeiras menções dos DD e DI como par gramatical se encontram na *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal, no século XVII. Os Senhores de Port-Royal privilegiam a forma indireta. Porque essa preferência? Por que a forma direta (sem vínculo sintático explícito) justapõe duas enunciações e ameaça a unidade da predicação. (ROSIER, 2008, p. 12)

Dando continuidade a esse estudo, a autora busca entender a mudança de estatuto conferida ao DD. Desse modo, Rosier afirma que a fundamental mudança ocorre devido à entrada em cena do discurso indireto livre no século XIX ³². Tradicionalmente, o DIL distingue-se das demais categorias de relato devido ao fato de as demarcações entre o dizer do narrador e do personagem serem imperceptíveis. Para explicar tal questão, Rosier (ROSIER, 2008. p. 13) diz: “Quando o estilo ou discurso indireto livre é percebido nos romances de Zola e Flaubert pelos gramáticos no final do século XIX, a dicotomia DD/DI se estabelece”. Dito de outra forma, os fatores que permitiram a mudança do estatuto do DD resultam do surgimento das aspas e do reconhecimento do DIL na literatura do século XIX. A função linguística das aspas, que serve para relatar diretamente as palavras do outro, permite o reconhecimento da autonomia sintática do DD. Ao encarar as aspas como uma marca tipográfica que possibilita a manutenção do discurso do outro, o DD passa a funcionar como forma autônoma e, desse modo, é reconhecido como forma que possibilita a reprodução fiel das palavras do outro. De acordo com Rosier, “O DD usa marcas próprias para uma reprodução fiel tal como a citação e se constrói como verdadeiro ou fazendo a verdade. O DI se torna a partir daí discurso da transposição, do falso.” (op. cit., p. 43)

Pensando discursivamente, observamos que o efeito de verdade que se faz presente hoje nas gramáticas não é o mesmo que aparecia na antiguidade clássica, o que nos faz compreender que os sentidos modificam com o tempo. E, através do estudo proposto por Antoine Compagnon e Laurence Rosier, percebemos que o DR significou diferentemente em épocas distintas. Segundo Laurence Rosier, é Authier-Revuz quem inaugura uma nova perspectiva para o DR, a partir dos estudos da modalização autonímica.

Com o intuito de explicitar a heterogeneidade que constitui as aspas da RDO, Authier-Revuz recorre ao trabalho de Rey-Debove, especialmente à noção de conotação autonímica, para elaborar seu próprio conceito de *Modalização Autonímica*. O uso das aspas da conotação autonímica recai sobre a necessidade de o locutor marcar seu distanciamento mediante a uma palavra ou expressão que ele faz, ao mesmo tempo, uso e menção. No caso da conotação autonímica de Rey-Debove, os elementos pontualmente localizados que indicam o discurso do outro são percebidos como marcas de exterioridade concreta, já na abordagem desenvolvida por Revuz essas marcas são entendidas como uma das manifestações da alteridade enunciativa, uma vez que ao indicar esse outro como algo que lhe exterioriza, tem-

³² Ainda que Rosier nos diga que encarar o DIL como tendo surgido no século XIX é bastante ingênuo, a autora nos mostra que a forma canônica de uso do DIL presente nos textos de Flaubert não é a mesma do DIL que encontramos, por exemplo, em *La Fontaine*, nem mesmo nos textos medievais e da antiguidade. (op. cit., p. 15)

se a reafirmação da unidade e conseqüente ilusão da homogeneidade do discurso. É através destes elementos autonímicos pertencentes ao outro que Authier-Revuz acredita poder apreender o ponto de vista do falante em relação a esse outro que interfere no seu discurso. Conclui-se, assim, que essa exterioridade localizável resulta em uma interioridade, ou seja, percebe-se que o exterior está no interior do sujeito necessariamente³³.

4.4 DO “DISCURSO RELATADO” À HETEROGENEIDADE DA “REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO OUTRO”

Como explica Laurence Rosier (2008), a posição predominante hoje em diversas gramáticas no que concerne aos modos de representação do discurso é fruto de um processo histórico originado no século XVII com a Gramática de Port-Royal. Ainda que a posição desta gramática seja de interdição do DD e de primazia do DI, percebe-se que é através da particularidade sintática do DR que os DD e DI passam a ser pensados em uma gramática.

Tendo a gramaticalização dos relatos se formalizado com ênfase no estudo da subordinação, o privilégio do DI se dá devido à sua valorizada unidade da predicação. É somente no século XIX com a forte incidência do DIL nos textos literários que os gramáticos fundamentam os estudos do reconhecimento da fala relatada a partir de três formas, a saber, o DD, o DI e o DIL. A distinção existente entre DD e DI reside sobretudo na fidelidade à voz do outro que caracterizaria o primeiro caso em detrimento do segundo. No que toca ao DIL, convém explicar que as gramáticas normativas o apresentam como sendo a terceira modalidade das formas, uma vez que é percebido como resultante da mistura do DD e DI. Trata-se de uma técnica narrativa que visa evidenciar os pensamentos do personagem, suas ideias e reflexões, mas expressos pelo narrador. Ao ser comparado ao DI “puro”, palavra de Rocha Lima (1997), sua característica maior é a supressão do verbo *dicendi* e de qualquer elo subordinativo. Ao permitir um efeito uníssono, esta construção aproxima a fala do personagem e narrador.

Este modo esquemático de apresentação do conteúdo em questão é encarado como decorrente de uma progressão, haja vista a suposição de interdependência entre essas formas. A título de ilustração, temos o seguinte exercício de transposição apresentado por Rocha Lima em *Gramática Normativa*:

³³ É pertinente acrescentar que, à luz das teorias enunciativas, a modalização autonímica não é classificada como “categoria de relato”, mas sim como um recurso que se faz presente em diferentes modos de representação de um discurso outro. Retomaremos esta questão no item 4.5

(1) Estilo direto: *O sacerdote, com o coração a sangrar, disse: “Positivamente, este país não é amigo de Deus.”*

(2) Estilo Indireto: *O sacerdote, com o coração a sangrar, disse que positivamente aquele país não era amigo de Deus.*

(3) Estilo indireto livre: O sacerdote estava com o coração a sangrar. Positivamente, aquele país não era amigo de Deus.

Recorri também ao *Le bon usage* de Maurice Grevisse (1986/1988) e nele encontrei que, no curso de uma narrativa, as palavras de outrem seguem exatamente a técnica de redação dos três processos descritos no parágrafo precedente. A transposição do estilo direto para o estilo indireto é a noção que ganha maior peso na explicação da referida gramática e as alterações resultantes deste processo são: (1) a subordinação por meio da conjunção *que* e (2) a modificação das expressões de modo, tempo e pessoa. No que tange ao DI, temos a seguinte afirmação:

O narrador relata as falas segundo seu ponto de vista. (...) As frases que reproduzem as falas (ou os pensamentos) são colocadas na dependência gramatical de um verbo principal e são transformadas em orações ou infinitivos. “*Paulo disse que ELE ESTAVA CONTENTE*” e “*Paulo disse ESTAR CONTENTE*”. (op. cit., p.675 – grifos do autor).

Ainda em Maurice Grevisse (op.cit.), a explicação do estilo indireto livre também é sucinta comparada aos demais e a ressalva feita pelo autor o define como fenômeno prioritariamente literário. Assim sendo, a transposição é hierarquizada na ordem seguinte: do DD ao DI e do DI ao DIL. A justificativa de aproximação do DI e DIL concentra-se no seu aspecto morfossintático exclusivamente e a diferença que demarca sua separação é a supressão do verbo introdutor.

O discurso indireto pode ser livre, o que significa dizer que as frases reproduzindo as falas (ou pensamentos) não estão na dependência gramatical de um verbo principal. (GREVISSE, op. cit., p.675)

Percebe-se que o par DD/DI é produto desse tratamento de base lógico-sintática iniciada com a gramática de Port-Royal e efetivamente estabelecida pelos gramáticos do século XIX no momento em que se põe em cena o DIL, encarado como um estilo sutil de o escritor consignar o pensamento do personagem, sem qualquer marca tipográfica e relação subordinativa. No entanto, essa posição tradicional ainda se mantém nas duas gramáticas

contemporâneas analisadas. Foi interessante perceber que a manutenção do significante em DD sugere a suposta fidelidade do dito, posição oposta ao DI e DIL que reproduzem o dito através de reformulação. Enfim, constata-se que é a análise com enfoque puramente gramatical que permitiu estabelecer a concepção presente hoje nas gramáticas de que o funcionamento entre as formas de relato apresenta sua distinção na oposição entre a “reprodução do dizer” e a “tradução do dizer”.

As objeções de Jacqueline Authier-Revuz (1998a) à tradição prescrita pelas gramáticas tradicionais no campo do DR têm como principal objetivo evidenciar que tal abordagem é limitada e não acompanha o redirecionamento dos estudos enunciativos nas últimas décadas com ênfase na alteridade enunciativa. A estudiosa revela que o percurso que levou à formulação dos conceitos que circulam hoje nas gramáticas consiste na exploração de análises sintáticas, pois ao tratarem o DI como sendo derivado do DD, o DD assumiu o efeito de discurso da verdade. No entanto, Revuz nos diz que esse isolamento de cunho exclusivamente sintático dado ao DR permite encarar o enunciado como objeto, não considerando toda a sua relação com os implícitos da enunciação.

Como nos mostra Authier-Revuz (1998a), não podemos conferir ao DD o estatuto de verdade e, no plano sintático, não devemos encarar o DI como derivado do DD. É empobrecedor também limitar o DIL a uma forma especificamente literária, uma vez que se trata de um fenômeno recorrente no discurso oral cotidiano, no campo político e também na imprensa. A fim de criticar a forma como o DR é apresentado nas gramáticas, Authier-Revuz reitera dizendo que tal análise é:

empobrecedora porque não situa o inventário das formas que se podem chamar de formas da “heterogeneidade mostrada” – pela relação ao fato capital que se pode chamar de “heterogeneidade constitutiva” de todo discurso, designando com isso a presença permanente, profunda, de “outros lugares”, do “já dito” dos outros discursos condicionando todas as palavras e ressoando nelas. (AUTHIER-REVUZ, 1998a, p. 135)

Apoiada na crença de que as abordagens convencionais não percebem o estudo do discurso relatado como sendo marcado por uma diversidade de perspectivas e, ao mesmo tempo, buscando um lugar próprio neste campo de estudo, Authier-Revuz julga ser necessário introduzir uma nova terminologia para designar o campo. A nomenclatura “discurso relatado” é descartada pela autora e passa a ser intitulada “representação do discurso outro”. Assim, com o intuito de alegar a inadequação do termo até então difundido, Authier-Revuz (2004) propõe uma reconfiguração do campo com base em quatro níveis de heterogeneidades, a

saber: (1) O heterogêneo no princípio da constituição do campo na metadiscursividade; (2) Um campo heterogêneo no campo das formas; (3) Língua e discurso: uma distinção a preservar; (4) Heterogeneidades representada e constitutiva: articulação e fronteira.³⁴

4.4.1 O heterogêneo no princípio da constituição do campo na metadiscursividade.

A mudança terminológica visa delimitar que o estudo da RDO deve ser encarado como inscrito no domínio do metadiscurso. Sob a ótica enunciativa, a noção de metadiscursividade é denominada por Authier-Revuz como *metaenunciação reflexiva* e diz respeito às marcas que surgem no fio do discurso durante a interlocução decorrente de ações reflexivas dos sujeitos sobre a linguagem e sobre a própria interação em curso. Isto é, ao mesmo tempo em que o sujeito é capaz de usar a língua, ele reflete acerca do próprio uso que faz da linguagem. Essas formas metaenunciativas existem devido a dois fenômenos linguístico-cognitivos interligados: o da enunciação e o da metalinguagem.

É nessa capacidade de não limitar a linguagem à representação do mundo, mas em produzir “significância sobre significância”, em fazer proliferar a linguagem sobre si mesma em “estágios” de linguagem desconhecidos das comunicações animais, que reside o “poder maior” da linguagem humana, e o específico da relação humana – marcada por uma distância interna – com a linguagem, em que se opera uma parte crucial da subjetividade. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.43)

Conforme esclarece a autora, uma das propriedades essenciais da linguagem humana é a sua reflexividade natural, ou seja, a capacidade de o sujeito fazer “voltas reflexivas” enquanto a sua fala está sendo produzida. Isso ocorre porque em diversos momentos o dizer apresenta-se como não óbvio para o próprio enunciador devido ao fato de ele perceber que as palavras faltam. Para ilustrar esse retorno sobre o dizer, Authier-Revuz (2008, p.35) nos apresenta alguns enunciados em que o enunciador hesita sobre algumas palavras.

- (1) É um serviço de ordem bem forte que eles têm, se vocês percebem o que quero dizer com isto.
- (2) Ele carregava muito desses, como é mesmo que vocês dizem, /mosquetões presos em toda a cintura.

³⁴ Estes quatro níveis de heterogeneidade são apontados por Authier-Revuz (2004) sob as seguintes denominações: (1) *L'hétérogène au principe de constitution du champ dans la métadiscursivité*; (2) *Um champ hétérogène au plan des formes*; (3) *Langage et discours: un écart à maintenir*; (4) *hétérogénéités représentée et constitutive : articulation et frontières*.

A autora compreende estas posições metaenunciativas como desdobramentos opacificantes, visto que o sujeito deixa perceber a incompletude da língua a partir destas atitudes metaenunciativas.³⁵ Sendo a RDO entendida por Authier-Revuz como um dos casos desta reflexividade enunciativa, o que nos interessa aqui é situar a RDO como uma vertente do metadiscorso que a difere da ARD. A fronteira entre a ARD e RDO encontra-se na oposição dos parâmetros enunciativos que constituem essas duas seções. A ARD é a representação que o enunciador faz, através do seu dizer, da sua própria enunciação, enquanto que a RDO é a representação que o enunciador projeta sobre a enunciação do outro, uma vez que o objeto apresentado como dizer é um outro dizer.

No que tange às flexibilidades linguageiras de maior relevância para os estudos de RDO, Authier-Revuz destaca a “produção da paráfrase” e a “mostração de palavras³⁶” como sendo duas formas operacionais capazes de produzir efeitos distintos. Estas operações intervêm na natureza da imagem do discurso outro produzido à medida que a primeira recai sobre uma reformulação, isto é, uma reprodução por equivalências em termos de “significado” conforme o contexto de sua utilização e a segunda realiza-se pela remissão ao discurso outro através do recurso da menção autonímica, ou seja, recuperação das próprias palavras que constituem a mensagem outra.

Na concepção enunciativa de Authier-Revuz (2004), a paráfrase é percebida como um fato de discurso que recorre ao conjunto dos mecanismos de produção e de recepção das sequências discursivas. Assim sendo, devemos considerar que a reformulação compactua obrigatoriamente com o interdiscurso, com os elementos pré-construídos dispostos na memória e formação social do enunciador e, no caso específico da “produção da paráfrase” da RDO, faz-se necessário levar em conta a relação entre dois espaços enunciativos distintos, o que implica em uma gama de pontos de perspectiva.

Ao recorrer à proposta de Benveniste (1966/2005), na qual a enunciação é entendida como *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*, Authier-Revuz explica que todo enunciado representado se define na confluência dos elementos que constituem dois atos enunciativos. Esta interface com a teoria da enunciação é responsável pela forma como Authier-Revuz concebe a singularidade que caracteriza todo ato enunciativo.

³⁵ Authier-Revuz(1998a) classifica as diferentes reflexões do enunciador sobre sua própria enunciação, nomeando-as “não coincidências do dizer”. As categorias são subdivididas em (1) não coincidência interlocutiva; (2) não coincidência do discurso consigo mesmo; (3) não coincidência entre as palavras e as coisas e (4) não coincidência entre as palavras consigo mesmas.

³⁶ Interessante ressaltar que a expressão “mostração de palavras” é uma proposta nossa de tradução para o neologismo francês “mostration de mots” (AUTHIER-REVUZ, 2004)

No que diz respeito ao estudo da RDO, a autora destacar a essencial relevância da interpretação dos parâmetros que constituem as duas facetas do discurso representado.

O sistema tipográfico utilizado por Authier-Revuz visando distinguir de forma esquemática os elementos envolvidos em toda RDO é estabelecido pela oposição de abreviações de letras maiúsculas e minúsculas. Em relação ao ato de enunciação em curso sob a forma de RDO, temos **A** (ato de enunciação), **E** (enunciado), **L** (locutor-enunciador), **R** (receptor), **T** (tempo), **Loc** (lugar) e **C** (contexto). Os parâmetros que correspondem ao ato de enunciação outro de representação de um referente real, imaginado, passado, futuro, etc são apresentados como **a** (ato de enunciação), **e** (enunciado), **l** (locutor-enunciador), **r** (receptor), **t** (tempo), **loc** (lugar) e **c** (contexto).³⁷

Considerando que o estudo da RDO se apoia na concepção de que todo ato enunciativo envolve uma instância singular de produção de sentido, Authier-Revuz afirma ser necessário levar em conta todos os parâmetros que envolvem o contexto singular da enunciação para compreendermos os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados caracterizados como constituindo uma RDO. À luz desta reflexão, a autora propõe a articulação destes dois planos enunciativos - representante e representado - de modo a considerar as dimensões interdiscursivas que determinam cada um de seus contextos.

Quanto à “mostração de palavras” da RDO, é válido destacar que embora uma sequência de língua possa ser repetida de forma idêntica, sua singularidade escapa a qualquer possibilidade de reconstituição exata de sentido, uma vez que a própria seleção do fragmento escolhido e sua conseqüente recontextualização interferem no sentido da mensagem representada. É nesse sentido que Authier-Revuz (2011) prefere partir do “sentido em contexto” para desenvolver os estudos da RDO. Para a autora, o sentido dos enunciados é especificamente atrelado ao seu contexto e, desse modo, tanto o fenômeno metalinguístico da paráfrase quanto o da mostração das palavras da RDO, não escapam ao domínio da interpretação. Nas palavras da referida pesquisadora:

É preciso destacar que o sentido de um enunciado é função de seu contexto e que, conseqüentemente, por mais mecânica que seja a reprodução em **e**, é ainda e sempre **L** que puxa os cordões do sentido do **e** que ele relata, já que é ele que lhe constrói um contexto na representação... – inevitavelmente parcial e subjetiva – que ele propõe de **a**. (Authier-Revuz, 2001, p.198)

³⁷ Sobre esta base de distinção dos dois atos de enunciação – assinalados por **M**aiúsculas e **m**inúsculas – faremos nossas exemplificações ao longo de todo o texto.

4.4.2 Um campo heterogêneo no campo das formas

A fim de desfazer o impróprio tratamento que as gramáticas detêm sobre as categorias de relato (DD, DI, DIL), Authier-Revuz (2004) subdivide as distintas formas de citar em duas zonas fundamentais: a “predicação” e a “modalização”. No primeiro caso o discurso outro é *objeto do dizer*, isto é, “o dizer outro é aquele sobre o qual recai a predicação efetuada pelo dizer” (op. cit. p.38) enquanto que no segundo caso o dizer funciona apoiado em um discurso outro por meio da modalização. Authier-Revuz insiste sobre o cruzamento destas zonas com as duas operações de metalinguagem natural da RDO, a saber, a “paráfrase” e a “mostração das palavras”, permitindo uma grande variedade de combinação destas formas. O quadro baixo foi elaborado por Authier-Revuz(2004, p.38) a fim de apresentar os elementos que resultam da interseção das quatro zonas descritas abaixo.

Quadro 2 - Operações de metalinguagem

	Predicação relativa ao DO	Modalização do dizer pelo DO
Imagem do DO construída pela paráfrase	Zona do discurso indireto ex.: Ele anunciou seu retorno.	Zona da modalização do dizer como discurso segundo ex.: Segundo ele, as estatísticas mentem.
Imagem do DO construída pela mostração das palavras	Zona do discurso direto ex.: Resposta do ministro: “Esperemos as eleições”	Zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo ex.: Ele está lhe “fazendo a corte” como diria minha avó.

Cada uma das formas possíveis corresponde a um modo diferente de encarar a alteridade discursiva, isto é, o estatuto da imagem do discurso do outro no discurso em curso se modifica de acordo com o modo estrutural de inclusão deste discurso outro.

Quando se cruzam essas operações, quatro zonas se desenham, apresentando, para cada uma delas, por um lado, uma grande variedade de formas, no sentido gramatical do termo (frase com completiva, incisas, incidentes, circunstantes, modos verbais, adjetivos, etc.), por outro lado, uma gama extensa de graus de marcação, desde casos de sobremarcação até as formas integralmente interpretativas. (AUTHIER-REVUZ, 2004. p. 40)

4.4.3 Língua e discurso: uma distinção a preservar

A linguística trabalha com a língua enquanto sistema ao passo que a abordagem discursiva rompe com esta ideia ao trabalhar a língua implicada no social e nas suas falhas. No que diz respeito ao posicionamento de Authier-Revuz quanto a esta clivagem teórica, nota-se que a autora não despreza a ideia de que os fatos enunciativos supõem a pertinência de uma língua de ordem própria, pois a autora diz partir das formas da língua para depreender a riqueza dos funcionamentos e efeitos de sentidos implicados no funcionamento discursivo. O conceito de “*langue*” como código comunicativo que existe independentemente de seu contexto não é considerado por Authier-Revuz, haja vista o desinteresse desta abordagem pelas condições de produção implicadas no contexto de cada ato enunciativo. Pelo viés enunciativo, o sujeito é considerado como parte inseparável da língua, logo a crítica da autora recai não sobre o conceito de língua como sendo de *ordem própria*, mas sim sobre as análises das formas abstratas da língua que são desacompanhadas de um interesse pelos estudos da alteridade enunciativa.

Para desenvolver esta questão no seio da RDO, Authier-Revuz lança mão dos estudos linguísticos dedicados às formas de relato consensualmente denominadas “híbridas” como, por exemplo, a combinação de um DI seguido de DD (*l disse que “...”*). Para Authier-Revuz, o reconhecimento desta combinação é pertinente não apenas no plano formal que opõe duas formas distintas da língua, mas principalmente porque esta mescla resulta em um contínuo homogêneo devido ao fato de a mensagem representada sofrer modalização autonímica, o que implica no efeito de sentido que este enunciado reproduz. Percebemos que o mais importante para a autora é o fato de os “híbridos” estarem atrelados ao plano do sentido, não se confundindo com as características que delimitam as formas da língua.

4.4.4 Heterogeneidades representada e constitutiva: articulação e fronteira

A heterogeneidade que é representada através de formas localizáveis na materialidade discursiva se articula com um outro nível de heterogeneidade, aquela denominada heterogeneidade constitutiva. No campo da RDO, verificamos que o sujeito se vale da heterogeneidade mostrada para demarcar uma fronteira entre o *seu dizer* e o *dizer* que lhe exterioriza, visando controlar ilusoriamente os efeitos de sentido e a presença do “outro” em seu discurso. É neste sentido que Authier-Revuz considera a heterogeneidade mostrada como sendo uma maneira de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva. Dito de outra forma, ao delimitar o espaço do outro, o sujeito se autoafirma, garantindo uma aparente unidade. Para dar conta de um estudo capaz de articular estas heterogeneidades, a autora explica que tal abordagem está ancorada em duas teorias, o “dialogismo” de Bakhtin e o “interdiscurso” de Pêcheux.

Sobre essa aproximação remeto-me a duas teorias sobre as quais ela se funda: dialogismo de Bakhtin, que afirma que todo discurso se faz no meio do já dito de outros discursos; e o “interdiscurso” ao qual se refere Pêcheux quando postula que todo discurso enunciado por um “eu” em um dado momento, “fala em outro lugar, antes e independentemente.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 135).

Como apresentado anteriormente, a constituição da teoria da “heterogeneidade enunciativa” cunhada por Revuz tem significativa intervenção do “dialogismo” de Bakhtin, da AD de Pêcheux, bem como da psicanálise. É por esse motivo que, ao definirmos as heterogeneidades constitutiva e mostrada, explicitaremos conceitos como linguagem, subjetividade, polifonia, discurso e interdiscurso, que, articulados às áreas de estudos apresentadas, nortearão a compreensão das categorias da RDO.

Authier-Revuz (1990), ao focalizar suas análises fazendo intervir outras áreas do conhecimento, busca elaborar um estudo com base num discurso cunhado como heterogêneo e cujo funcionamento é capaz de destituir o sujeito do domínio do seu dizer. Para tanto, o conceito de heterogeneidade discursiva é elaborado pela autora. Sendo este entendido como a fundamental relação que todo discurso estabelece com seu exterior.

Nesse sentido, a linguagem deve ser vista, indispensavelmente, a partir da articulação dessas duas ordens de realidade distintas, mas complementares ao mesmo tempo, ou seja, a **heterogeneidade constitutiva** incidindo sobre as marcas não recuperáveis explicitamente na materialidade discursiva, mas de possível compreensão do analista através do interdiscurso³⁸ e a **heterogeneidade mostrada** que trata das marcas linguísticas recuperáveis em superfície,

³⁸ Este conceito será desenvolvido ao longo do texto.

podendo essa última ser apresentada como marcada ou não marcada, conforme o modo de aparecimento no discurso. Isto é, quando as formas linguísticas são claramente assinaladas no discurso, temos os casos pertencentes à heterogeneidade mostrada e marcada, enquanto que a delimitação das formas linguísticas não imediatamente reconhecidas, mas possíveis de serem recuperadas, estaria relacionada às formas não marcadas que se apoiam no “outro dizer” para produzir sentido. No caso específico da RDO, o DIL, é percebido como forma de heterogeneidade mostrada não-marcada.

Dentre as manifestações discursivas de identificação imediata, ou seja, tudo aquilo que é considerado heterogeneidade mostrada, limitarei meus exemplos à noção de polifonia discursiva e à estruturação da RDO propriamente dito, uma vez que a presente pesquisa buscará analisar seu *corpus* com base sobretudo nestes dois conceitos.

Na esteira de Bakhtin (1979/1997), Oswald Ducrot (1984) também critica a existência de um sujeito único e centrado. Os teóricos acreditam que é ingênuo aceitar a existência de um único locutor para cada enunciado proferido. Foi com base nesse postulado que Bakhtin elaborou a teoria do “dialogismo”, na qual se acredita que várias vozes falam simultaneamente no interior de um discurso³⁹. Esta reflexão é feita para dar conta de fatos linguísticos até então não questionados. Sob esta mesma ótica, Ducrot opta pela tendência polifônica a fim de distinguir o locutor do enunciador.

O *locutor* é o ser representado como responsável pelo enunciado, autor do texto, aquele que o assume dizendo *eu*. Já o *enunciador* é o ponto de vista, centro de perspectiva, figura enunciativa que representa outras vozes no interior do discurso. Convém ressaltar aqui que o locutor é dado como fonte de um discurso e ele pode por em cena diversos enunciadores, entretanto as atitudes presentes em um determinado discurso podem ser atribuídas a enunciadores dos quais os locutores podem se distanciar. Com o intuito de exemplificar esses conceitos, o autor faz um paralelo com a cena teatral.

Eu diria que o enunciador está para o locutor assim como o personagem está para o autor. O autor põe em cena personagens [...] que, por meio de um “primeiro discurso”, exercem uma ação linguística e extralinguística, ação que não é de responsabilidade do próprio autor. Mas o autor pode, em um “segundo discurso”, dirigir-se ao público através de seus personagens: seja porque ele se assimila ao personagem pelo qual ele se faz representar (quando o teatro é diretamente didático), seja pelo significativo fato de os personagens falarem ou se comportarem desta ou daquela maneira. De forma análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência a enunciadores dos quais ele organiza os pontos de vista e atitudes. (op. cit., p.205)

³⁹ Esse conceito será desenvolvido ao longo desta seção.

Nota-se que o paralelo estabelecido por Ducrot nos permite fazer a correlação entre locutor e narrador e, por outro lado, entre enunciador e personagem. Da mesma forma que, em uma mesma peça teatral, um único narrador pode criar vários personagens, o locutor pode apresentar vários enunciadores no mesmo enunciado.

Ao fazer uma releitura dos conceitos de Ducrot (1984), Maingueneau (1997) acredita que fica simples entender tal ideia se pensarmos numa ficção discursiva, na qual o enunciador está para o personagem do mesmo modo que o locutor para o autor da ficção. Ao utilizar o ponto de vista de um determinado enunciador, o locutor pode valorizar ou depreciar sua posição. É óbvio que para identificarmos esta dualidade marcas de distanciamento devem aparecer entre as palavras do locutor e o ponto de vista do enunciador.

Ora, muitos são os trabalhos que se dedicam à citação, uma vez que a ela interessa entender as diferentes possibilidades e formas de representar um mesmo enunciado. Antoine Compagnon (1979/2007), por exemplo, ao fazer uso de uma metáfora ligada ao procedimento cirúrgico, acrescenta que a própria seleção do fragmento já desliga o texto de seu contexto, pois ele passa a funcionar como uma fórmula autônoma dentro do texto.

O fragmento escolhido converte-se ele mesmo em texto, não mais fragmento de texto, membro de frase ou de discurso, mas trecho escolhido, membro amputado; ainda não o enxerto, mas já órgão recortado e posto em reserva. (COMPAGNON, op. cit., p. 13)

No que tange às palavras entre aspas, evidenciação gráfica da heterogeneidade mostrada, o que interessa fundamentalmente aos estudos enunciativos é o fato de elas se relacionarem com os limites impostos pelos contextos que determinam cada ato enunciativo. Isso porque o próprio deslocamento contextual pode alterar o sentido do enunciado e também porque o recorte que se faz de um excerto passa obrigatoriamente por uma seleção que segue critérios inerentes à construção dos sentidos que determinam a identidade discursiva daquele que cita.

O interesse de Authier-Revuz pelo estudo se solidifica porque é notório que o locutor, muitas vezes, ao fazer seu recorte para citar um determinado discurso, acredita distanciar-se da fala relatada. Conforme Revuz, a ambiguidade da citação deve ser explicada por uma perspectiva capaz de abarcar a construção dos sentidos dos enunciados. Para dar conta da forma como as palavras ganham sentido, Authier-Revuz apoia-se na formulação proposta por Pêcheux, na qual o discurso é percebido como efeito de sentido entre os locutores, noção que

nos permite compreender que os sentidos produzidos na materialidade discursiva são oriundos de sua relação com uma exterioridade interdiscursiva. O reconhecimento de que os sentidos não são dados como individuais, mas inscritos em uma determinação histórica, permite que Authier-Revuz desenvolva seus estudos sobre a heterogeneidade que também caracteriza a citação. Nas palavras de Authier-Revuz (2005, p.50), temos: “Nenhuma palavra é nova, nem neutra, mas ‘carregada’ de um ‘já-dito’, aquele dos contextos em que ela ‘viveu sua vida de palavra’”.

Michel Pêcheux (1997) preconiza que, numa análise, é necessário considerar a relação existente entre o já-construído e o que está sendo reformulado. Isto é, o autor acredita que para compreendermos o funcionamento do discurso, devemos nos apoiar na relação entre o *interdiscurso* e o *intradiscurso*, em outras palavras, na confluência entre os enunciados já-ditos e o que está sendo dito num momento dado, por um determinado sujeito, em condições específicas. Nesse sentido, as formulações intradiscursivas são sempre atravessadas por um já-dito anterior da ordem do interdiscurso, não existindo, assim, fonte única de sentido.

Para definir conceitualmente o *interdiscurso*, Pêcheux recorre ao modo inconsciente da interpelação dos indivíduos em sujeitos para dizer que esse “algo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (op. cit., p. 162) constitui o processo discursivo. Recalcado no inconsciente, o interdiscurso atravessa o sujeito e, por meio desse esquecimento estruturante, o sujeito o faz retornar no seu discurso, dissimulando sua presença. A noção de sujeito tal como aparece nas teorias linguísticas tradicionais é revista e torna-se complexo, uma vez que ele passa a ser encarado como híbrido, ou seja, habitado por outras vozes. O sujeito do discurso na Análise do Discurso de Pêcheux é apenas o suporte e o efeito desse discurso que o atravessa. O próprio de todo discurso, nessa perspectiva, é a condição essencial do funcionamento do discurso como produto da memória interdiscursiva, visto que o “discurso do outro” não é um objeto exterior, mas uma condição de constituição.

É por isso que Pêcheux acredita que a memória é um saber discursivo de fundamental relevância para a compreensão de toda produção discursiva, embora o sujeito não perceba que ele não é fonte do seu dizer. Neste sentido, enquanto as marcas enunciativas da heterogeneidade mostrada são claramente identificadas no momento das análises, a heterogeneidade constitutiva recobre as manifestações não recuperáveis explicitamente na materialidade discursiva, cabendo ao analista desvendar a identidade discursiva através da relação que se pode estabelecer entre o discurso e seu interdiscurso.

Assim, tem-se uma forte ruptura com a tradição linguística, pois nesta visão o sujeito falante sofre um grande descentramento. A partir de tal questionamento, não se pode mais levar em conta, como fazia a linguística estrutural, a ideia de que cada enunciado só pode ser atribuído a um único falante. Será, pois, necessário considerar não somente a materialidade enunciativa, mas sim apreender, através das diferentes “formas de dizer”, os aspectos inerentes ao processo de enunciação que caracterizam a alteridade discursiva.

A propósito, Authier-Revuz (1990) também critica as teorias linguísticas que recorrem a abordagens que veem o sujeito como fonte de sentido, pois a autora leva em conta um sujeito dividido e descentrado que não é concebido como entidade homogênea exterior à linguagem, mas sim o resultado de um compilado de experiências múltiplas, o efeito da linguagem, pois no seu interior e no seu discurso está o Outro. Sob essa ótica, Authier-Revuz acrescenta que:

Sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da pontuação do inconsciente. (AUTHIEZ-REVUZ, 1990, p. 28)

A autora rompe com o tradicional conceito de subjetividade ao dizer que o exterior está no interior do sujeito. Trata-se de desfazer a noção clássica de subjetividade concebida como o interior diante da exterioridade do mundo. Tal estudo também se apoia na releitura dos trabalhos desenvolvidos pela psicanálise, na qual o sujeito é atravessado pelo inconsciente e, por isso, não é mais reconhecido como centro de perspectiva, pois, a presença do Outro que sempre emergiu no discurso passa a ser reconhecida doravante.

Assim, pode-se considerar que não há centro para o sujeito fora da ilusão. Em outras palavras, ainda que a abordagem de sujeito como fonte autônoma de sentido não possa ser aceita como pertinente na reflexão psicanalítica, é sabido que existe um apagamento estruturante por parte do sujeito para que ele sustente essa ilusão que lhe constitui. Em resumo, o sujeito das intenções e desejos não existe, mas ele se constrói a partir deste imaginário da unidade da pessoa e, dessa forma, ele se posiciona como figura do mundo social. Authier-Revuz reconhece tal abordagem ao dizer:

Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado... pouco importa a palavra desde que

longe do desdobramento do sujeito [...], divisão que se poderia tentar apagar por um trabalho de restauração da unidade da pessoa, mantido o caráter estrutural constitutivo da clivagem do sujeito. (AUTHIEZ- REVUZ, 1990, p. 28)

Percebemos que, mais uma vez, a autora fundamenta sua teoria sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso na psicanálise lacaniana com o intuito de compreender de que maneira o discurso do outro determina cada novo discurso proferido. É a partir da concepção de sujeito inconsciente instaurada por Freud e retrabalhada por Lacan que Revuz permite conceber o discurso como um campo heterogêneo. Vale explicitar que na perspectiva de Authier-Revuz, à medida que o *Outro* corresponde ao inconsciente da teoria lacaniana, na qual diversas vozes são reproduzidas, o *outro* corresponde ao interlocutor.

É oportuno dizer aqui que a crítica de Bakhtin (1929/2006) sobre a questão da subjetividade na linguagem é bastante válida para a compreensão da heterogeneidade enunciativa, uma vez que o autor também percebe a língua de um modo diferente daquele descrito por Saussure. Enquanto Saussure não privilegia as manifestações individuais da língua, a *parole*, considerando apenas a língua como um fato social de caráter sincrônico e homogêneo, Bakhtin, por sua vez, decide valorizar justamente a fala. O sincronismo da língua, para Bakhtin, só é aceitável se encarado como o ponto de vista da consciência subjetiva dos indivíduos de certa comunidade num determinado momento da história, pois a língua se apresenta para os membros de um determinado grupo como um sistema de normas fixas e imutáveis. Para o historiador da língua, o sincronismo não constitui uma realidade, visto que a língua existe como processo evolutivo e, além disso, ela é de natureza social, portanto determinada pela ideologia.

Contudo, para Bakhtin, todo locutor tem um “horizonte social” e sua enunciação não existe fora desse contexto social. Ao acreditar que a atividade mental capaz de organizar a expressão não se situa no interior do indivíduo, mas sim em um exterior que o constitui, Bakhtin reitera afirmando que “qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social.” (BAKHTIN, 1929/2006, p.114)

É nesse sentido que o teórico lançou sobre a língua um olhar realmente objetivo acreditando ser necessário abstrair-se tanto do conceito conhecido por subjetivismo individualista que surge com o Romantismo quanto do objetivismo abstrato desenvolvido por

Saussure que distancia a língua de suas funções evolutivas e sociais. Essa tese é firmada em sua crítica abaixo:

Ao considerar que só o sistema linguístico pode dar conta dos fatos da língua, o objetivo abstrato rejeita a enunciação, o ato de fala, como sendo individual. Como dissemos, é esse o próton pseudos, a primeira mentira, do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista, ao contrário, só leva em consideração a fala. Mas ele também considera o ato de fala como individual e é por isso que tenta explicá-lo a partir das condições da vida psíquica individual do sujeito falante. E esse é o seu próton pseudos. Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo, não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social. (BAKHTIN, 1929/2006. p.111)

Segundo Bakhtin (1929/2006), a enunciação é compreendida como uma réplica do diálogo social. Trata-se, na verdade, da importância da função do interlocutor como determinante para a realização de um ato enunciativo. Sobre essa interação entre locutor e interlocutor que define a enunciação, o autor diz que “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.” (op. cit.) Além disso, o conceito de dialogismo remete também aos discursos ditos anteriormente que se misturam à voz do sujeito explícito da enunciação e que se manifestam na materialidade enunciativa de forma determinante. É nessa perspectiva que Bakhtin trabalha com a concepção de duplo dialogismo, sendo aqui entendida como a relação que todo discurso estabelece com seu interior (diálogo consigo mesmo) e seu exterior (diálogo com os outros).

Em suma, é com base na “dialogia” formulada por Bakhtin e também na noção de “interdiscurso” de Michel Pêcheux que Authier-Revuz inscreve o sujeito nesta relação de alteridade absoluta, perspectivas que permitem que a autora postule seus conceitos sobre a heterogeneidade mostrada e constitutiva no discurso como sendo dois planos de níveis distintos, mas que se relacionam obrigatoriamente. E, assim, a relação existente entre essas duas ordens norteará a teoria na qual Authier-Revuz se baseia, visto que para a autora o próprio fragmento discursivo representado pelas formas marcadas possui explicitamente uma alteridade em relação a si próprio. O trecho representado, por exemplo, é revelador de uma pluralidade, pois nele se identifica um “corpo estranho delimitado” (AUTHIER-REVUZ.

1990. p. 31), ou seja, o imediato reconhecimento da existência de um discurso no outro. E essa própria forma marcada da heterogeneidade mostrada é significativa na medida em que ela denuncia o enunciador que acredita poder fazer o distanciamento do seu dizer e do dizer do outro.

A noção de interdiscurso surge para nortear as análises de Authier-Revuz, uma vez que além das manifestações de heterogeneidade mostrada, recuperáveis a partir de princípios de estratégias de análise, a autora sempre leva em conta que todo discurso remete necessariamente a discursos já pronunciados anteriormente e que tal heterogeneidade é ignorada pelo sujeito, que tem a ilusão de que seu discurso é homogêneo, desconhecimento que é da ordem da heterogeneidade constitutiva. Assim, o sujeito se apresenta como inconsciente das diversas vozes que atravessam seu discurso, vozes que o constituem e que permitem ao analista desvendar sua historicidade.

Em resumo, ao mesmo tempo em que o enunciador delimita o fragmento representado e o remete a um exterior, ele automaticamente se define como um interior, ou seja, ele determina a relação que o seu discurso estabelece com o outro, pois as marcas de distanciamento num discurso são reveladoras das fronteiras que marcam esses dois discursos. É nesse sentido que Authier-Revuz (op. cit., p. 31) diz que “ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto”. A afirmação da autora nos faz refletir sobre a designação que o enunciador estabelece com o fragmento exterior ao seu universo, uma vez que ela é reveladora do efeito de afirmação de sua própria existência enquanto sujeito pleno.

As marcas da heterogeneidade mostrada apontadas na enunciação são nada mais do que a manutenção da ilusão do sujeito onipresente, visto que elas reforçam e confirmam esse “eu” capaz de se colocar distante do seu discurso. O domínio do sujeito enquanto ser homogêneo é reforçado até no momento em que ele ocupa a posição de observador e recorre à atividade metalinguística de análise. Nota-se, assim, que, ao quebrar a continuidade da cadeia discursiva distanciando-se do excerto citado, o sujeito, por diferença, estabelece sua afirmação.

As próprias rupturas enunciativas no “fio do discurso” são reveladoras da existência de outros discursos no interior do discurso. Dito de outra forma, a relação entre a heterogeneidade mostrada e constitutiva é feita a partir do estudo do processo de denegação em que o sujeito certifica suas relações dialógicas, momento em que sua interação com o

discurso do outro dissimula seu atravessamento pelo discurso do Outro. Desse modo, a autora conclui:

O que caracteriza as formas marcadas da heterogeneidade mostrada como formas do desconhecimento da heterogeneidade constitutiva é que elas operam sobre o modo da denegação. Por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença. Elas manifestam a realidade desta onipresença precisamente nos lugares que tentam encobri-las. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 33)

Enfatizo esse estudo apropriando-me do conceito de escrita defendida por Antoine Compagnon: “Escrever, pois, é sempre reescrever, não difere de citar.” (COMPAGNON, 1979/2007, p.35). Buscando elaborar uma teoria da citação, Compagnon esclarece que citar é nada mais do que uma das diferentes formas de conceber a repetição interdiscursiva. O autor, ao acreditar que toda escrita é, na verdade, uma reescrita, uma espécie de citação, vê tal prática como algo natural e a considera como um procedimento de mérito. Em suas palavras:

A citação repete, faz com que a leitura ressoe na escrita: é que, na verdade, leitura e escrita são a mesma coisa, a prática do texto que é prática do papel. A citação é a forma original de todas as práticas do papel, o recortar-colar, e é um jogo de criança. (op. cit., p. 29)

O mais interessante quando se trabalha a citação nesta perspectiva de análise é o fato de o locutor acreditar que ele é capaz de distinguir o que é de seu próprio domínio do que é exterior ao seu discurso. Este, ao apropriar-se, por exemplo, do procedimento típico de aspear o discurso representado, acredita que apenas tal fragmento discursivo não pertence ao seu enunciado particular. Assim acontece, por exemplo, quando, ao delimitar a fala do outro, o locutor institui todo o resto do discurso como emanado dele próprio.

Em nossas análises buscaremos partir não apenas dos sentidos produzidos, mas sim de como se dá a produção dos sentidos, compreendida aqui como o resultado da relação sócio-histórica que determina o sujeito com o seu contexto imediato, ou seja, as circunstâncias da enunciação. No quadro de Authier-Revuz, a enunciação é histórica, ou seja, sua atualização só se realiza através da reformulação de enunciados anteriores, sendo a partir dos enunciados produzidos, portanto, que se chega às determinações históricas que caracterizam cada discurso em particular. Sobre a questão dos sentidos, sirvo-me da reflexão de Eni Orlandi:

O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irredutível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso. (ORLANDI, 2002, p.52)

É também amparada na fórmula de Barthes “tudo é situacional” que Authier-Revuz (2004) inscreve sua linha de pensamento. Para a autora “nossas palavras, usos, sempre são apenas ‘de empréstimo’” (2004, p.50). Isto significa romper definitivamente com o sentido preso à língua, reconhecendo a articulação “sentido-contexto” como sendo a operação capaz de produzir sentido por excelência.

O efeito de sentido que a notícia de jornal produz é, na verdade, voltado para o apagamento da complexa dimensão heterogênea da linguagem, pois ao apresentar a voz do outro por meio das diferentes formas do “relato de falas”, o jornalista cria a impressão de que a polifonia discursiva está limitada ao trecho assinalado. Assim sendo, o que mais interessa para nossa análise posterior é a ilusão de que a alteridade discursiva é entendida como característica de um gênero textual específico e não como caráter de constituição de toda produção discursiva.

Em suma, acredito que os estudos que configuram as heterogeneidades enunciativas contribuem para uma análise mais consistente das formas da RDO por dois motivos fundamentais. O primeiro diz respeito ao deslocamento de perspectiva na qual a fala do outro passa a ser compreendida como sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito, não se limitando ao reconhecimento dos “relatos” como a única forma de depreender a identificação de um encaixe de um dito no outro. Desse modo, a fronteira que demarca a evidência do “discurso do outro”, na qual o enunciador acredita delimitar aquilo que é de seu domínio do que pertence ao outro, opõe-se ao estudo do “discurso outro”, haja vista a operacionalização de um deslocamento caracterizado pela interdiscursividade. O segundo motivo compreende a singularidade contextual que caracteriza a enunciação. Ao acreditar que toda RDO supõe a articulação de dois discursos, ou seja, dois atos de enunciação, o que implica em um reconhecimento de instâncias enunciativas distintas, elimina-se a possibilidade de reconstituição da totalidade do sentido dos enunciados representados.

4.5 CARACTERIZANDO O CAMPO DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO OUTRO

Reconhecendo a citação como recurso característico de estruturação do texto noticioso, pretendo, nesse item teórico, balizar o campo da RDO na perspectiva do enfoque

desenvolvido principalmente por Authier-Revuz, cujo princípio teórico funda-se na premissa de que citar a fala de alguém implica necessariamente em uma interpretação diante do exposto. Nesta perspectiva, faz-se necessário conceber a RDO como sendo a articulação de dois planos enunciativos, não excluindo a importância da singularidade que caracteriza cada enunciação.

A RDO impõe crucialmente a questão do enunciado, isto é, de um acontecimento de fala único na situação particular de enunciação, que não deve se confundir com o significado de uma frase, descritível de modo diferenciável no interior do sistema da língua. (AUTHIER-REVUZ, 1998a, p.148)

Em seus estudos mais recentes, Authier-Revuz (2012, p.158) distingue as categorias da RDO ao propor uma fragmentação em cinco modos que se realizam através de uma grande diversidade de formas sintáticas, lexicais e semânticas. O quadro abaixo tem por objetivo apresentar simplificadamente os modos definidos por Authier-Revuz.

Quadro 3 - Categorias da RDO:

Modos de RDO	Exemplo Traduzido	Exemplo Original
1. Discurso Direto	Ele dizia sempre sorrindo: “Faça a sua maneira!”	Il disait toujours: « Fais à ton idée ! », en souriant.
2. Discurso Indireto	Ele aconselhava sempre, sorrindo, para seguir sua intuição.	Il conseillait toujours, en souriant, de suivre son penchant.
3. Discurso Indireto Livre	Ele batera na porta. Podia consultar o dicionário? Era-lhe permitido.	Il frappa à la porte. Pouvait-il consulter un dictionnaire ? On le lui permit.
4. Modalização da asserção como segunda	Segundo ele, vai fazer tempo bom.	Selon lui, il va faire beau.
5. Modalização autonímica de empréstimo.	Eu amo “caçar” no bosque, como diria Colette.	J’aime « troller » dans le bois, comme dirait Colette.

4.5.1. O Discurso Direto, Indireto e Indireto Livre.

Em relação às estruturas clássicas de heterogeneidade enunciativa mostrada marcada, temos as realizações de citação nomeadas por DD e DI. Ainda que estes não sejam, segundo a tradição, colocados num mesmo patamar, a abordagens enunciativas e discursivas negam tal crença ao acreditar que o DI não pode ser visto como menos “fiel” do que o DD, os

entendendo apenas como duas operações diferentes utilizadas para representar uma enunciação.

Nesta concepção, Authier-Revuz (1998a) prefere nomear o DD de “citação-relíquia” e o DI de “reformulação-tradução” a fim de demarcar as particularidades que caracterizam cada modo de representar os discursos passados, hipotéticos, futuros, etc. Ao contrário do foco dado ao DR pelas gramáticas normativas, a teórica acredita que a variação de ordem morfossintática atribuída a cada operação não deve ser o único critério de relevância responsável pela estruturação do campo. Vejamos como tal dualidade é vista pela teórica:

Trabalhamos com os DD/DI como dois modos radicalmente distintos de representação de outro ato de enunciação: um, o DD, correspondendo a uma operação de *citação* da mensagem do ato relatado; o outro, o DI, como uma operação de *reformulação*, isto é, de produção de um enunciado como tendo o mesmo sentido que a mensagem do ato relatado. (op. cit., p. 150)

Para a autora, existe na “reformulação-tradução” a imbricação das palavras do sujeito citante com as do sujeito citado, pois o que está em jogo é a reformulação do dito, na qual as marcas de subjetividade presentes no discurso representado são eliminadas. Enquanto que na “citação-relíquia” não predomina o caráter interpretativo, visto que o que prevalece é a repetição, tendo como principal função autenticar os enunciados representados. Entretanto, a autenticidade decorrente da exatidão da citação predominante no DD é, segundo Authier-Revuz, uma sensação ilusória. Como nos diz a autora:

O DD não é simples, muito pelo contrário, ele é relativamente bem mais complexo que o DI. (...) Ele não pode ser considerado como “objetivo”, na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação – do qual o enunciado é apenas o “núcleo” – na sua integralidade. (AUTHIEZ- REVUZ, 1998a, p. 134)

Julgar o DD como exatamente fiel ao texto de origem é negar a alteração de sentido oriunda do próprio deslocamento contextual, pois a própria seleção da citação também já implica numa tomada de posição face ao discurso que se pretende citar. É notório que a RDO em DD, quando colocado entre aspas, oferece uma estrutura sintática particular, uma vez que não se percebe nele uma alteração em relação à gramaticalidade frasal citada, ao contrário do DI, que deve obedecer às restrições de combinação da gramática de cada língua.

Outra afirmação crucial sustentada por Authier-Revuz (1998a) é o fato de o DD ser encarado como de caráter autônomo. Vale salientar aqui que o signo autônomo é aquele

representado por ele mesmo, eliminando qualquer possibilidade de ele ser substituído por unidades sinônimas. O significado ao qual está associado o significante é o próprio signo, com seu significante e significado. Authier-Revuz esclarece tal questão fazendo uso da estrutura esquemática do signo linguístico, ou seja, apresentando a possibilidade de correlação, mas não de obrigatoriedade, existente entre significante e significado. Como o DD contém seu significante em seu significado, ele não permite o uso de um outro signo na mensagem representada. Em outras palavras, no DD o significante é mantido, o que não acontece com o DI, uma vez que este recurso possui liberdade em relação ao significante, garantindo apenas a manutenção do significado.

Percebe-se, assim, que o DD não enuncia um conteúdo como o DI, pois sendo ele autônomo na parte “citada”, a propriedade da mensagem é apresentada em sua materialidade significante. Ao contrário do DD, que tem como propriedade particular a cadeia significante, o DI, entendido como uma reformulação do ato enunciado, é caracterizado pela sinonímia, ou seja, pela equivalência dos signos que compõem a frase representada apenas no plano do significado.

Buscando apresentar que os signos linguísticos podem não ter o mesmo funcionamento semiótico, Authier-Revuz (1998a) distingue o signo padrão do signo autônomo. Para a autora, a estrutura semiótica do signo padrão é simples, enquanto que a do signo autônomo tem sua estrutura complexa. Tal complexidade diz respeito à possibilidade de fazer uso dos signos para remeter a eles próprios, o que não ocorre em um enunciado-padrão, no qual um signo pode substituir o outro. Logo, conclui-se que a singularidade do emprego autônomo se manifesta em sua impossibilidade de substituição das unidades aspeadas por unidades sinônimas.

Uma propriedade essencial da autonomia é que ela não possui sinônimos. Essa propriedade se deve ao fato de que, contendo seu significante em seu significado, ela não poderia ser relacionada a um outro signo que não tivesse o mesmo significado, e um outro significante, o que é definição da sinonímia. Comparemos, assim, os signos-padrões *salário* e *ordenado*, que podemos analisar como sinônimos (mesmo significado e significantes diferentes) e substituir um pelo outro em seu enunciado-padrão. (op. cit., p. 138)

Ao fazer a oposição entre signo padrão e signo autônomo, a teórica encara o modo semiótico do DD como modo-padrão somente no sintagma introdutor, uma vez que apenas nesse momento o enunciador descreve o ato de enunciação fazendo uso de suas próprias palavras, enquanto que na parte representada, ou seja, na citação posta entre aspas, o modo

semiótico é heterogêneo. A estrutura homogênea corresponde à gramaticalidade da frase obedecendo aos padrões de combinação da sintaxe da língua enquanto que a estrutura heterogênea é observada como uma forma sintática particular. Os dêiticos⁴⁰, por exemplo, que figuram no sintagma introdutor do DD, não se correlacionam com aqueles da mensagem “citada”, devendo ser interpretados em função do *eu*, *aqui* e *agora*. Ênfase esse pressuposto com um exemplo retirado de nosso *corpus*.

Il y a une dizaine d’années ou plus, mes étudiants hésitaient à se documenter en français, ils étaient encore dans cette vision de la “langue du colonialisme”, note la linguiste Khaoula Taleb Ibrahim de l’université d’Alger. (*Corpus* - Texto 13)

Nesse exemplo, além de percebermos a manutenção das coordenadas espaço temporais do discurso representado, o pronome “mes” nos permite claramente verificar que a composição frasal é determinada pelo contexto da linguista, não correspondendo com a situação em que se encontra a enunciação do jornalista.

Como defende Authier-Revuz (1999), por mais que se tente restituir exatamente o dito, o sentido do enunciado representado não é nunca aquele que caracterizou a situação de enunciação no qual o enunciado foi produzido, visto que a enunciação é sempre um ato único. É a partir desta via que a fidelidade do dizer é percebida por Authier-Revuz como sendo um efeito de sentido produzido pela reprodução do significante, isto é, pelo uso do signo autônomo.

No que concerne aos híbridos descritos pelas gramáticas, isto é, mescla de DI com DD, Authier-Revuz os intitula “DI com ilha textual”, indicando o fenômeno como sendo uma forma incidente na imprensa contemporânea. Este caso é o modo de reconstituição de uma mensagem por meio da reformulação, todavia ele difere do DD porque o L insere fragmentos do discurso de l à sintaxe da sua frase reformulada. Na verdade, ao fazer uso da autonímia, seja por acreditar que determinadas palavras não são traduzíveis ou pelo fato de desejar dar ênfase a um termo, o enunciador conserva o fragmento escolhido e o insere na sua enunciação. Trata-se de fazer uso e menção do fragmento inserido nas aspas autonímicas. Nas palavras de Authier-Revuz (1998a, p. 137), “O fragmento designado como outro é integrado à cadeia discursiva sem ruptura sintática”. Percebe-se que é por meio da modalização

⁴⁰ Reconhecidos como marcas linguísticas que determinam as condições particulares de cada enunciação, os “dêiticos” delimitam a instância das marcas gramaticais de pessoa, de espaço e de tempo, respectivamente. Conceitos propostos por Émile Benveniste (2005).

autonímica, recurso capaz de fazer de um signo linguístico uso e citação ao mesmo tempo, que o enunciador divide com o outro os sentidos inseridos no enunciado reportado.

A autora diz que os enunciados do tipo “l diz que ‘X’” não devem ser percebidos como formas híbridas no que diz respeito apenas a sua estrutura frasal, mas como formas complexas, que acumulam o modo do DI, como sendo aquele que recorre à representação do enunciado através da reformulação do sentido, e à modalização autonímica, representação do sentido por meio da evidenciação da materialidade significativa. Esta mescla estrutural deve ser percebida como um contínuo homogêneo devido ao fato de a mensagem representada sofrer modalização autonímica, o que implica no efeito de sentido que este enunciado reproduz. Vale dizer que na concepção da autora o DI não se define apenas como uma subordinada completiva, o que permite incluir *dizer + preposição + infinitivo* e *dizer + substantivo* (“l pediu para sairmos”, “l anunciou seu retorno”, “l condenou esta atitude”, etc.)

É importante dizer que todo enunciado só possui uma única modalidade de enunciação, que compreende as possibilidades afirmativa, interrogativa e imperativa. Entretanto, como diz Authier-Revuz (2001), ao contrário de uma frase normal em língua francesa, o DD apresenta a intercalação destas modalizações, fazendo coexistir duas modalidades de enunciação⁴¹. O DI, por sua vez, apresenta apenas uma modalidade, sempre escolhida por L. Por outro lado, é interessante perceber também que qualquer que seja o fragmento autonímico em DD (jargão, língua estrangeira, etc), sua função é sempre de COD do verbo introdutório. A título de exemplificação, Authier-Revuz (2001, p.195) propõe: (a) Ele dizia: “eu, fome, comer, querer”; (b) Sua resposta: “I don’t mind.”

Sobre os verbos que funcionam como introdutores nos discursos direto e indireto, não podemos negligenciar o efeito diferenciado que a citação pode adquirir em função do verbo que foi designado para introduzi-la. Além de o excerto selecionado já ser revelador de uma escolha diante do discurso representado, haja vista a própria seleção feita pelo enunciador, devemos considerar também que os verbos *dicendi* (de declaração) podem exercer a função de modalizadores⁴², pois eles condicionarão certamente a interpretação que o interlocutor fará do enunciado.

O estudo concedido aos verbos que introduzem as citações é de importância considerável para as análises discursivas, pois esses verbos conhecidos também por “verbos

⁴¹ Algumas dessas combinações são exemplificadas por Authier-Revuz (1998a, p.151): (a) João disse: “Sofia virá”. (b) João disse: “Será que Sofia virá.” (c) João disse: “Sofia, venha!”

⁴² Esse conceito será retomado ao longo deste capítulo.

de elocução”, que aparentam funcionar apenas demarcando a fronteira entre o “discurso citante” e o “citado”, deixam pistas que explicam o envolvimento do enunciador mesmo quando ele pretende ser imparcial. Para além de toda essa simulação de neutralidade, tais verbos veiculam diversos tipos de pressupostos, inclusive expressando um juízo de valor sobre o dito, o que afeta necessariamente a interpretação da citação.

Como os verbos *dicendi* são sempre apresentados em terceira pessoa no DR, considero ser oportuno incluir aqui as definições cunhadas por Émile Benveniste (1966/2005) sobre a diferença existente entre os pronomes *eu*, *tu* e *ele*. Ao contrário das abordagens linguísticas que caracterizam os pronomes referindo-se apenas às suas categorias de expressão - dos tipos pessoais, possessivos, demonstrativos, etc - o debate que Benveniste (1966/2005) instaura sobre a natureza dos pronomes visa percebê-los de um modo que desfaz a perspectiva de formação dos pronomes em uma única classe formal.

Quanto à oposição entre as pessoas “eu” e “tu”, definidas por Benveniste como pessoa “subjativa” e “não subjativa”, a autora revela que o pronome pessoal *eu* define-se como instância singular interior ao enunciado ao passo que o *tu* é o seu exterior, porém trata-se de uma exterioridade que constitui a existência do diálogo. Esses pronomes mantêm uma relação de simetria e são compreendidos por categorias que permitem inversões, pois o *tu* é o indivíduo alocutário que pode converter-se em *eu* à medida que o *eu* pode igualmente transforma-se em *tu*. Trata-se de pronomes que se relacionam e cuja classificação dependerá de sua posição na comunicação.

Dito de outra forma, o par denominado eu/tu configura-se em uma interdependência chamada por Benveniste de *correlação de personalidade*, opondo-se à forma “não pessoa”, isto é, ao “ele”, categoria privada desta marca. Por isso, devemos considerar a terceira pessoa como sendo aquela de natureza distinta de *eu* e *tu*. Sob a ótica de Benveniste, tal particularidade da terceira pessoa existe devido à sua propriedade “de se combinar com qualquer referência de objeto”, “de não ser jamais reflexiva da instância do discurso”, “de comportar um número bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas” e “de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais da instância de discurso.” (BENVENISTE, 1966/2005, p.283)

Na definição de Benveniste, o *eu* e o *tu* manifestam uma propriedade fundamental na propriedade referencial da instância de discurso. Em oposição a essa correlação, temos o *ele* que não se manifesta como pessoa, sendo reconhecido como uma circunstância “objetiva.” A respeito da objetividade da “terceira pessoa”, Benveniste afirma:

Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação objetiva. É o domínio daquilo a que chamamos a “terceira pessoa”. A “terceira pessoa” representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, 1966/2005. p. 282)

A exposição da peculiaridade que constitui a “terceira pessoa” do verbo nos permitiu iniciar a esboçar a função dos verbos *dicendi* que se encontram presentes em nossas notícias. Sobre esses verbos cuja distinção de pessoa não é implicada na forma verbal, nos apoiaremos nos trabalhos de Luiz Antônio Marcuschi (2007), visto que o autor propõe uma classificação baseada na função argumentativa que tais verbos exercem na estrutura de organização do texto. O quadro abaixo resume a proposta do referido autor no que tange aos critérios semânticos aos quais esses verbos são associados.

Quadro 4 - Função dos verbos *dicendi* na organização do texto argumentativo:

1. Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas.	Declarar, afirmar, comunicar, anunciar, informar, confirmar, assegurar.
2. Verbos indicadores de força do argumento.	Frisar, ressaltar, sublinhar, acentuar, enfatizar, destacar, garantir.
3. Verbos indicadores de emocionalidade circunstancial.	Desabafar, gritar, vociferar, esbravejar, apelar, ironizar.
4. Verbos indicadores da provisoriedade do argumento.	Achar, julgar, acreditar, pensar, imaginar
5. Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso.	Iniciar, prosseguir, introduzir, concluir, inferir, acrescentar, continuar, finalizar, explicar.
6. Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos.	Comentar, reiterar, negar, distorcer, temer, admitir, apartear, revidar, retrucar, responder, indagar, defender, reconhecer, reconsiderar, reagir.
7. Verbos interpretativos do caráter ilocutório do discurso referido.	Aconselhar, criticar, advertir, enaltecer, elogiar, prometer, condenar, censurar, desaprovar, incentivar, sugerir, exortar, admoestar.

A tabela acima apresenta a subdivisão em sete classes de possíveis interpretações para as funções que os verbos têm enquanto mecanismos organizadores do texto argumentativo. Inserido na dinâmica da corrente de análises discursivas, o autor do referido quadro diz que

essa proposta pragmática restringiu-se à estrutura argumentativa do texto de modo bastante modesto, uma vez que ele acredita ser conflituoso definir os verbos introdutórios de opinião fora dos contextos e condições de produção do relato. É nesse sentido que Marcuschi (2007) tece um olhar crítico sobre as classificações que evidenciam apenas o valor semântico dos verbos e não se pautam na caracterização ideológica que constitui todo ato enunciativo. É importante observar que o verbo “dizer” não se encontra na classificação proposta por Marcuschi (2007), entretanto tal exclusão não é justificada por sua adesão a uma possível neutralidade que o verbo imprimiria, mas sim pela complexidade, muitas vezes não questionada, que o verbo pode exercer devido à sua flexibilidade. Nas palavras do autor:

Alguns verbos não aparecem nessa classificação, estando entre eles o verbo “dizer.” Este é considerado como um “coringa”, uma espécie de vale tudo, pois aparece em todas as funções e não tem alguma específica. Mas exerce uma ação típica, dependendo do contexto e dos tipos de discurso. (op. cit., p. 164)

Deste modo, nos apoiaremos nas considerações acima apresentadas no momento de nossas análises, haja vista a relevância funcional que esses verbos têm na estrutura argumentativa do texto, sem esquecer que somente uma análise baseada na posição ideológica nos usos dos verbos poderá fornecer uma interpretação mais segura sobre o valor que assume cada verbo. Dito de outra forma, buscaremos verificar se os pressupostos semânticos que os verbos *dicendi* abarcam confirmam os efeitos de sentidos que nossos relatos representam. Para tanto, os mecanismos das condições de produção do relato também serão imprescindíveis para nossas análises.

À luz das reflexões de Authier-Revuz (2012), a escolha do verbo introdutório tem crucial relevância na interferência do sentido que a fala representada pode adquirir. Entretanto, a autora, buscando estender este limitado estudo, propõe a “categorização metalinguagem” como sendo um parâmetro que coexiste ao lado das duas operações metalinguagem que caracterizam toda RDO, a saber, a paráfrase e a autonímia. Tal proposta visa elucidar que a questão não se limita apenas a categoria dos verbos dos modos DD e DI, mas ao conjunto de representações exteriores ao conteúdo próprio do dizer representado, o que significa acentuar que a categorização metalinguagem abarcaria todos os modos da RDO.

Considerando que a mensagem representada não se manifesta isoladamente, todo o conjunto dos verbos e substantivos, adjetivos e advérbios que se relacionam com a sequência representada fazem parte do que Authier-Revuz denomina “categorização metalinguagem”.

As diferentes maneiras de nomear um indivíduo (*Marie Dupont, minha filha, minha vizinha, etc*), bem como a própria escolha dos verbos introdutórios (*l suplicou, ordenou, recusou, etc*), são denominadas por Authier-Revuz (2001, p. 198) “elementos categorizantes”, que intervêm na imagem que a mensagem representada produz. A autora acredita que o fenômeno das categorizações deve ser considerado em sua amplitude, uma vez que “a categorização metalinguística se faz presente em todos os modos da RDO” (AUTHIER-REVUZ, 2012, p. 162).

Quanto à categoria do DIL, Authier-Revuz (2001) a percebe como um modo original de RDO, visto que sua constituição é marcada fundamentalmente por uma forma bivocal. Ao contrário da unidade do DI, na qual o enunciado é representado pela voz de L, e da dualidade que divide a voz de l e L no DD, o DIL é caracterizado pela fragmentação dos elementos que constituem L e l por meio de uma única voz. Isto é, percebe-se que a modalidade de enunciação é aquela que recobre o espaço de l, entretanto os parâmetros enunciativos de pessoa e de tempo são aqueles de L. A autora acrescenta que é apenas em função de seu contexto que as marcas que constituem os enunciados em DIL podem ser interpretadas.⁴³

Para Authier-Revuz (1998a), a explicitação do discurso de outrem não se realiza apenas através das formas sintáticas – por exemplo as do DD, DI, DIL – apresentadas pelos gramáticos. A autora nos mostra que há outras marcas capazes de evidenciar o discurso do outro na materialidade discursiva daquele que enuncia. No que tange às formas não tradicionais descritas por Revuz, apresentaremos no próximo item as formas de MDS e MAE.

4.5.2 Modalização em Discurso Segundo e Modalização Autônima de Empréstimo

A *modalização em discurso segundo* é percebida como uma reformulação que se aproxima do DI, porém o recurso se realiza por se apropriar de mecanismos discursivos conhecidos como “modalizadores discursivos”. Nota-se que os “grupos preposicionais” do tipo *segundo X, de acordo com X, conforme X, para X, etc* permitem o efeito de retomada do dito explicitando sua fonte de informação. Ainda que o enunciador assumia a reformulação do dito, como também acontece no DI, ele indica estar apoiado em outro discurso por meio da modalização em discurso segundo. Observe que, no caso abaixo, a modalização contribui para o profissional da imprensa se distanciar do que ele escreveu.

⁴³ Esta forma de RDO não se encontra em nosso *corpus*.

Selon des sources bien informées, notre chef de la diplomatie, Abdelaziz Belkhadem, qui prend part depuis hier à Paris à la 11e session ministérielle du Forum méditerranéen, sera approché par des responsables français à ce sujet. (Corpus, Texto 2, grifo nosso)

Como explica Revuz (1998a, p.135), “as formas do tipo *segundo fulano* inscrevem-se num paradigma de elementos modalizadores diversos, cuja especificidade é de modalizar pela referência a um outro discurso”. A afirmação da autora serve para revelar que há outros modalizadores que ocupam outras funções além de remeterem ao discurso do outro, tal como “talvez”, “obviamente”, “parece-me”, “é certo”, etc. Esses modalizadores constituem, normalmente, um comentário do enunciador acerca de seu próprio discurso, o que certamente faz intervir o efeito de sentido do enunciado. Para exemplificar tal fenômeno, encontramos:

La pédagogie et l'effort d'explication déployés par l'ancien diplomate cachent probablement le souci d'insister sur l'idée que les réserves émises par l'Algérie à l'égard de l'OIF, par le passé, ne sont plus d'actualité. (Corpus, Texto 4, grifo nosso)

Quanto ao modo denominado Modalização autonímica de empréstimo, a modalização recai sobre o emprego de uma palavra ou expressão, tidas como emprestadas de um exterior. Conforme Revuz, esse elemento conservado “é interpretado como tendo ‘resistido’ à tradução, e encontra-se ali enfatizado, carregado de uma atenção particular” (REVUZ,1999, p.157). Dito de outra forma, nota-se que **L** destaca apenas uma palavra, expressão ou frase de **I**, visto que na pragmática a “palavra original” é sempre tratada como verdadeira, ou seja, “sem disfarce”. Tal recurso também pode jogar com o efeito de verdade, pois ainda que a reformulação não traga plena verossimilhança às palavras do outro, as palavras pontualmente recuperadas estão ali à tona para fazer valer o discurso do jornalista.

[75] *Le président Abdelaziz Bouteflika a participé à Beyrouth «en qualité d'invité personnel du président libanais Emile Lahoud», au 9e sommet de l'OIF. (Corpus – Texto 10)/Tema*

Como diz Revuz(1998b), essas glosas explícitas que se realizam pelo uso deste “corpo estranho” integrado a RDO no texto jornalístico podem ser reveladoras do posicionamento do jornalista face ao fato relatado. Nota-se que o destaque das palavras do outro, isto é, a forma marcada da heterogeneidade mostrada remete necessariamente a sua heterogeneidade constitutiva, visto que o enunciador-jornalista pode manifestar sua avaliação sobre um determinado fato e compartilhar o sentido ali inserido mesmo quando ele se apresenta como

distante deste discurso. Deixemos para exemplificar tais questões no momento de nossa análise.

4.5.3 Intertexto

Percebemos que existe também em nosso *corpus* outra forma de relato que não é apresentada por Authier-Revuz, sendo ela chamada de intertexto. Quanto a essa categoria, Sant'Anna a compreende como a atribuição do discurso ao outro através de documentos pertencentes ao campo das certezas técnicas, tais como percentuais, estatísticas, decretos, leis, etc. O que difere o intertexto das demais categorias de relato é a natureza de sua fonte, uma vez que neste caso não se recupera uma fonte-pessoa, mas documentos legitimados.

Conforme Sant'Anna, os documentos aludidos “adquirem força para serem responsáveis pela execução de diferentes ações.” (2003, p.179) E, desse modo, o enunciador deixa pouco marcado o relato, pois outorga a posição de sujeito da ação a um documento. Em suma, ao fazer a inserção de registros institucionalmente autorizados, o efeito de sentido produzido aproxima-se das perspectivas de certezas inquestionáveis.

En chiffres, l'enquête menée par le Centre national d'études et d'analyse pour la planification (CNEAP) démontre que, au niveau des enseignants, toutes disciplines confondues, la langue française recueille 53,33% des préférences par rapport à l'anglais qui n'en recueille que 40%. (*Corpus - Texto 13*)

O capítulo que se segue será dedicado às análises discursivas a que nos propomos nesta tese. As análises levam em conta os conceitos teóricos discutidos no capítulo 4, bem como as considerações históricas que caracterizam a Argélia. Assim, nosso percurso visa articular a identificação das ocorrências da RDO aos eixos temáticos recorrentes em nosso *corpus*.

5 ESTRUTURAÇÃO DA NOTÍCIA DE JORNAL E SISTEMATIZAÇÃO DE SUAS FALAS REPRESENTADAS

5.1 O JORNAL, A NOTÍCIA E O EDITORIAL

Para melhor entendermos a autoimagem do jornal com o qual decidimos trabalhar, nossa reflexão buscou elucidar a realidade discursiva construída pelo próprio projeto editorial do jornal. Assim sendo, nosso estudo foi realizado a partir da leitura do texto que define os princípios de *El-Watan*. Nosso objetivo era verificar de que modo a linha editorial do referido jornal prestava-se à tão recomendada tarefa de democratização da informação exigida no seio da atividade jornalística. Esta proposta inicial já nos permitiu esboçar um olhar crítico sobre a delimitação do gênero discursivo

proposta pelo jornalismo argelino.

Primeiro jornal independente da manhã a ser editado na Argélia, ele baseou sua linha editorial em um tratamento objetivo da informação, desenvolvendo análises pertinentes, uma verificação rigorosa das informações publicadas e uma preocupação constante de abertura ao conjunto das sensibilidades políticas do país, especialmente aquela ligada à oposição democrática. (Material de apoio - Texto E, tradução nosso, grifo nosso)

Os grifos são meus e têm por objetivo destacar a busca de exatidão como sendo o elemento chave da notícia. Nesse primeiro momento de reflexão, nosso objetivo é elucidar como tais orientações - entendidas aqui como a tentativa de apresentar os fatos com precisão - serão seguidas posteriormente na prática discursiva da notícia. Para tanto, levarei em conta que a atividade discursiva apresenta-se, segundo Authier-Revuz, obrigatoriamente heterogênea, o que desfaz por completo esse tom objetivo que o jornal tenta imprimir, inclusive respeitando e tratando com imparcialidade a “oposição democrática”. A busca de objetividade é apenas um efeito de sentido, pois, na verdade, não existem textos objetivos, mas recursos discursivos capazes de construir esse efeito de objetividade.

Podemos destacar no parágrafo que dá sequência ao trecho já mencionado uma primeira contradição, visto que o próprio redator desse texto nos faz entender que o jornal também se presta a reflexões e debates, ocasionando algumas perseguições e consequente suspensão de suas publicações.⁴⁴ Percebe-se, assim, que o próprio jornalismo se reconhece

⁴⁴ Não posso deixar de esclarecer aqui que a impressão de todos os jornais argelinos é até hoje controlada pelo governo. Isso ocorre porque o regime em estilo ditatorial ainda é fortemente praticado na Argélia por conta da sucessão de ditadores que passaram a ocupar a presidência do país após a Independência. Ben Bella, o primeiro

como revelador do posicionamento de seus intelectuais. Ainda que façamos um esforço para encarar essa abertura a discussões como característica apenas de uma coluna específica do jornal, o editorial, por exemplo, sabemos que os valores e a ideologia que constituem a organização histórica do jornal também determinam suas produções textuais.

El Watan tornou-se igualmente um lugar de debate e de reflexões para os intelectuais argelinos e uma tribuna permanente de discussões das questões de democracia e das opções econômicas e sociais do país. Por todas essas razões, o cotidiano foi suspenso diversas vezes durante os anos 90. O assédio político judiciário foi constante. (Material de complementação - Texto E)

A contradição exposta no parágrafo anterior anuncia a tensão entre a pretendida objetividade do periódico e o seu caráter opinativo. Como já nos apresenta Sant'anna (2000,2004), precisamos encarar essa questão como estruturante do discurso jornalístico especificamente e entender esses “tipos relativamente estáveis de enunciados” nos exigirá compreender também algumas questões históricas que, de forma definitiva, foram capazes de moldar o gênero em questão. No nosso caso, não só o contexto conturbado das reformas políticas no qual a Argélia se encontrava em 1990⁴⁵, mas também suas censuras e decorrentes sanções fizeram com que o suporte se apropriasse de certos recursos para produzir os efeitos de sentidos que garantissem a primordial objetividade que propunha o jornal argelino naquele momento.⁴⁶

Quanto à relação com o leitor, outro parâmetro que segundo Bakhtin (1979/1997) define um gênero textual, a imagem encontrada é a de um respeito recíproco, uma vez que o jornal existe para manter um eficiente serviço de informação trazendo ao seu leitor questões que lhe concernem concretamente. A observação do trecho abaixo destaca essa preocupação.

(...) os poderes públicos tentaram destruir financeira e comercialmente *El Watan* que resistiu graças a sua sólida reputação (...). Essas edições se fortificam regularmente e se interessam por tudo aquilo que diz respeito à vida concreta dos Argelinos. (Material de complementação - Texto E)

presidente da República da Argélia era suboficial do Exército francês. O coronel Boumediene, líder do primeiro Exército argelino o sucede. Temos, em seguida, sucessivos militares que adotam postura não muito distante dessa realidade de rigidez e vigilância para obter o controle do seu país. Dados retirados de “Retrato do descolonizado” (MEMMI, 2007b, P.33).

⁴⁵ Refiro-me aqui à data de sua primeira edição.

⁴⁶ Esses “efeitos de sentidos” serão sistematizados no próximo capítulo.

Ora, como dito no capítulo metodológico, antes de iniciarmos a análise do material selecionado como *corpus*, optamos por fazer uma reflexão sobre alguns trechos e comentários que aludem à Francofonia encontrados na coluna editorial de El-Watan a fim de apresentar as particularidades que demarcam a estruturação do texto noticioso em oposição ao texto da coluna editorial. Nosso intuito é estabelecer um contraponto entre a tipologia da notícia e do editorial, visto que na tradição jornalística o ponto de vista da empresa é expresso exclusivamente nos editoriais.

Como é sabido, diferentemente da notícia, na coluna editorial não é exigido, por norma, que o jornalista mantenha uma postura de distanciamento crítico em relação ao assunto. Entretanto, é válido acrescentar que o jornalista também não tem completa liberdade para expor suas opiniões porque enquanto membro do jornal ele precisará representar o pensamento oficial do jornal como instituição. Quanto a essa questão, retomo, nas palavras de Benites, as regras pragmáticas que opõem a notícia ao editorial.

Enquanto a notícia apresenta secamente os fatos, de forma irresolvida e material, o editorial comenta, posiciona-se, contesta, interferindo sobre o absurdo que é homeopaticamente apresentado aos leitores todos os dias. Para ele, é como se, enquanto a manchete dissesse: “foi isso”, o editorial respondesse: “mas não pode ser”!. (BENITES, 2002, p. 44)

Com efeito, percebe-se que na tradição do jornal a coluna editorial acompanha as tendências e o estilo do próprio jornal e é por isso que os textos críticos por excelência estão inseridos nesse espaço peculiar. Nessa mesma direção, Sant’Anna diz que “os editoriais têm, em princípio, a função de apresentar análises sobre temas polêmicos do noticiário, mas guardando sempre uma diretriz que corresponde aos valores da empresa.” (SANT’ANNA, 2000, p. 145).

No que diz respeito aos textos do editorial por nós selecionados, podemos dizer que, se comparados às notícias, eles diferem apenas quanto a sua estruturação, uma vez que neles não é identificado o excesso de retomada de outras vozes, característica primeira da notícia de jornal.

Todavia, percebi que os interdiscursos presentes nos textos do editorial não diferem em nada daqueles inseridos nas notícias selecionadas, o que prova mais uma vez que o relato de falas não é senão um efeito de sentido capaz de reproduzir uma pretensa imparcialidade. A título de ilustração do que estamos apresentando, destaco excertos da notícia e do editorial que nos fazem acreditar que o motivo central do impedimento de reconciliação com a França

no que diz respeito aos acordos linguísticos é o impasse que trava o grupo conservador de origem islâmica que tem grande representatividade no país.

Quadro 5 - Contraponto entre as colunas notícia e editorial 1:

Coluna Notícia	Coluna Editorial
<p>« Pour Emile Lahoud, l'Algérie, «ancrée dans sa culture et son identité arabes», peut témoigner par sa présence au sommet de «la vigueur de sa personnalité aux côtés de ses nombreux amis africains qui seront à Beyrouth. » (<i>Corpus</i> – texto 1)</p> <p>« M. Rezag Bara rappelle que l'Algérie considère la langue française comme un « tribut de guerre » et indique que pour notre pays la question de l'appartenance à l'espace politico-culturel francophone ne semble plus devoir être posée autour de la problématique fondamentale « d'y être ou de ne pas y être ». Pour soutenir son raisonnement, il puise ses arguments d'une déclaration dans laquelle le chef de l'Etat, « tout en affirmant que la société algérienne repose sur le triptyque du socle identitaire arabo-islamique et amazigh, a marqué en de nombreuses occasions son désir de lever certains tabous, dont celui de la reconnaissance de la place de la langue française en Algérie ». (<i>Corpus</i> - Texto 4)</p>	<p>“(…) a Argélia privilegiou, até o momento, o status confortável de observador nas suas relações com esse agrupamento de países que têm “o compartilhamento do uso do francês”. Um jogo de equilíbrio que lhe permite ter participação nessa organização (...) sem estar, com isso, ligada por nenhum compromisso a ela. E no plano nacional, não enfrenta os francófilos engajados na ideologia dos islamitas conservadores que são muito ativos na sociedade e nas instituições do Estado.” (Material de complementação - Editorial - Texto B)</p> <p>“As gravidades internas e as pressões oriundas tanto da corrente dita nacionalista quanto da islamita conservadora para os quais francofonia rima com neocolonialismo e “francofobia” têm um peso igualmente forte no debate nacional sobre as relações que a Argélia deve manter com essa organização.” (Material de complementação - Editorial - Texto C)</p>

Outro intradiscorso incidente na notícia e no editorial é a consciência coletiva dos argelinos do interesse que a França e todos os seus demais parceiros projetam sobre o país. Os fragmentos abaixo recuperam tal ideia.

Quadro 6 - Contraponto entre as colunas notícia e editorial 2:

Coluna Notícia	Coluna Editorial
<p>« Le président français Jacques Chirac, qui a rencontré Abdelaziz Bouteflika au moins quatre fois, a souhaité que l'Algérie «franchisse le pas» et adhère à la Francophonie. Paris considère l'Algérie comme l'un des plus grands pays francophones. » (<i>Corpus</i> - Texto 1)</p> <p>« Un argument qui rejoint, en quelque sorte, la déclaration de Jacques Saâda, ministre de l'Agence de développement économique du Canada pour les régions du Québec et ministre responsable de la Francophonie en visite à Alger le 8 septembre dernier. « Les</p>	<p>“O resultado desse relatório não deixará indiferente nossos parceiros tradicionais, sobretudo a França, que contemplam com interesse a conclusão e o resultado dessas reformas” (Material de complementação - Editorial - Texto A)</p> <p>“Os observadores engajados estão atentos à participação da Argélia no próximo Sommet que poderia inaugurar, como os mesmos preveem, uma etapa nova marcada pelo caráter pragmático das relações com essa organização.” (Material de complementação - Editorial - Texto B)</p>

<p>conditions sont désormais réunies » pour que « l'Algérie joue un rôle clé dans la francophonie », avait affirmé cet officiel. » (<i>Corpus</i> - Texto 3)</p> <p>Belgique, Canada et Suisse travaillent ensemble, à plusieurs niveaux, pour convaincre des pays hésitants, comme l'Algérie, que la francophonie aujourd'hui ne signifie pas forcément la France. Ferry de Kerckhove comprend la difficulté de « décomplexer » les relations entre l'Algérie et la France à cause de l'héritage historique du colonialisme, mais estime qu'il faut avancer. Son argument est que la francophonie est un espace ouvert accueillant des pays d'identités et de cultures diverses. (<i>Corpus</i> - Texto 7)</p>	<p>“(...) a Argélia é almejada por muitos Estados membros com os quais nosso país mantém relações cordiais. Mas também porque a Argélia constitui o segundo país francófono no mundo.” (Material de complementação - Editorial - Texto C)</p>
---	---

Ora, se nossa intenção fosse correlacionar todos os interdiscursos incidentes na notícia e no editorial, nossa enumeração de exemplos seria certamente exaustiva, uma vez que os discursos recorrentes não diferem muito nas duas seções. Nosso objetivo aqui é desmistificar o conceito pragmático que separa a coluna notícia e o editorial a partir de exemplos que desfazem a radical característica que orienta a definição tradicional de cada uma das seções do jornal.

A ideia dessa etapa de trabalho teve por objetivo estruturar o campo discursivo da notícia contrapondo-o ao editorial de modo a elaborar uma breve introdução ao que será apresentado em seguida sob a premissa de que os argumentos que o jornal defende são expressos tanto na notícia quanto no editorial. Assim, o capítulo que segue incidirá sobre a análise dos relatos de falas presentes nas notícias retiradas de *El-Watan* e seus efeitos de sentidos a partir da crença de que a notícia que se pretende menos opinativa é tão dotada de julgamentos quanto o editorial para, desse modo, ilustrar que a notícia também busca persuadir seu leitor.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE A FRANCOFONIA NA IMPRENSA ARGELINA.

No capítulo teórico, busquei estruturar o campo da RDO a partir de conceitos desenvolvidos especialmente por Authier-Revuz (1982, 1990, 1998a, 1998b, 2001, 2004 e 2012). Agora, desenvolveremos as análises dos diferentes modos de RDO presentes em nosso *corpus*. É válido também lembrar que as análises discursivas que se iniciam neste capítulo efetivamente não podem desconsiderar a acentuada relevância de uma reflexão sobre a

constituição dos gêneros discursivos desenvolvida com referência ao enfoque proposto por Bakhtin (1979/1997, 1929/2006). No que tange à estruturação do texto jornalístico, detenho especial atenção às características de funcionamento do discurso das mídias desenvolvido por Charaudeau, visto que esse estudo também nos permitiu desvendar as marcas discursivas que caracterizam a “notícia de jornal”. Por outro lado, o arcabouço histórico da sociedade argelina apresentado no capítulo 2 será indispensável para as análises porque nele nos pautaremos para compreender algumas questões sobre a identidade da Argélia.

Assim, propomos que esse capítulo seja dedicado às nossas análises de modo a sistematizar o processo de identificação de ocorrências de RDO no *corpus*, pois acreditamos que as marcas que introduzem a fala do outro no *corpus* das notícias nos auxiliarão a identificar a posição do jornal frente aos acordos francófonos, o que nos permitirá propor interpretações para a tomada de decisão da Argélia na atualidade. Para iniciarmos a delimitação das diferentes formas de relato, foi necessário fazer a identificação das categorias de relatos incidentes em nosso *corpus*. Resumo tal análise no quadro abaixo:

Quadro 7 - Identificação das categorias de relato no *corpus*:

CATEGORIAS DE RDO	Incidência por texto													Total de Incidência
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	
Discurso direto	3	-	2		1	1	2	6	-	3	10	2	3	33
Discurso indireto + Discurso Indireto com Ilha textual	2	-	-	-	-	-	2	4	1	2	-	-	-	11
	2	3	3	6	2	-	1	1	1	3	-	-	2	24
														35
Modalização em Discurso segundo + Modalização em discurso segundo com Ilha textual	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	3
	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5
														8
Modalização autônômica de empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	3
Intertexto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
												Total	78	

Uma vez elucidada a incidência das formas da RDO, apontarei em seguida os grandes eixos temáticos encontrados em nosso *corpus* a fim de investigar de que forma a insistência do uso do RDO pode ou não estar articulada a esses subtemas recorrentes e como ela pode

desvendar as marcas reveladoras de opiniões que se encontram nesse gênero discursivo. A opção pela subdivisão a partir de eixos temáticos é guiada pelo percurso da dimensão dialógica bakhtiniana apresentada no capítulo teórico no qual um dos componentes do gênero é o conteúdo temático.

Quanto à efetiva sistematização dos temas, fizemos um levantamento que buscava definir os intradiscursos incidentes a partir de encadeamentos temáticos relevantes para a discussão que gira em torno da Francofonia. O resultado será apresentado na forma de quadro, no qual constarão os “temas” mais recorrentes no *corpus* tendo como parâmetro os últimos anos dos *Sommets*. Vale lembrar que essa divisão do *corpus* por subtemas ainda não está vinculada às análises que identificam as marcas de RDO.

Quadro 8 - Subdivisão do *corpus* por eixos temáticos:

Divisão dos temas	Temas encontrados em JORNAL <i>El-Watan</i>	ANOS DO SOMMET												Total de ocorrência de cada tema	
		2002	2004			2006		2008			2010	2012			
Textos →		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Tema A	Expectativa criada pelos os diversos membros da OIF sobre a presença argelina nos <i>Sommets</i> e/ou adesão oficial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	12
Tema B	Reconhecimento por parte dos argelinos da importância do país para a Organização.	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X	11
Tema C	Alusão à “quebra de tabu em 2002”.	X	X	X	X	X	X	X		X	X				9
Tema D	Remissão ao sistema colonial.				X	X	X	X		X	X	X		X	8
Tema E	Necessidade de seguir princípios diplomáticos.	X	X	X	X	X			X		X		X		8
Tema F	Benefícios concretos da adesão para o país.	X	X	X		X	X	X	X		X				8
Tema G	Reconhecimento da adesão como acontecimento próximo a se		X	X	X	X	X				X			X	7

	concretizar.														
Tema H	Influência ideológica implícita no projeto do grupo.	X					X	X		X			X	X	6
Tema I	Discurso da diversidade cultural como tema chave da Organização.	X			X			X				X	X	X	6
Tema J	Reforço dos princípios que caracterizam a Organização.			X				X	X	X					4
Tema L	Alusão à arabização e/ou ao esforço feito contra a permanência da língua francesa.								X			X		X	3
Tema M	Remissão à resistência islâmica.				X						X	X			3
Tema N	Características da língua francesa.											X	X	X	3
Tema O	Insistência sobre a igualdade de direitos dos países membros.		X		X						X				3
Tema P	Jogo político entre as línguas francês e inglês.		X				X							X	3

Isto posto, apoiando-me em excertos retirados do *corpus*, apresentarei cada uma das categorias de RDO de modo a verificar como os diferentes relatos se articulam aos subtemas mencionados no quadro 8. Desta forma, tal proposta visa a interpretar como as questões referentes à recusa da Argélia enquanto membro da Francofonia estão sendo tratadas discursivamente no referido periódico.

Os exemplos que comprovam nossa catalogação de RDO e suas respectivas incidências seguirão, na medida do possível, a ordem cronológica das publicações, pois a ideia é conseguir identificar como a imprensa, ao fazer uso do RDO, joga com os temas destacados, verificando também se houve mudança de posicionamento ao longo dos anos. Exploraremos ainda na análise aquele a quem se dá a voz, ou seja, destacarei a propriedade da voz a qual o discurso jornalístico recorre para fazer seus relatos.

Em primeiro lugar, ilustrarei os relatos cujo recurso estratégico de recuperação da voz do outro é o Discurso Direto. É preciso elucidar que tal recurso tem como efeito primordial fazer ressoar as próprias palavras da mensagem representada. Os exemplos desse tipo de relato serão mencionados abaixo, já relacionados, de alguma forma, com os grandes eixos temáticos que propusemos.

Quadro 9 - Incidência de discurso direto:

Discurso Direto	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	<p>[1] «Après le sommet arabe pour lequel vous m'aviez fait le plaisir d'accepter mon invitation (...), le Liban accueillera, pour la première fois en terre arabe, plus d'une cinquantaine de chefs d'Etat et de gouvernement venus des cinq continents et dont les peuples partagent à des degrés divers une langue, le français. Comme je vous l'avais dit lors de ma visite dans votre cher pays, je serais particulièrement heureux de vous compter parmi mes invités personnels à ce rendez-vous», a écrit le président libanais qui avait visité l'Algérie la fin juillet 2002. (<i>Corpus</i> - Texto 1)/ Tema A</p> <p>[2] «Nous avons maintenant un lycée international français. Pourquoi n'aurions-nous pas une branche de l'ENA française ? Les gens ont besoin d'être un peu bousculés. Chacun s'est créé son fonds de commerce : le libéralisme, le régionalisme, la religion. Il faut en sortir. Je ne sais pas si je bouscule trop de tabous. Mais dès que j'en vois un, je ne résiste pas à l'envie de le remettre en question. C'est tellement dur de changer des mentalités», a déclaré Bouteflika dans une interview au quotidien français Le Monde en février 2002. (<i>Corpus</i> - Texto 1)/Tema C, F, G, I, M</p> <p>[3]« La Francophonie se doit d'aménager un nouvel espace de concertation et de plaider en faveur d'une approche ouverte et plurielle de la culture et des civilisations», estiment les organisateurs du sommet. (<i>Corpus</i> - Texto 1)/Tema I e J</p>
2004	<p>[4] « Les conditions sont désormais réunies pour que l'Algérie joue un rôle clé dans la francophonie », avait affirmé cet officiel [Jacques Saâda]. (<i>Corpus</i> - Texto 3)/ Tema G</p> <p>[5] Notre pays, dira-t-il [Bouteflika], « n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF ni de modifier son statut d'invité pour devenir membre de cette organisation ». (<i>Corpus</i> - Texto 3)/ Tema B</p>
2006	<p>[6] Ce changement de cap de la diplomatie algérienne à l'égard de la francophonie s'est révélé en 2004 dans cette réplique de Abdelaziz Belkhadem, alors ministre des Affaires étrangères, aux journalistes : « Nous n'avons aucun complexe à intégrer la francophonie ; d'ailleurs nous allons même tenter d'adhérer au Commonwealth. » (<i>Corpus</i> - Texto 5)/ Tema E, G e P</p> <p>[7] «Je suis venu parler avec M. Bedjaoui de la francophonie et de l'espoir qu'un jour l'Algérie en devienne un membre à part entière», a déclaré M. De Kerckhove. (<i>Corpus</i> - Texto 6)/ Tema A e B</p>
2008	<p>[8] « Si votre pays fait la demande d'y adhérer, il n'aura à passer aucune étape. Aucune condition ne sera avancée à cette adhésion », nous a-t-il [Ferry de Kerckhove] dit hier lors d'un déjeuner à la résidence de l'ambassadeur du Canada, Robert Peck, en présence de Victor Mircea, ambassadeur de Roumanie (dont le pays assure la présidence actuelle de la francophonie), de Baudouin Vanderhulst, ambassadeur de Belgique et Charles Houard, délégué Wallonie-Bruxelles. (<i>Corpus</i> - Texto 7)/ Tema A e B</p> <p>[9] « Nous avons le devoir de développer une réflexion sur les grands problèmes qui engagent le devenir de la planète afin de faire entendre clairement notre voix », a estimé Abdou Diouf dans le rapport La francophonie dans le monde 2006-2007, paru ces jours-ci aux éditions Nathan. (<i>Corpus</i> - Texto 7)/ Tema A, B e J</p>

	<p>[10] « Il a bien sûr souhaité y participer, j'ai senti une volonté de la part du président algérien de vouloir participer au prochain sommet de la francophonie », dit-elle [Monique Gagnon]. (<i>Corpus</i> - Texto 8)/ Tema A</p> <p>[11] « Nous comprenons qu'on puisse vouloir conserver son identité, l'arabe en l'occurrence », précise la ministre.[Monique Gagnon] (<i>Corpus</i> - Texto 8)/ Temas L e M</p> <p>[12] « Si l'Algérie devait adhérer, ce sera agréable qu'elle le fasse au Québec », indique Mme Gagnon-Tremblay (<i>Corpus</i> - Texto 8) /Tema A e B</p> <p>[13] « Le Québec continuera à renforcer ses liens d'amitié avec l'Algérie et à consolider la belle coopération existant entre les entreprises québécoises et algériennes », souligne Mme Gagnon-Tremblay qui a visité, durant son séjour de quatre jours à Alger, la centrale électrique thermique au gaz de Hadjeret Ennous, partenaire de SNC Lavalin, et l'Institut algérien des hautes études financières, partenaire de l'université de Sherbrooke. (<i>Corpus</i> - Texto 8)/ Temas A, E e F.</p> <p>[14] « L'Algérie se développe pour le mieux et le Canada continuera de travailler avec ce pays », estime la ministre. [Mme Gagnon-Tremblay] (<i>Corpus</i> - Texto 8) /Tema E</p> <p>[15]Et [Mme Gagnon-Tremblay] d'ajouter : « La décision d'adhésion appartient à l'Etat et au gouvernement algériens, en tout cas nous le souhaitons. » (<i>Corpus</i> - Texto 8)/ Tema A</p>
2010	<p>[16] «En vrac : le gel de l'espace aérien à l'arrivée du président, la présence d'un hélico prêt au décollage, la surveillance aérienne assurée par des avions de chasse, tandis qu'une armada de 5000 soldats et plusieurs milliers de policiers patrouilleront aux alentours», souligne le Canard enchaîné.(<i>Corpus</i> - Texto 10)/ Tema M</p> <p>[17] «Il y a une mobilisation pour qu'il y ait une prise de conscience partagée de cet enjeu terroriste (...) et pour que, le plus possible, la francophonie apparaisse vraiment rassemblée sur ces sujets», indique Jean-Pierre Raffarin, représentant personnel du président français Nicolas Sarkozy pour la francophonie. (<i>Corpus</i> - Texto 10) /Tema F e M</p> <p>[18] «Si tous les Etats de cette sous-région ne se mettent pas ensemble pour y faire face, les terroristes passeront toujours entre les mailles du filet», juge Abdou Diouf, secrétaire général de l'OIF. (<i>Corpus</i> - Texto 10) /Tema F</p>
2012	<p>[19] «Le français fait partie intégrante du parler algérien. Après 130 ans de colonisation, plus 50 années de parabole télévisuelle, ce sont des paramètres quasi-génétiques. Ils ont une relation charnelle avec la langue», a expliqué M. Sansal. (<i>Corpus</i> – Texto 11) /Tema D</p> <p>[20] «Ils jouent avec, se l'ont appropriée. Seulement, il y a une situation étrange, où les Algériens ont intégré la langue, mais où la culture française s'est estompée», a-t-il [Sansal] ajouté. (<i>Corpus</i> – Texto 11) /Tema D</p> <p>[21] « Les livres sont très chers, les cinémas et les théâtres ont disparu, l'université est dans un état déplorable, avec une médiocrité de l'administration, une islamisation rampante, etc. La culture est une question d'environnement, d'éducation, de voyages, etc.», a énuméré M. Sansal. (<i>Corpus</i> – Texto 11) /Tema M</p> <p>[22] «Malgré la malhonnêteté des "politards" algériens, leur manipulation au travers de la langue, les Algériens parleront toujours français. Même si l'on arabise la langue, qu'on invente un dialecte composé de déformation de plusieurs langues, le français fera toujours partie du quotidien de nombreux pays arabophones. Les révolutionnaires du printemps arabe utilisaient bien le français dans leurs revendications, avec le célébritissime 'Dégage' », a exposé, quant à lui, le réalisateur et scénariste Mohamed Lakhdar Hamina, qui débattait aux côtés de Boualem Sansal. (<i>Corpus</i> – Texto 11) /Tema L e M.</p>

	<p>[23] Les nouvelles générations connaissent ce qui ressemble à une «crise linguistique». Oui, la fameuse formule «analphabète trilingue». «Ce qui est compréhensible. Cela est éducationnel et est le fait des événements et des crises dramatiques que le pays a vécus, et qui a tout déstructuré», a estimé M. Sansal. (<i>Corpus – Texto 11</i>) /Tema L</p> <p>[24] «L'arabe, telle que produit en Algérie, est une langue importée. L'arabisation, en tant que démarche politique, a pour but d'embrigader la société, de domestiquer le peuple», a jugé M. Sansal. (<i>Corpus – Texto 11</i>) /Tema L</p> <p>[25] «Là où on essaie de contrôler une langue, on crée des fascismes», a d'ailleurs analysé l'écrivain [Sansal] en abordant le thème de la francophonie en termes institutionnels. (<i>Corpus – Texto 11</i>) /Tema L</p> <p>[26] «Il y a la francophonie de l'Etat, dont la conception des choses est une démarche purement politique, et il y a la francophonie du peuple, qui est dans le subconscient et dans l'affect», a-t-il précisé. [Sansal] (<i>Corpus – Texto 11</i>) /Tema H</p> <p>[27] «La francophonie institutionnelle est représentée par l'Organisation internationale de la francophonie (OIF), qui est avant tout un outil de pression, de négociation, polluée par des considérations politiciennes. C'est une institution compliquée et trouble qui a enrégimenté les écrivains et la littérature», a-t-il poursuivi. [Sansal] (<i>Corpus – Texto 11</i>) /Tema H</p> <p>[28] «Il faudrait que l'OIF évolue et cède la place aux jeunes. La langue a beaucoup évolué et les nouvelles générations ne parlent plus la même langue. L'organisation se doit de s'adapter à eux, car elle a été incapable de le faire», a conclu M.Sansal. (<i>Corpus – Texto 11</i>) /Tema B</p> <p>[29] Un événement très attendu des deux côtés de la Méditerranée : «Je pense que la grande rencontre bilatérale entre les présidents Bouteflika et Hollande aura des effets bénéfiques sur les deux pays», a déclaré Yamina Benguigui à son arrivée à Alger. (<i>Corpus – Texto 12</i>) / Temas E e O</p> <p>[30] «La langue française est aujourd'hui une langue solidaire, égalitaire, une langue qui rassemble à hauteur d'homme. Elle doit aujourd'hui être le fleuve qui fédère les peuples de la francophonie», a déclaré Yamina Benguigui au site internet TSA. (<i>Corpus – Texto 12</i>) / Tema N</p> <p>[31] «Il y a une dizaine d'années ou plus, mes étudiants hésitaient à se documenter en français, ils étaient encore dans cette vision de la “langue du colonialisme” », note la linguiste Khaoula Taleb Ibrahimy de l'université d'Alger. (<i>Corpus - Texto 13</i>) / Temas D e N</p> <p>[32] «L'arabe est ainsi “rétrograde”, “réactionnaire”, alors que le français reste “la langue de la modernité”, regrette l'auteur Bachir Mefti. Mais le vrai problème qu'on essaie d'éviter, c'est qu'on n'a pas introduit la langue arabe dans la modernité, dans sa propre modernité.» (<i>Corpus - Texto 13</i>) /Temas D e N</p> <p>[33] «la vraie problématique aujourd'hui se résume à la reconnaissance enfin officielle du Maghreb comme carrefour multilinguistique. Les entités politiques maghrébines, depuis le Moyen-Âge, n'ont jamais été aussi stables et puissantes que lorsqu'elles ont accepté cette diversité, cette richesse entre l'arabe, le latin, l'hébreu, le tamazight et les langues du sud de l'Europe», assène un ancien membre de la commission de réforme de l'éducation. (<i>Corpus - Texto 13</i>) / Tema F e I</p>
--	--

O DD se caracteriza pela nítida dissociação que ele estabelece com as duas situações de enunciação, o discurso citante e o discurso citado. A título de exemplificação, no primeiro enunciado acima apresentado, identificamos a presença de duas “vozes” simultaneamente, a voz do jornalista e a do presidente libanês Emile Lahoul. Esse tipo de fenômeno nos faz recorrer à problemática da polifonia elaborada por Ducrot (1984), uma vez que o leitor desse texto é capaz de depreender, de imediato, duas fontes enunciativas, o enunciado jornalístico (discurso citante) e o discurso do presidente (discurso citado).

[1]« Comme je vous l’avais dit lors de ma visite dans votre cher pays, je serais particulièrement heureux de vous compter parmi mes invités personnels à ce rendez-vous», a écrit le président libanais qui avait visité l’Algérie la fin juillet 2002. (*Corpus* - Texto 1) / Tema A

Na verdade, a citação inserida no artigo de jornal possui essa característica particular, na qual o jornalista cita a fala de alguém, todavia ele não se coloca responsável por essa fala. Vale aqui lembrar que, segundo Revuz, esse modo de citação é caracterizado pela sua não regularidade sintática e pela sua essencial impossibilidade de sinonímia. A marca típica do DD é o seu rompimento na cadeia discursiva quanto aos elementos que constituem o ato enunciativo, haja vista que o eixo *eu, aqui, agora* da fonte citada e do citante não coincidem. Por outro lado, a irrealizável sinonímia é a propriedade descrita por Revuz como sendo um recurso capaz de reproduzir a mensagem representada fazendo alusão à sua materialidade significante.

Ainda quanto à estruturação do DD, é sabido que a parte representada é introduzida por um verbo *dicendi* e, desse ponto de vista, a crucial distinção perante o DI está na separação da fala do citante e do citado por sinais de pontuação, sendo eles as aspas, os dois pontos e/ou a vírgula. Embora tradicionalmente o verbo *dicendi* possa preceder a fala representada, intercalá-la ou aparecer em seu final, percebe-se que a presença do verbo no fim da fala é bastante incidente em nosso *corpus*, pois encontramos poucas exceções, a saber, os exemplos [5, 6 e 15]. No caso do exemplo [30], o verbo é colocado no meio de duas orações. Inclusive, tal recorte é bastante particular, uma vez que o verbo é inserido no interior das aspas. Sobre a posição dos verbos *dicendi*, Antônio Marcuschi (2007) nos afirma que no jornalismo contemporâneo é mais frequente o verbo situar-se no fim das frases, justificando que essa localização se deve ao fato de as frases reproduzidas serem de pequena extensão.

Nos trechos apresentados no quadro 9, o jornalista acredita que, ao recorrer ao DD e ao emprego das aspas, ele transmite uma reprodução literal do ato de fala representado.

Todavia, o DD enquanto mecanismo de citação que pretende demonstrar fidelidade do discurso de outrem pode funcionar de um modo diferente do alegado, indicando, muitas vezes, a opinião do locutor citante, o que nos faz repensar a neutralidade ilusória que o jornalista pretende destacar. Dito de outra forma, não existe equivalência entre textualidade e fidelidade, pois as palavras dos outros são, muitas vezes, empregadas pelo jornalista, para reforçar suas próprias ideias e/ou rejeitá-las.

Ademais, a restituição do enunciado representada pelas “exatas palavras” proferidas pode ser mantida, mas sem a garantia de o seu sentido ser o mesmo, uma vez que o jornalista pode criar um novo contexto. Na verdade, devemos encará-lo sempre como um novo texto, pois ainda que o jornalista queira, o excerto já passou por uma seleção que está presa a sua formação discursiva. Sobre a inevitável interpretação que caracteriza a reconstituição do enunciado no DD, Authier-Revuz (1998^a, p.157) sustenta a ideia de que “há em DD uma ficção de apagamento, uma ostentação de objetividade no ‘eu cito’ (com valor de eu não intervenho)” para explicar que por mais minuciosa que seja a descrição feita pelo enunciador citante, o enunciado reproduzido será sempre parcial e subjetivo.

Além disso, o próprio recorte que se faz da mensagem e a utilização do verbo introdutor não devem nunca ser vistos como neutros. É sabido que no DD é exigido indicar que houve um ato de fala através dos sintagmas introdutores e estes, muitas vezes, veiculam diversos pressupostos, haja vista a variedade lexical inerente aos verbos *dicendi*. Assim sendo, inicio nossa reflexão sobre esses verbos a partir do verbo “dire” por ele representar certa flexibilidade em relação às classes delimitadas por Marcuschi (2007). É válido lembrar aqui que para o referido autor o valor semântico inerente à cada verbo e às condições de produção do discurso são fundamentais para a compreensão da “força de ação” que os verbos introdutores exercem nos relatos, uma vez que eles são capazes de revelar o aspecto argumentativo embutido no discurso representado. Percebemos que no caso dos exemplos [5], [8] e [10], o jornalista tenta indicar a manifestação demarcatória de exatidão em relação à fonte ao usar “dire”, e também ao separar o discurso citante do discurso citado, o que imprime o aparente efeito da isenção de responsabilidade sobre o dito.

[5] Notre pays, dira-t-il [Bouteflika], « n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF ni de modifier son statut d'invité pour devenir membre de cette organisation ». (*Corpus - Texto 3*/ Tema B

[8] « Si votre pays fait la demande d'y adhérer, il n'aura à passer aucune étape. Aucune condition ne sera avancée à cette adhésion », nous a-t-il [Ferry de Kerckhove] dit hier lors d'un déjeuner à la résidence de l'ambassadeur du Canada, Robert Peck, en présence de Victor Mircea, ambassadeur de Roumanie (dont le pays

assure la présidence actuelle de la francophonie), de Baudouin Vanderhulst, ambassadeur de Belgique et Charles Houard, délégué Wallonie-Bruxelles. (*Corpus* - Texto 7)/ Tema A e B

[10] « Il a bien sûr souhaité y participer, j'ai senti une volonté de la part du président algérien de vouloir participer au prochain sommet de la francophonie », dit-elle [Monique Gagnon]. (*Corpus* - Texto 8)/ Tema A

No mesmo paradigma semântico de *dire*, coloquei o fragmento [1] marcado pelo verbo “écrire” por acreditar que a diferença entre os verbos está apenas no modo de realização do enunciado, isto é, realização fônica e gráfica.

[1] «Après le sommet arabe pour lequel vous m'aviez fait le plaisir d'accepter mon invitation (...), le Liban accueillera, pour la première fois en terre arabe, plus d'une cinquantaine de chefs d'Etat et de gouvernement venus des cinq continents et dont les peuples partagent à des degrés divers une langue, le français. Comme je vous l'avais dit lors de ma visite dans votre cher pays, je serais particulièrement heureux de vous compter parmi mes invités personnels à ce rendez-vous», a écrit le président libanais qui avait visité l'Algérie la fin juillet 2002. «(*Corpus* - Texto 1)/ Tema A

Devido à aparente neutralidade dos verbos “dire” e “écrire”, o jornalismo costuma empregá-los de forma recorrente, mas esquecendo de que a manutenção do significante não implica na manutenção do significado, visto que não existe a possibilidade de isolar um dito na perspectiva discursiva. Esse efeito de objetividade existe para que o público acredite no que a mídia diz e é fato que o leitor busque através da notícia estar a par do que acontece no mundo e a escolha do seu jornal de credibilidade está relacionada ao efeito de imparcialidade que esse jornal produz. É neste âmbito que ainda se encontra a importância de fazê-lo aparentemente objetivo.

Das ocorrências assinaladas neste tipo de relato, um número significativo de verbos está contido no eixo interpretativo que incide sobre o valor positivo das afirmações, a saber, os fragmentos [2], [7], [29] e [30], marcados pelo verbo “déclarer”, duas ocorrências do verbo “indiquer” e “préciser” nos trechos [12], [17],[11] e [26] respectivamente. Além disso, temos ainda um caso com o verbo “affirmer”, [4]. Percebe-se que esses fragmentos apresentados incidem sobre o valor de verdade do enunciado.

Observa-se, a título de exemplificação, que, apoiado na força assertiva do verbo “déclarer”, o jornalista busca ressaltar a voz do presidente argelino no trecho abaixo para destacar os benefícios que a adesão pode oferecer ao país.

[2] «Nous avons maintenant un lycée international français. Pourquoi n'aurions-nous pas une branche de l'ENA française ? Les gens ont besoin d'être un peu bousculés. Chacun s'est créé son fonds de commerce : le libéralisme, le régionalisme, la religion. Il faut en sortir. Je ne sais pas si je bouscule trop de tabous. Mais dès que j'en vois un, je ne résiste pas à l'envie de le remettre en question. C'est tellement dur de changer des mentalités», a déclaré Bouteflika dans une interview au quotidien français *Le Monde* en février 2002. (*Corpus* - Texto 1)/Tema C, F, G, I, M

Tal recurso tem por objetivo apresentar positivamente a forma como o representante político vê o projeto em questão. O efeito que está implicado neste recorte é que o presidente está inclinado a uma adesão. O efeito de sentido aqui interpretado é aquele que tenta evidenciar uma mudança de mentalidade e uma possível abertura às novas propostas de parceria com a França. Essa mesma temática também é acentuada em [4] por meio da afirmação tecida pelo ministro canadense sobre as condições já sedimentadas que propiciam uma breve adesão à Organização. A incessante persuasão do representante político é acentuada pelo jornalista através da força positiva revestida no verbo escolhido para introduzir o relato. Ao nosso entender, é como se o jornalista também fizesse adesão ao dito.

[4] « Les conditions sont désormais réunies pour que l'Algérie joue un rôle clé dans la francophonie », avait affirmé cet officiel [Jacques Saâda]. (*Corpus* - Texto 3)/ Tema G

Insistindo ainda sobre os verbos introdutórios e a premissa de que a veracidade do discurso representado pode ser comprometida em função do verbo escolhido, destaco os trechos introduzidos pelo verbo “estimar” e “jugar” ([3], [9], [14], [17], [22] e [23]), visto que ao pesquisar no *Nouveau Dictionnaire des synonymes* da Larousse encontrei “estimar” e “jugar” como possíveis sinônimos. Ainda neste mesmo paradigma semântico, encontrei os vocábulos “apprécier”, “calculer”, “considérer”, “croire”, “évaluer”, “penser”, “trouver”, etc. Ao introduzirem os relatos, esses verbos assumem funções argumentativas e criam o efeito de que a opinião apresentada evidencia o julgamento do citado. Decorre daí a insistência de apresentar tal apreciação como algo distante da opinião do citante, criando o efeito de não comprometimento do jornalista em relação à asserção.

[6] Ce changement de cap de la diplomatie algérienne à l'égard de la francophonie s'est révélé en 2004 dans cette réplique de Abdelaziz Belkhadem, alors ministre des Affaires étrangères, aux journalistes : « Nous n'avons aucun complexe à intégrer la francophonie ; d'ailleurs nous allons même tenter d'adhérer au Commonwealth. » (*Corpus* - Texto 5)/ Tema E e G

Nota-se que no fragmento acima introduzido pelo verbo “réveler” o jornalista destaca que a necessidade da presença de um representante argelino no encontro hoje ultrapassa qualquer problemática histórica que carrega a sociedade argelina, uma vez que as relações internacionais devem ser movidas por ações diplomáticas. Desse modo, além do jogo político entre as línguas, haja vista a força representativa que o inglês também possui no cenário mundial, percebe-se que a necessidade de seguir os princípios diplomáticos impede que a Argélia continue mantendo sua postura atual. O verbo “réveler” indica que tal decisão foi retirada do seu posto velado, o que nos leva a compreender que o desejo de rompimento já existia, mas só foi assumido no momento em que um chefe político decidiu “quebrar um tabu” a fim de “tornar pública” sua posição.

Vale destacar que percebemos em um outro momento a estratégia jornalística como sendo aquela que recorre à dimensão da força argumentativa que existe entre os verbos. Quanto a “dire” e “analyser” nos excertos [5] e [25], por exemplo, ambos introduzem opiniões oriundas de personalidades reconhecidas sobre a possibilidade de mudança de posicionamento e conseqüente inserção ao grupamento francófono. Todavia, ao retomar a posição de Bouteflika como ainda não definida, o jornalista faz uso do verbo “dire”, pois ao julgar que o presidente apenas diz, admite-se uma expectativa.

[5] Notre pays, dira-t-il [Bouteflika], « n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF ni de modifier son statut d'invité pour devenir membre de cette organisation ». (*Corpus - Texto 3*)/ Tema B

Por outro lado, para introduzir uma asserção cuja tomada de opinião é explicitamente marcada como positiva no que diz respeito à adesão ao grupo, o jornalista emprega um verbo cuja força é voltada para o campo semântico da área dos estudos analíticos. Encontrei como sinônimo de “analyser” em *Nouveau Dictionnaire des synonymes* da Larousse os seguintes verbos: “rendre compte de”, “étudier”, “examiner”, “approfondir”, etc.

[24] «Là où on essaie de contrôler une langue, on crée des fascismes», a d'ailleurs analysé l'écrivain [Sansal] en abordant le thème de la francophonie en termes institutionnels. (*Corpus – Texto 11*) /Tema L

Convém registrar que é apoiado na força de “analyser” que o jornalista permite criar o efeito interpretativo de que tal decisão passou por uma refinada reflexão e análise, por isso tal postura é encarada como sendo justificada e, no entanto, mais segura.

O reconhecimento por parte do leitor é inquestionável quando o L ancora a veracidade de sua afirmação na legitimidade da pessoa de I. Esta questão está presente ao longo dos excertos apresentados porque a grande maioria dos discursos citados repousa sobre autoridades políticas e, por isso, as citações imprimem credibilidade ao argumento do jornalista. Assim, antes de nos determos nos efeitos de sentidos produzidos especificamente pelos relatos que ancoram suas citações na voz de políticos legitimados, busquei elaborar um quadro de referências que facilitaria a compreensão do leitor dessa pesquisa que, por ventura, desconhecesse algumas das autoridades citadas.

Quadro 10 - Relação das personalidades políticas que ganham voz em nosso *corpus*:

Relação das personalidades políticas que ganham voz em nosso <i>corpus</i>	
Abdelaziz Belkhadem	Primeiro ministro da Argélia (2002-2005) e Ministro das Relações Exteriores (2005-2008).
Abdelaziz Bouteflika	Presidente da Argélia desde 1999.
Abdou Diouf	Ex-presidente do Senegal e Secretário Geral da OIF (2007-2013)
Bensalah	Presidente do Senado da Argélia (2002-2013)
Emile Lahoul	Ex-presidente do Líbano (1998-2007)
Ferry de Kerckhove	Representante pessoal do ministro responsável pela Francofonia (2006-2008)
François Hollande	Atual presidente da França (2013)
Jacques Chirac	Ex-presidente da França (1995-2007)
Jacques Saâda	Ministro canadense responsável pela Francofonia (2004-2006)
Jean Pierre Raffarin	Ex-primeiro ministro da França (2002-2005) e representante pessoal de Sarkozy em 2010
Kamel Rezag Bara	Antigo embaixador da Argélia e atual membro da Comissão Africana dos Direitos do Homem
Michelle Jean	Governadora Geral do Canadá (2005-2010)
Mohamed Bedjaoui	Ministro das Relações Exteriores da Argélia (2005/2007)
Monique Gagnon-Tremblay	Ministra das Relações Exteriores do Canadá (2003-2008/2010-2012) e responsável pela Francofonia (2008-2013)
Mourad Medelci	Ministro das Relações Exteriores da Argélia (2008-2013)
Nicolas Sarkozy	Ex-presidente da França (2007-2012)
Xavier Darcos	Ministro da Francofonia (2004-2005)

Percebe-se, assim, que o desejo de pertencimento por parte dos países já membros é hoje algo que se apresenta em larga escala, visto que muitos são os países envolvidos e interessados em persuadir a Argélia para a aceitação de tal engajamento político. Os exemplos

sucessivos de citações de discursos proferidos por autoridades políticas inseridos em [1], [2], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [14], [17] e [18] buscam, de fato, dar uma maior credibilidade aos argumentos do jornalista e, ao mesmo tempo, o comprometimento do locutor citante é disfarçado, pois sua função ali é apenas transmitir um discurso proferido por outrem.

Ora, o jornalista, aparentemente disfarçado, evoca as palavras de uma autoridade para que a mesma se responsabilize pela afirmação. Na verdade, nota-se que tal recurso vai de encontro aos princípios de transparência e objetividade sobre os quais se apoia a linha editorial dos jornais, pois o jornalista acaba por defender o argumento que ele resolveu destacar e desenvolver. No caso do referido trabalho, o jornalista busca demonstrar que é preciso romper com a tradição e lutar por igualdades filiando-se ao grupo político. Segundo Benites:

Responsabilizado pela afirmação, o locutor citado dá legitimidade ao argumento defendido pelo locutor citante. É como se, ao empregar a citação, o locutor quisesse dizer ao leitor: *a prova de que meu argumento é verdadeiro são as palavras de f..., que, como é de conhecimento de todos, é uma autoridade do assunto.* (BENITES, 2002, p. 96, grifo da autora)

Ainda que Bouteflika não tenha tomado decisão definitiva, ideia claramente divulgada em [5], outros representantes políticos insistem que a política argelina está, de fato, convencida de mudar sua posição atual, como consta nos exemplos [4], [6], [10] e [13]. Gostaria de destacar aqui o exemplo [10] no qual o jornalista recupera a fala da ministra das Relações Exteriores do Canadá para evidenciar que, em uma reunião recente que ela teve com o chefe argelino, a mesma percebeu que o desejo argelino de participação no próximo encontro é algo concreto, pois ela diz ter conseguido interpretar a resposta do presidente como sendo positiva.

[10] « Il a bien sùr souhaité y participer, j'ai senti une volonté de la part du président algérien de vouloir participer au prochain sommet de la francophonie », dit-elle [Monique Gagnon]. (*Corpus - Texto 8*)/ Tema A

Ao mesmo tempo, notamos nas palavras do representante pessoal de Sarkozy que a França aposta na imediata entrada da Argélia no bloco político ao afirmar que, mediante adesão, haverá um comprometimento do país com os problemas terroristas que concernem o Oriente Médio através de um estreitamento de laço com a Argélia.

[16] «Il y a une mobilisation pour qu'il y ait une prise de conscience partagée de cet enjeu terroriste (...) et pour que, le plus possible, la francophonie apparaisse vraiment rassemblée sur ces sujets», indique Jean-Pierre Raffarin, représentant personnel du président français Nicolas Sarkozy pour la francophonie. (*Corpus* - Texto 10) /Tema F e M

Ao fazermos um paralelo com a política contemporânea de François Hollande, encontramos no trecho abaixo esse incessante desejo francês.

[29] Un événement très attendu des deux côtés de la Méditerranée : «Je pense que la grande rencontre bilatérale entre les présidents Bouteflika et Hollande aura des effets bénéfiques sur les deux pays», a déclaré Yamina Benguigui à son arrivée à Alger. (*Corpus* – Texto 12) / Temas E, F e O

Ora, a reprodução em DD tem a intenção de dar exatidão em relação à fonte e sobretudo conferir credibilidade à informação. Entretanto, nenhum discurso é capaz de produzir objetividade e, dessa forma, ainda que seja possível recuperar as falas de autoridades e legitimar suas afirmações, os propósitos comunicativos de cada jornalista estão sempre inseridos no seu texto. Relembrando que aqui não nos interessa trabalhar a formação discursiva de cada um dos jornalistas, mas sim refletir sobre o trabalho que os mesmos realizam ao se respaldar na proposta de objetividade que preza a coluna notícia da mídia impressa.

Ao fazermos uma interpretação com ênfase na cronologia dos textos, percebemos que ao contrário dos primeiros anos analisados que insistiam na voz de personalidades políticas, as falas em discursos diretos quando retomadas nos últimos anos não dão mais ênfase ao dito dessas autoridades, mas sim às palavras de sociólogos, linguistas e especialistas da educação, ou seja, representantes especializados e engajados na política social do país. Tal questão está presente nos trechos [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [30], [31],[32] e [33]. Esse dado nos permite compreender diferentemente o efeito de sentido ali inserido, visto que agora não só a diplomacia francófona está interessada em fechar acordos com a Argélia como também profissionais argelinos especializados, o que nos leva a concluir que o jornal está divulgando a necessidade de uma adesão imediata.

[33] «la vraie problématique aujourd'hui se résume à la reconnaissance enfin officielle du Maghreb comme carrefour multilinguistique. Les entités politiques maghrébines, depuis le Moyen-Âge, n'ont jamais été aussi stables et puissantes que lorsqu'elles ont accepté cette diversité, cette richesse entre l'arabe, le latin, l'hébreu, le tamazight et les langues du sud de l'Europe», assène un ancien membre de la commission de réforme de l'éducation. (*Corpus* - Texto 13) / Tema F e I

Destacando o fragmento abaixo, pretendo mostrar como o jornal lida com a situação na atualidade. A mensagem representada, introduzida pelo verbo *dicendi* “regretter”, tem por objetivo apresentar que a antítese que se fazia outrora para definir a língua árabe e o francês não pode mais ser encarada da mesma forma doravante. É válido explicar que os exemplos aspeados encontrados no interior das aspas do DD remetem ao interdiscurso, isto é, a uma memória discursiva de determinação histórica. Ao recorrer ao uso das aspas, o intuito do jornalista é acentuar que os cidadãos argelinos são capazes de identificar o sentido implicado nestes termos, haja vista a problemática histórica que caracteriza seu público leitor.

[32] «L’arabe est ainsi “rétrograde”, “réactionnaire”, alors que le français reste “la langue de la modernité”, regrette l’auteur Bachir Mefti. Mais le vrai problème qu’on essaie d’éviter, c’est qu’on n’a pas introduit la langue arabe dans la modernité, dans sa propre modernité.» (*Corpus* - Texto 13)/Temas D e N

Essa mesma crítica é reforçada nos excertos abaixo, uma vez que é preciso hoje aceitar o francês encarando-o como um benefício para o país. O destaque da expressão “langue du colonialisme” no fragmento [32] é um outro exemplo de remissão explícita ao interdiscurso. O efeito que tal recurso produz é, neste caso, evidenciar que o povo argelino, assim como os alunos mencionados, devem se desvincular desta memória que lhe atravessa.

[30] «La langue française est aujourd'hui une langue solidaire, égalitaire, une langue qui rassemble à hauteur d'homme. Elle doit aujourd'hui être le fleuve qui fédère les peuples de la francophonie», a déclaré Yamina Benguigui au site internet TSA. (*Corpus* – Texto 12) / Tema N

[31] «Il y a une dizaine d’années ou plus, mes étudiants hésitaient à se documenter en français, ils étaient encore dans cette vision de la “langue du colonialisme”, note la linguiste Khaoula Taleb Ibrahim de l’université d’Alger. (*Corpus* - Texto 13)/ Temas D e N

Com efeito, acreditamos que o próprio recorte feito por *El-Watan* é revelador de sua posição. Por que não retomar discursos da camada conservadora da sociedade? Postulo que o próprio recorte aqui já deixa marcas que nos fazem perceber a proposta defendida pelo jornal como sendo aquela que apoia a inclusão do país ao grupo. Deixemos para confirmar essa hipótese no decorrer da análise das demais categorias da RDO.

Prosseguindo nosso estudo, notamos que outra forma recorrente é o clássico discurso indireto.

Quadro 11 - Incidência de discurso indireto:

Discurso Indireto	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	[34] Les observateurs relèvent que l'information circule à Alger au moment où s'ouvre une importante réunion d'hommes d'affaires français du Medef. (<i>Corpus</i> - Texto 1)/Tema H
2004	Nenhuma ocorrência.
2006	Nenhuma ocorrência.
2008	[35] Ferry de Kerckhove estime qu'il faut avancer. (<i>Corpus</i> - Texto 7)/Tema A [36] Son argument [Ferry de Kerckhove] est que la francophonie est un espace ouvert accueillant des pays d'identités et de cultures diverses. (<i>Corpus</i> - Texto 7)/Tema I [37] Monique Gagnon-Tremblay souligne toutefois que l'OIF n'est pas seulement un ensemble de pays qui ont une langue en partage, mais c'est aussi un ensemble politique et économique important. (<i>Corpus</i> - Texto 8)/Tema F [38] Dans un point de presse tenu au siège de l'ambassade du Canada hier, la responsable québécoise a défendu l'ensemble des pays de la francophonie en précisant qu'il s'agit tout de même du tiers des membres de l'ONU. (<i>Corpus</i> - Texto 8)/Tema B [39] Monique Gagnon-Tremblay ajoute que l'ordre du jour du sommet de la francophonie portera sur la démocratie, l'Etat de droit, l'environnement et la gouvernance économique. (<i>Corpus</i> - Texto 8)/Tema J [40] La ministre rappelle que les liens d'amitié entre les deux pays ont été renforcés par la communauté algérienne établie au Québec, qui totalise un nombre de 50 000 personnes. (<i>Corpus</i> - Texto 8)/Tema E [41] Le souci d'éviter les interprétations politiques et géopolitiques qu'induit ce rendez-vous transparait assez clairement dans l'ordre de mission du chef de l'Etat. C'est ce qui expliquerait le soin pris de préciser qu'il répond à une invitation de la Gouverneure générale du Canada, Mme Michelle Jean. (<i>Corpus</i> - Texto 9)/Tema H
2010	[42] Ces derniers [les observateurs] estiment également que le président français Nicolas Sarkozy a obtenu la participation d'Alger grâce à une fine opération de marchandage : francophonie contre participation de l'Algérie aux G20 et G8. (<i>Corpus</i> - Texto 10)/Tema F [43] A Montreux, Abdelkader Bensalah a pour mission d'expliquer, dans la langue de Voltaire, que la lutte contre Al Qaïda au Maghreb islamique (AQMI) passe par l'aide combien précieuse de l'Algérie. (<i>Corpus</i> - Texto 10)/Tema A e N
2012	Nenhuma ocorrência.

É importante destacar aqui que, embora a estrutura sintática da citação não seja a mesma do DD, visto que os enunciados representados em DI são apresentados aqui sob a forma de oração subordinada substantiva objetiva direta, nos dois casos o verbo introdutor é significativo e pode igualmente condicionar a interpretação da fala representada. Outra diferença elementar que deve ser reconhecida no DI é a infinidade de maneiras sobre as quais L pode se apropriar para traduzir as falas representadas, pois não se busca recuperar as palavras exatas que foram proferidas, mais sim o conteúdo do enunciado através do recurso da

paráfrase, entendida por Authier-Revuz como reformulação que compactua obrigatoriamente com o interdiscurso.

Ainda que o objetivo aqui não seja o de reforçar a credibilidade da notícia por meio de falas literalmente recuperáveis, notamos que o que distingue o DD do DI é a variação estrutural do modo como se cita. A identificação das pessoas e dos dêiticos espaço-temporais no DI é correlacionada à situação de enunciação do discurso citante, diferentemente do que ocorre em DD. Trata-se de reproduzir a representação do sentido e não a textualidade das palavras do outro.

Todavia, sabemos que o DI se assemelha ao DD tanto no momento em que se faz a escolha do verbo introdutor como na seleção do texto citado, interferindo também na interpretação do novo enquadramento textual. Independentemente do tipo de citação que se pretende destacar, seja ela direta ou indireta, é válido lembrar que, como nos apresenta Compagnon, a citação tem o privilégio de desmontar o texto original, visto que ela desagrega o texto e o destaca de seu contexto. Além disso, a escolha do verbo introdutor é reveladora da interpretação que o jornalista faz daquilo que ele está abordando, dando quase sempre um direcionamento ao discurso representado.

Segundo Maingueneau, o público alvo de cada jornal interfere na escolha feita pelo jornalista responsável pela encenação da citação e, normalmente, é a imprensa popular que prefere o DD ao DI. Assim, para o teórico:

(...) para o público leitor popular, o jornalista privilegia a narração, uma relação mais imediata com o vivido, as palavras mesmas das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação; para um leitor instruído, o jornalista prepara um produto que fale à inteligência desse público e através do qual ele se apaga. (Maingueneau, 1998/2011, P. 150)

Levando em conta a temática que envolve o *corpus* e o legado histórico-cultural presente nas questões dos textos, considero que o público deste tipo de artigo seja, certamente, um leitor de proporções culturais privilegiadas, ou seja, alguém que seja capaz de reconhecer na leitura o drama social de toda luta argelina.

Entretanto, faço a hipótese de que o clássico DD presente nos textos que moldaram o *corpus* de análise deve-se à legitimidade que se confere ao discurso proferido pelas autoridades políticas e não à exigência de um público específico. Trata-se de uma citação bastante singular, sendo ela intitulada por Benites como “citação de autoridade”. Através deste modo de citar, o jornal divulga uma posição que o leitor reconhece, mas seu

comprometimento é disfarçado porque o registro recorre à voz de autoridades com poderes legítimos que podem agir em defesa da população argelina e de suas instituições.

[36] Son argument [Ferry de Kerckhove] est que la francophonie est un espace ouvert accueillant des pays d'identités et de cultures diverses. (*Corpus* - Texto 7) / Tema I

As palavras do ministro responsável pela Francofonia acima ganham um reforçado peso de crítica no que tange à política de exclusão da Argélia.

[37] Monique Gagnon-Tremblay souligne toutefois que l'OIF n'est pas seulement un ensemble de pays qui ont une langue en partage, mais c'est aussi un ensemble politique et économique important. (*Corpus* - Texto 8) / Tema F

Para acentuar tal censura, as palavras da responsável canadense são retomadas. O mais importante aqui é perceber que o recurso que se respalda em um verbo como “souligner” tem por efeito apresentar que a importância dada a esse bloco político fortificado faz parte da opinião do autor do dito exclusivamente. Este exemplo nos mostra, mais uma vez, que a riqueza lexical dos verbos *dicendi* não é mera variação estilística, pois elas podem incidir sobre o valor de verdade do enunciado.

[41] Le souci d'éviter les interprétations politiques et géopolitiques qu'induit ce rendez-vous transparait assez clairement dans l'ordre de mission du chef de l'Etat. C'est ce qui expliquerait le soin pris de préciser qu'il répond à une invitation de la Gouverneure générale du Canada, Mme Michelle Jean. (*Corpus* - Texto 9)/Tema H

Foi percebido no trecho acima que a resistência de Bouteflika está, de fato, ligada à preocupação do mesmo quanto ao reconhecimento dos implícitos ideológicos que caracterizam o grupo. Todavia, essa crença tenta ser desfeita, pois como insiste a ministra, o grupo preza noções que trariam benefícios sólidos para o país.

[39] Monique Gagnon-Tremblay ajoute que l'ordre du jour du sommet de la francophonie portera sur la démocratie, l'Etat de droit, l'environnement et la gouvernance économique. (*Corpus* - Texto 8) / Tema J

É ainda neste sentido que, apoiado na força argumentativa do verbo “estimer”, o jornalista retoma o discurso do representante pessoal do ministro responsável pela Francofonia.

[35] Ferry de Kerckhove estime qu'il faut avancer. (*Corpus* - Texto 7)/Tema A

A seguir, assinalarei os exemplos da categoria intitulada DI com “ilhas textuais”, que também é um caso de relato extremamente frequente na imprensa. Antes de fazer a apresentação do quadro que ilustra tal incidência, retomo brevemente a conceituação da especificidade da categoria de DI com ilha textual, ao defini-la como estratégia de reconstituição do dito por meio da paráfrase, mas com a incorporação de fragmentos do discurso do outro, isto é, as ilhas são identificadas pontualmente no interior da reformulação por meio de marcas tipográficas.

Quadro 12 - Incidência de discurso indireto com ilha textual:

DI com Ilhas textuais	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	<p>[44] L'agence française AFP a remarqué, dans une dépêche datée d'hier, que la publication du message d'Emile Lahoud «laisserait penser» que le président Bouteflika pourrait se rendre à Beyrouth. (<i>Corpus</i> - Texto 1)/Tema A</p> <p>[45] Il [Bouteflika] avait, en 1999, soutenu, dans une autre déclaration à la revue France-Pays arabes, que les relations de l'Algérie avec la France doivent transcender «tant les humeurs que les pesanteurs de l'histoire». (<i>Corpus</i> – Texto 1) Tema D e E</p> <p>[46]Le président français Jacques Chirac, qui a rencontré Abdelaziz Bouteflika au moins quatre fois, a souhaité que l'Algérie «franchisse le pas» et adhère à la Francophonie. (<i>Corpus</i> - Texto 1)/Tema A e B</p>
2004	<p>[47] Celui-ci était alors porteur d'un message au président Bouteflika invitant l'Algérie à « participer pleinement » à ce sommet, alors que notre pays « n'a pas encore décidé de modifier son statut d'invité pour devenir membre » de l'OIF, avait affirmé Belkhadem. (<i>Corpus</i> – Texto 2)/Tema A e B</p> <p>[48] Lui [Belkhadem] qui avait déclaré que « l'Algérie n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF » lorsqu'il reçut, le 8 septembre dernier, Jacques Saâda, ministre de l'Agence de développement économique du Canada pour les régions du Québec et ministre responsable de la Francophonie. (<i>Corpus</i> – Texto 2)/Tema B</p> <p>[49] Or, Saâda avait jugé à l'époque que « les conditions sont désormais réunies pour que l'Algérie joue un rôle-clé dans la francophonie ». (<i>Corpus</i> - Texto 2)/ Tema G</p> <p>[50] Jacques Saâda était, à cette occasion, venu porteur d'un message invitant le président Bouteflika à « participer pleinement » à ce 10e Sommet. (<i>Corpus</i> – Texto 3)/Tema A e B</p> <p>[51] A cette époque-là d'ailleurs, Belkhadem avait pourtant avancé que « l'Algérie pourrait adhérer à la francophonie et pourquoi pas au Commonwealth ». (<i>Corpus</i> – Texto 3) Tema G</p>

	<p>[52] STABILITÉ Une réponse claire aux conditions des autorités algériennes lesquelles avaient jugé qu'il fallait, avant de rejoindre l'OIF, tirer avantage « des institutions ayant le français en partage ». (<i>Corpus – Texto 3</i>) Tema F</p> <p>[53] Soulignant d'ailleurs le caractère politique et mondial de l'espace francophone représenté par l'OIF, M. Rezag Bara rappelle que l'Algérie considère la langue française comme un « tribut de guerre » et indique que pour notre pays la question de l'appartenance à l'espace politico-culturel francophone ne semble plus devoir être posée autour de la problématique fondamentale « d'y être ou de ne pas y être ». (<i>Corpus – Texto 4</i>) Tema A, H e N</p> <p>[54] Kamel Rezag Bara considère, ainsi, que l'ère du partenariat entre deux pays souverains est venue dans la pleine égalité des droits et des devoirs de chacun « dans tous les domaines, et particulièrement à l'égard de l'une des composantes de leur volonté commune de refondation de leurs rapports d'Etat : l'usage commun de la langue française ». (<i>Corpus – Texto 4</i>)/Temas G e O.</p> <p>[55] Il [Kamel Rezag Bara] mettra également l'accent sur « l'évolution significative des relations entre la France ayant en partage avec elle l'usage total ou partiel de la langue française ». Un fait, dit-il, particulièrement vrai dans le cas de l'Algérie, qui était déjà présente en tant que pays invité au sommet de la francophonie de Beyrouth en 2002, et « qui sera également représentée au sommet de Ouagadougou par une importante délégation, sous la haute présidence du chef de l'Etat, M. Abdelaziz Bouteflika ». (<i>Corpus – Texto 4</i>)/Tema F</p> <p>[56] L'ancien ambassadeur d'Algérie à Tripoli, qui qualifie, au passage, de « lieu commun » le fait de constater qu'en terme d'usage vernaculaire de la langue (française), l'Algérie est devenue le deuxième pays francophone après la France, invitera néanmoins à en « tirer toutes les conséquences, notamment en prenant la place qui revient à notre pays dans l'Organisation internationale de la francophonie ». (<i>Corpus – Texto 4</i>)/Tema B</p> <p>[57] Pour soutenir son raisonnement, il puise ses arguments d'une déclaration dans laquelle le chef de l'Etat, « tout en affirmant que la société algérienne repose sur le triptyque du socle identitaire arabo-islamique et amazigh, a marqué en de nombreuses occasions son désir de lever certains tabous, dont celui de la reconnaissance de la place de la langue française en Algérie. » (<i>Corpus – Texto 4</i>) Temas L e M</p> <p>[58] Il [Rezag Bara] relève aussi le désir, de part et d'autre (du côté de l'Algérie et de la France, ndlr⁴⁷), « de dépasser les tourments et les ressentiments de la longue nuit coloniale » et le fait que « la sagesse des nations semble estimer venu le moment propice pour cicatiser les blessures de la colonisation et consolider les fractures de la lutte pour la libération nationale (...) ». (<i>Corpus – Texto 4</i>) Tema D</p>
2006	<p>[59] La nouvelle est confirmée hier via un communiqué du ministère des Affaires étrangères qui précisait que M. Bedjaoui devra se rendre à Bucarest (Roumanie) pour représenter l'Algérie « en qualité de pays invité spécial ». (<i>Corpus – Texto 5</i>)/Tema A</p> <p>[60] Ce jour-là, Bouteflika avait signé l'entrée du « premier pays francophone au monde » à l'OIF même si cela n'équivaut pas à une adhésion. (<i>Corpus – Texto 5</i>)/Tema A e B</p>
2008	<p>[61] L'OIF a défendu l'idée de « diversité culturelle » adoptée par l'Unesco. (<i>Corpus –</i></p>

⁴⁷ A sigla NDLR corresponde ao termo francês *Note de la Rédaction*. Trata-se de uma abreviação usada frequentemente na imprensa escrita francófona para indicar que o jornalista inseriu uma nota no interior de um texto que não é de sua autoria.

	<p>Texto 7)/Tema I</p> <p>[62] Interrogée sur le contenu de la réponse algérienne, la ministre canadienne se contentera de dire que « l'Algérie est déjà membre par le cœur et l'esprit ». (<i>Corpus</i> - Texto 8)/ Tema A</p>
2010	<p>[63] ... le Canard enchaîné qui estime qu'un tel dispositif est démesuré et se moque de son président, mais également des dirigeants helvètes, qui plient «pour ne pas contrarier l'Elysée». (<i>Corpus</i> – Texto 10)/ Temas E e M</p> <p>[64] Une deuxième participation de l'Algérie à la «fête francophone» signifie que le chemin de l'adhésion est bien tracé, jugent les observateurs. (<i>Corpus</i> - Texto 10)/Tema G</p>
2012	<p>[65] Dans une récente étude sur la transition en Algérie, le sociologue Nacer Djabi souligne que «depuis au moins les années 1990, avec tout ce traumatisme qu'ont engendré les violences, le débat s'est rationalisé loin des joutes idéologiques. Les bouleversements qu'a connus la société algérienne face à la mondialisation économique et aux enjeux de la distribution de la rente pétrolière depuis le début des années 2000 a déplacé les lignes de front.» (<i>Corpus</i> - Texto 13)/ Temas F, G e H.</p>

Ao classificar as aspas e itálicos que fazem referência a um outro discurso como sendo formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo, Authier-Revuz intitula de “ilhas textuais” esse modo explícito de representação de um discurso outro quando este é inserido na sintaxe do enunciador citante. A forma autonímica, caracterizada pela sua impossibilidade de substituição por um termo metalinguístico, é uma das características desta modalização, que recorre ao significante de palavras ou fragmentos tidos como emprestadas de um exterior, entretanto sua particularidade recai sobre o fato de este procedimento ser inserido no contexto frasal de L.

Para melhor interpretarmos os casos de modalização autonímica, começo por destacar a diferença crucial entre os dois tipos de aspas da RDO, sendo a função autonímica representada pelo emprego das aspas no DD e modalização autonímica por meio de ilhas textuais. Contrariamente à clara forma de distanciamento entre discurso citante e citado destacada em DD quando a palavra dada ao outro é exclusivamente apresentada na enunciação citada, a modalização autonímica nas ilhas textuais, recurso que possibilita fazer uso com menção de um determinado vocábulo ou expressão, é incorporada como “elementos plenamente integrados à sintaxe-padrão da frase” do locutor citante (AUTHIER-REVUZ,1998a, p.142). Dito de outra forma, no DD faz-se menção autonímica dos elementos entre aspas enquanto que nas ilhas textuais o recurso difere-se por recorrer ao uso com menção de elementos que se encaixam na frase do citante.

Através deste recurso, o jornalista, apoiado na estrutura do DI, relata no seu modo um outro ato de enunciação e realça por meio do sinal tipográfico algumas palavras, expressões típicas ou até um fragmento maior do enunciador citado, marcando que apenas tal vocábulo ou expressão não foi um dizer seu. Dito de outra forma, o jornalista assume sua parafrase tal como acontece no DI, entretanto ele assinala localmente determinadas palavras e, ao empregá-las na sua composição frasal, o mesmo dá certa ênfase a tais vocábulos. Verifica-se a conservação de determinados elementos e a atenção particular que lhes são atribuídos, todavia essa parte do texto não é assumida pelo enunciador.

Como diz Authier-Revuz (1998a), muitos autores classificam este tipo de RDO de híbridos por acreditarem que se trata de DI seguido de DD. A seu ver, essa concepção é errônea, uma vez que a parte entre aspas não é DD. A autora exclui esta possibilidade ao acreditar que, semioticamente, temos “uma ‘ilha textual’ estendida até a dimensão de mensagem inteira (isto é um fato de modalização autonímica, não um fato de autonímia)” (op. cit., p.158). Percebe-se que o critério maior que justifica a categorização dos relatos desenvolvidos por Authier-Revuz é o fato de os discursos estarem ou não sendo empregados com o recurso da modalização autonímica.

Convém registrar aqui que no DI o jornalista dispõe de uma variedade de verbos introdutórios que lhe permitem modalizar a proposta original do relato e, com o intuito de se distanciar do relato, o jornalista pode igualmente recorrer aos outros diferentes mecanismos de modalização. No caso abaixo, nota-se que o uso do tempo verbal conhecido no seio do jornalismo francês por “conditionnel journalistique” é o recurso usado pela agência francesa para não afirmar com veemência sua interpretação sobre a confirmação da presença do presidente no encontro.

[44] L’agence française AFP a remarqué, dans une dépêche datée d’hier, que la publication du message d’Emile Lahoud «laisserait penser» que le président Bouteflika pourrait se rendre à Beyrouth.

É interessante percebermos que tanto a AFP quanto o periódico El-Watan, que faz uso de um fragmento extraído da agência francesa, buscam isentar-se de responsabilidade sobre o dito divulgado pelo presidente argelino.

[60] Ce jour-là, Bouteflika avait signé l’entrée du « premier pays francophone au monde » à l’OIF même si cela n’équivaut pas à une adhésion. (*Corpus* – Texto 5)/Tema A e B

Dando continuidade à análise, percebemos no trecho acima o interesse que a Argélia representa para a comunidade francófona. O reconhecimento do percentual demográfico significativo que constitui a comunidade argelina é reforçado pela recuperação do fragmento « premier pays francophone au monde ». Nota-se que, neste tipo de RDO, a “ilha” é integrada à sintaxe do discurso citante e apenas a marca tipográfica nos permite reconhecer que tais palavras não fazem parte do discurso do jornalista.

[52] STABILITÉ Une réponse claire aux conditions des autorités algériennes lesquelles avaient jugé qu'il fallait, avant de rejoindre l'OIF, tirer avantage « des institutions ayant le français en partage ». (*Corpus* – Texto 3) Tema F

A posição ainda indefinida das autoridades argelinas é destacada nos trechos acima, uma vez que os mesmos analisam os benefícios que tal comprometimento pode trazer para seu país, ideia comprovada quando parte desta reflexão é recuperada. Tal recorte leva seu leitor a acreditar que a adesão acontecerá mediante comprovação de benefícios em prol do país.

[59] La nouvelle est confirmée hier via un communiqué du ministère des Affaires étrangères qui précisait que M. Bedjaoui devra se rendre à Bucarest (Roumanie) pour représenter l'Algérie « en qualité de pays invité spécial ». (*Corpus* – Texto 5, grifo nosso)/Tema A

[50] Jacques Saâda était, à cette occasion, venu porteur d'un message invitant le président Bouteflika à « participer pleinement » à ce 10e Sommet. (*Corpus* – Texto 3)/Tema A e B

No primeiro excerto supracitado, a ilha textual grifada tem por objetivo enfatizar a confirmação de uma resposta positiva relativa à participação da Argélia ao Sommet. Em outra circunstância, percebemos que não satisfeito com o atual estatuto que ocupa a comunidade argelina, o jornalista recorre à ilha textual representada por « participer pleinement » para evidenciar que não basta participar das reuniões, sendo necessária uma adesão total. Convém ressaltar que o jornalista destaca tal expressão como sendo algo que lhe exterioriza.

[61] L'OIF a défendu l'idée de « diversité culturelle » adoptée par l'Unesco. (*Corpus* – Texto 7)/Tema I⁴⁸

⁴⁸ Acredito ser necessário comentar aqui a proximidade possível entre a ilha textual em DI e a categoria do Intertexto, visto que a “diversidade cultural” é um critério estabelecido pelas instituições mencionadas, a saber, a UNESCO e a OIF.

Percebemos o destaque dado ao termo “diversité culturelle” como sendo um dos conceitos chave que vigora na Unesco e doravante no seio da instituição francófona. Retomar a grande temática que está na base do projeto é, a nosso entender, uma estratégia jornalística capaz de indicar a importância especial que se atribui a este domínio.

Detenho especial atenção às “ilhas” do texto 10 de nosso *corpus* por elas romperem, de certa forma, com a postura jornalística observada e destacada até o presente momento. Ainda que o jornalista deste artigo, atrelado a um sistema de normas empresariais, busque não expor sua opinião, a forma como ele faz uso da RDO é reveladora de sua posição. Uma leitura mais fina destas “ilhas” nos faz acreditar que o jornalista se coloca criticamente contra um possível consentimento argelino face à organização.

[63] ... le Canard enchaîné qui estime qu'un tel dispositif est démesuré et se moque de son président, mais également des dirigeants helvètes, qui plient «pour ne pas contrarier l'Elysée». (*Corpus* – Texto 10)/ Temas E e M

[64] Une deuxième participation de l'Algérie à la «fête francophone» signifie que le chemin de l'adhésion est bien tracé, jugent les observateurs. (*Corpus* - Texto 10)/Tema G

No primeiro excerto, percebe-se que o jornalista recorre à estimativa oriunda de um jornal semanal francês que lança notícias satíricas exclusivamente. Mais adiante, nota-se que embora o uso da expressão “festa francófona” destacada no segundo fragmento seja utilizada pelo jornalista como um vocábulo proveniente de um exterior, ela é nada mais que um modalizador capaz de revelar a concepção pejorativa que o jornalista tece sobre a questão. Ao aspear tais vocábulos, ele visa isolar esse trecho como se o mesmo não lhe pertencesse, entretanto a interpretação que resolvi tecer sobre tal modalização é aquela que difunde a definição da OIF como sendo compreendida pelo jornalista também como uma festa. Convém aqui destacar outro trecho não marcado pela RDO, mas que contribui igualmente para a interpretação do efeito que tal “ilha” produz.

Invitée mais pas membre de l'OIF, l'Algérie sera représentée par le président du Sénat, Abdelkader Bensalah. L'Algérie est un grand pays francophone et pourtant elle ne fait pas partie de la francophonie. Mais Paris y travaille pour qu'Alger rejoigne le club. Et le pas a été franchi en octobre 2002 au Liban. (*Corpus* – Texto 10, grifo nosso)

O jornalista tentou negar sua onnipresença através do isolamento da ilha “fête francophone”, mas ao assumir como sua a palavra “club”, igualmente identificada para se

referir à instituição, o mesmo frisa seu posicionamento mediante a questão. Ainda que no dicionário *Le Robert d'aujourd'hui* (1994) e no *Le Petit Robert* (2013) exista a acepção da palavra como sendo um uso arcaico que corresponderia à ideia de “grupo político”⁴⁹, desconfio que o jornalista esteja jogando com o duplo sentido do termo para reforçar sua crença depreciativa de que as reuniões da diplomacia francófona não passam de encontros casuais compartilhados por um grupo de “amigos”. Afinal, as representações que tecemos sobre as festas e clubes não são bastante semelhantes? Vale destacar que o jornalista confirma tal imaginário não só ao fazer o destaque do termo questionado, mas também porque ele desenvolve seu artigo optando pela recuperação de discursos provenientes de um jornal altamente crítico e irônico.

Do ponto de vista do analista, o emprego das aspas da modalização autonímica serve também para indicar, discretamente, que o discurso não coincide com ele mesmo. Como diz a autora, precisamos desconfiar do destaque dado a certos termos e expressões. É através destes elementos enfatizados como sendo exteriores ao discurso do citante que percebemos a linguagem como essencialmente marcada por uma alteridade discursiva. Ao negar sua onipresença pelo destaque de um termo que aparentemente lhe pertence, o jornalista deixa marcada a exterioridade que lhe constitui.

O efeito de sentido presente nos enunciados representados a partir do texto 13 acentua que o temor relativo à influência ideológica implícita no projeto do grupo não é mais o ponto demarcatório que impede uma adesão à Organização.

[49] Or, Saâda avait jugé à l'époque que « les conditions sont désormais réunies pour que l'Algérie joue un rôle-clé dans la francophonie ». (*Corpus - Texto 2*) / Tema G

Percebe-se, no fragmento acima, que o argumento do ministro canadense responsável pela Francofonia é modalizado pelo verbo *dicendi* “jugar”, justamente para insistir que a adesão é um fato quase concretizado.

[58] Il [Rezag Bara] relève aussi le désir, de part et d'autre (du côté de l'Algérie et de la France, ndlr), « de dépasser les tourments et les ressentiments de la longue nuit coloniale » et le fait que « la sagesse des nations semble estimer venu le moment propice pour cicatriser les blessures de la colonisation et consolider les fractures de la lutte pour la libération nationale (...) ». (*Corpus - Texto 4*) Tema D

⁴⁹ Além do uso mais frequente do termo “club”, temos na definição dos referidos dicionários as respectivas entradas: “Groupe Politique” e “Société où l'on s'entretenait de questions politiques”. *Le club des Cordeliers, des Jacobins, sous la Révolution* (1788).

Encontramos ainda a explícita necessidade de rompimento com a tradição no recorte acima. Segundo M. Rezag Bara, “la longue nuit coloniale” deve ser esquecida como sinônimo de garantia e de desenvolvimento nacional. O sentimento de revolta que se mantinha no interior da sociedade devido aos estragos ligados à colonização e à repercussão da cruel guerra de descolonização no século passado teve de ser substituído por uma nova visão de mundo, aquela ligada ao discurso que circula na mídia contemporânea. Trata-se da necessidade apresentada pelo jornal de uma mudança de mentalidade e ela é reveladora da forma como o jornalista adere à iniciativa por ele desenvolvida. Consta-se que a desejada “comprovação” de tal julgamento é feita através das aspas que tem o objetivo de aludir às palavras de Rezag Bara.

[65] Dans une récente étude sur la transition en Algérie, le sociologue Nacer Djabi souligne que «depuis au moins les années 1990, avec tout ce traumatisme qu’ont engendré les violences, le débat s’est rationalisé loin des joutes idéologiques. Les bouleversements qu’a connus la société algérienne face à la mondialisation économique et aux enjeux de la distribution de la rente pétrolière depuis le début des années 2000 a déplacé les lignes de front.» (*Corpus* - Texto 13)/ Temas F, G e H.

No trecho acima, percebemos que o jornalista busca acentuar que as questões ligadas aos estragos da colonização não estão mais rotuladas no pensamento argelino, pois a política de blocos não permite a manutenção dessa mentalidade. Não posso deixar de mencionar que os fragmentos dos anos de 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010, enfatizados por meio de modalização autonímica que recaem sobre discursos presidenciais especialmente, são hoje carregados de uma atenção particular, àquela voltada para uma reflexão que concerne aos escritores e linguistas. Tal rompimento só é percebido nos textos de 2012.

Em quarto lugar, destaco as formas de representação do discurso outro nomeadas modalização em discurso segundo.

Quadro 13 - Incidência de discurso segundo:

Discurso segundo	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	Nenhuma ocorrência.
2004	[66] Selon des sources bien informées, notre chef de la diplomatie, Abdelaziz Belkhadem, qui prend part depuis hier à Paris à la 11e session ministérielle du Forum méditerranéen, sera approché par des responsables français à ce sujet. (<i>Corpus</i> - Texto 2)/Tema A
2006	Nenhuma ocorrência.
2008	Nenhuma ocorrência.
2010	[67] Mise sous pression par le staff du président français Nicolas Sarkozy, l’armée suisse a mobilisé ses troupes pour assurer une sécurité sans faille du sommet.

	L'important dispositif sécuritaire déployé serait un caprice de Nicolas Sarkozy, selon l'hebdomadaire satirique le Canard enchaîné. (<i>Corpus</i> - Texto 10)/Tema M
	[68] De même, selon l'écrivain [Sansal], la langue ne permet plus l'accès à la culture. (<i>Corpus</i> - Texto 11)/Tema F
2012	Nenhuma ocorrência.

A representação em discurso segundo explicita sua fonte de informação, porém é assumido como reformulação. A especificidade dessa categoria é trabalhar com marcadores, ou seja, “modalizadores” que indicam que a asserção faz referência a outro discurso. Dito de outra forma, o enunciado, ao sofrer modalização em discurso segundo, fica ancorado e depende obrigatoriamente desse outro discurso.

[68] De même, selon l'écrivain [Sansal], la langue ne permet plus l'accès à la culture. (*Corpus* - Texto 11)/Tema F

[66]Selon des sources bien informées, notre chef de la diplomatie, Abdelaziz Belkhadem, qui prend part depuis hier à Paris à la 11e session ministérielle du Forum méditerranéen, sera approché par des responsables français à ce sujet. (*Corpus* - Texto 2)/Tema A

O modalizador “Selon X” no primeiro excerto acima atribui a asserção ao reconhecido escritor Boualem Sansal, alguém que se apresenta como compatível às novas mudanças, desde que adaptadas ao contexto peculiar da Argélia. O mesmo modalizador é identificado no [66] não mais apoiado em uma única fonte, pois, como é percebido, ele se refere a um grupo não identificado explicitamente, todavia o jornalista acentua que ele aposta na sua credibilidade.

[67] Mise sous pression par le staff du président français Nicolas Sarkozy, l'armée suisse a mobilisé ses troupes pour assurer une sécurité sans faille du sommet. L'important dispositif sécuritaire déployé serait un caprice de Nicolas Sarkozy, selon l'hebdomadaire satirique le Canard enchaîné. (*Corpus* - Texto 10)/Tema M

Ainda através do modalizador *segundo X*, o exagero de Sarkozy, que teme um atentado terrorista, é apoiado na opinião do jornal satírico “le Canard enchaîné”. Percebe-se, mais uma vez, que o propósito do jornalista é modalizar seu discurso por acreditar que dessa forma ele não se comprometeria com o conteúdo da afirmativa enfatizada.

Seguidamente, apresento o quadro dos relatos chamados “modalização em discurso segundo com “ilha textual”. Trata-se da possibilidade de a modalização em discurso segundo se combinar com a modalização autonímica.

Quadro 14 - Incidência de discurso segundo com ilha textual:

Modalização em discurso segundo com ilha textual	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	[69] Pour Emile Lahoud, l'Algérie, «ancrée dans sa culture et son identité arabes», peut témoigner par sa présence au sommet de «la vigueur de sa personnalité aux côtés de ses nombreux amis africains qui seront à Beyrouth». (<i>Corpus</i> – Texto 1)/Temas A, L e M [70] Pour les autorités algériennes, il s'agit, pour l'instant, d'explorer « les possibilités qu'offrent les institutions de ceux qui ont le français en partage » dans des domaines tels que l'éducation, l'enseignement supérieur, la culture ou les collectivités locales. (<i>Corpus</i> – Texto 2)/Tema F
2004	[71] Selon des sources au palais d'El Mouradia, « l'Algérie n'a aucune raison de manquer un tel rendez-vous au moment où les Etats n'ont pratiquement aucun poids en dehors de regroupements ». (<i>Corpus</i> - Texto 3)/ Tema E
2006	Nenhuma ocorrência.
2008	Nenhuma ocorrência.
2010	Nenhuma ocorrência.
2012	[72] Aux yeux de la spécialiste [Khaoula Taleb Ibrahim]: «il y a une sorte de normalisation de ce rapport au français, nous ne sommes plus dans cette ambivalence, dans ce déchirement entre la langue du colon et la langue qui porte la modernité». (<i>Corpus</i> - Texto 13)/ Tema D e G [73] Langue de conflit idéologique des années 1970-1980, le français n'est plus considéré «ni comme la langue du colonisateur ni comme une langue étrangère», selon l'écrivain de langue arabe, Bachir Mefti. (<i>Corpus</i> – Texto 13)Tema D

O efeito de sentido inerente à mescla das modalizações é aquele que incide numa dupla modalização. Este acentuado reforço de modalizadores é interpretado como uma busca incessante por parte do jornalista de também não se comprometer com o enunciado exposto no DR.

[71] Selon des sources au palais d'El Mouradia, « l'Algérie n'a aucune raison de manquer un tel rendez-vous au moment où les Etats n'ont pratiquement aucun poids en dehors de regroupements ». (*Corpus* - Texto 3)/ Tema A e E

No trecho acima, o jornalista não só recorre à modalização em discurso segundo como também recupera de forma estendida e integrada ao seu discurso uma fala oriunda do órgão de maior representatividade política do país. Como é verificado, tal recurso é tendencioso, haja vista a força que o discurso legitimado exerce sobre sua veracidade. Isto é, o jornalista insiste aqui que a mudança é algo que vai acontecer não só porque a Argélia participará do encontro, mas também porque a política de blocos passou a ser o critério norteador de um possível desenvolvimento para o país.

[73] Langue de conflit idéologique des années 1970-1980, le français n'est plus considéré «ni comme la langue du colonisateur ni comme une langue étrangère», selon l'écrivain de langue arabe, Bachir Mefti. (*Corpus* – Texto 13)Tema D

Retomemos aqui o efeito de sentido corrente nos relatos que ancoram sua citação em discursos de especialistas científicos. No excerto supracitado, as modalizações servem para apontar uma ruptura definitiva que não pode mais estar presente no imaginário da sociedade argelina. Interessante notar que no fragmento acima o jornalista se apoia nas palavras de um escritor de língua árabe, o que nos faz entender que as aspas autonímicas incidem sobre um trecho traduzido. O recorte feito pelo jornalista tem a necessidade de demonstrar que aquele passado desastroso, não caracteriza mais a língua francesa, pois os argelinos também foram capazes de se desvincular de tal concepção.

A seguir, os exemplos da categoria Modalização Autonímica de Empréstimo.

Quadro 15 - Incidência de modalização autonímica de empréstimo:

Modalização Autonímica de empréstimo	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	Nenhuma ocorrência.
2004	Nenhuma ocorrência.
2006	Nenhuma ocorrência.
2008	[74] Le président Bouteflika va participer en qualité « d'invité spécial » au 12e sommet de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) qui s'ouvrira demain pour trois jours à Québec, au Canada, souligne un communiqué de la présidence de la République rendu public hier. (<i>Corpus – Texto 9</i>)/ Tema A
2010	[75] Le président Abdelaziz Bouteflika a participé à Beyrouth «en qualité d'invité personnel du président libanais Emile Lahoud», au 9e sommet de l'OIF. (<i>Corpus – Texto 10</i>)/Tema A e B
2012	[76] «Butin de guerre», «idiome élitiste» ou «troisième langue nationale» ? Cinquante ans après l'indépendance, le statut de la langue française a épousé les grands bouleversements de la société algérienne. (<i>Corpus – Texto 13</i>)/Temas D e N

Nota-se nos fragmentos [74] e [75] que o jornalista retoma a expressão utilizada pelo presidente argelino para acentuar a posição ainda indefinida do presidente quanto à sua adesão oficial ao grupo.

[76] «Butin de guerre», «idiome élitiste» ou «troisième langue nationale» ? Cinquante ans après l'indépendance, le statut de la langue française a épousé les grands bouleversements de la société algérienne. (*Corpus – Texto 13*)/Temas D e N

«Butin de guerre», «idiome élitiste» ou «troisième langue nationale» ? Adjetivos não faltam para definir a língua francesa, entendida como uma língua de acentuada influência no contexto argelino. Essas categorizações metalinguageiras não foram aspeadas para aludir

nenhuma autoria expressa, mas as cataloguei como modalização autonímica de empréstimo, pois acredito que o jornal tentava recuperar nelas as nomeações que os argelinos tecem sobre a língua mediante o pensamento dúbio que ainda existe hoje no país. É importante perceber aqui que embora tais alusões sejam destacadas sem precisão de uma única autoria, o jornalista busca distanciar-se das mesmas, colocando-as num patamar outro que não lhe pertenceria.

É válido dizer aqui que a MAE pode se apropriar diferentemente destes discursos outros. Como apresentado nos exemplos [74] e [75], há empréstimos com voz marcada (intradiscursiva) enquanto que no trecho [76] existem outros do âmbito do interdiscurso, remetendo a uma memória discursiva, na qual a autoria é desconhecida.

Para finalizar nossa análise, destacaremos as representações encadeadas por intertextos.

Quadro 16 - Incidência de intertexto:

Intertexto	
Anos do Sommet	Exemplos/ Eixo Temático
2002	Nenhuma ocorrência.
2004	Nenhuma ocorrência.
2006	Nenhuma ocorrência.
2008	Nenhuma ocorrência.
2010	Nenhuma ocorrência.
2012	[77] En chiffres, l'enquête menée par le Centre national d'études et d'analyse pour la planification (CNEAP) démontre que, au niveau des enseignants, toutes disciplines confondues, la langue française recueille 53,33% des préférences par rapport à l'anglais qui n'en recueille que 40%. (<i>Corpus</i> - Texto 13)/Tema G e P [78] Et d'après les chiffres de l'Organisation internationale de la francophonie, dont l'Algérie n'est que membre observateur, le nombre de personnes, âgées de cinq ans et plus déclarant savoir lire et écrire le français, est de 11,2 millions, soit 33% (un tiers) des 34,4 millions d'Algériens (chiffres de l'ONS en 2008). (<i>Corpus</i> - Texto 13)/Tema G.

A principal característica do intertexto é a sua fonte que é uma fonte pessoa jurídica capaz de condicionar a afirmação de forma verídica ao se apoiar em documentos que veiculam responsabilidades legitimadas.

[78] Et d'après les chiffres de l'Organisation internationale de la francophonie, dont l'Algérie n'est que membre observateur, le nombre de personnes, âgées de cinq ans et plus déclarant savoir lire et écrire le français, est de 11,2 millions, soit 33% (un tiers) des 34,4 millions d'Algériens (chiffres de l'ONS en 2008). (*Corpus* - Texto 13)/Tema G.

No exemplo acima, a própria Organização é o sujeito da ação. Uma vez reconhecida e encarada como instituição política, ela expõe o resultado de suas sondagens. Nota-se que a força do documento responsável pela execução das estatísticas elaboradas pela Organização não é que questionada, já que pertence ao campo de certezas legitimadas.

No fragmento abaixo, as cifras apresentadas pelo órgão CNEAP confirmam o reconhecimento do francês hoje no seio da sociedade argelina como um todo.

[77] En chiffres, l'enquête menée par le Centre national d'études et d'analyse pour la planification (CNEAP) démontre que, au niveau des enseignants, toutes disciplines confondues, la langue française recueille 53,33% des préférences par rapport à l'anglais qui n'en recueille que 40%. Selon la même étude, les étudiants ont exprimé la même préférence avec l'indice de 85,22% contre 14,88%. (*Corpus - Texto 13*)/Tema G

A seguir, apresentaremos considerações que nos conduzem a estabelecer algumas conclusões permitidas pela pesquisa. Nosso objetivo é destacar nossos resultados mais expressivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos um caminho que nos levou à observação das formas de RDO na manifestação discursiva para refletirmos sobre o país que conquistou sua liberdade e o reconhecimento de suas “línguas nacionais”⁵⁰ e se encontra hoje, entretanto, diante de uma nova problemática, o surgimento da Francofonia. Para alguns, uma política neocolonialista carregada de marcas opressoras, enquanto que para outros, uma possibilidade de se modernizar através do ganho linguístico e cultural deixado pela colonização.

É sabido que os discursos que circulam em uma determinada comunidade são marcados por uma pluralidade de vozes, pois os valores que carregam cada comunidade são atravessados por elementos constituídos historicamente. Ao recuperarmos algumas dessas vozes, ou seja, aquelas que chamamos de heterogeneidade marcada mostrada, pudemos perceber que a recusa da Argélia está estreitamente relacionada a elementos particulares da história do país. Os relatos inseridos nas notícias de El-Watan que privilegiamos tendem a apresentar que o atual chefe Bouteflika quebra um tabu em 2002, mas ainda permanece “em cima do muro”, sem posicionamento claramente definido.

Entretanto, é de forma diplomática e honrosa que a política francófona vem ganhando espaço na mídia nos últimos anos. As representações implicadas no discurso de Chirac, Sarkozy e na ressoada voz de Hollande, são capazes de mobilizar seus ouvintes a tal ponto que estes deem credibilidade a esta encenação. O reconhecimento da importância do grupo para o fortalecimento francófono também é aludido pelos diversos dirigentes francófonos. Aliás, em muitos trechos de nosso corpus, pudemos evidenciar vozes reconhecedoras da urgência de uma mudança ampla no sistema Educacional argelino. Diremos, à guisa de conclusão, que o valor que se reveste ao enunciado sustentado pelo jornalista só é legitimado porque os enunciadores que o produzem, os representantes políticos, estão autorizados a pronunciá-lo.

Na análise dos textos dos últimos anos, percebemos que a voz autorizada a pronunciar-se através das diferentes formas de relato não se refere apenas a vozes de autoridades políticas, incluindo também as representações de linguistas e escritores renomados e de documentos, ainda que exista o caso particular apresentado na categoria de intertexto, que tem

⁵⁰ Os esforços dos revolucionários berberes garantiram esta vitória ao tamazight. Todavia, tal grupo linguístico não tem força de repercussão internacional.

como fonte uma pessoa jurídica. A esse respeito, podemos interpretar tal mudança de atribuição do dito como um reforço que o jornal apresenta recentemente para persuadir seu leitor, pois, no que concerne a RDO, a escolha do trecho de um discurso a ser representado e a forma como se dá essa representação funcionam em nosso *corpus* como um recurso argumentativo, usado também para convencer seu leitor.

As citações dos jornalistas nos condicionam a interpretar que aceitar a francofonia hoje significaria desfazer um passado de lutas esquecendo o velho drama de impregnação imposta pela língua do colonizador. O peso de tendência religiosa também é reforçado e considerado pelos jornalistas como um dos pontos cruciais para a recusa de pertencimento à Francofonia. Ainda que a posição do jornal seja aquela ancorada numa busca de imparcialidade, buscamos elucidar que o periódico se compromete ao fazer uso de estratégias de recuperação do dito que são encaradas pelas abordagens discursivas como efeitos de sentidos que podem ser interpretados e analisados.

Como difundido pelas empresas jornalísticas, incluindo aqui a proposta do nosso manual de análise, argumentar não seria particularidade da notícia, existindo por oposição a esse gênero o editorial, isto é, artigo de opinião com carga explícita de argumentação. Todavia, não há nítidas diferenças nos intradiscursos incidentes na coluna notícia e editorial de *El-Watan*. Apoiando-me em uma afirmação encontrada em um texto do editorial do nosso anexo sobre a política de exclusão argelina, considero poder concluir que as notícias analisadas também se apoiam nessa premissa.

L'Algérie est l'un des rares pays francophones à ne pas adhérer à cet ensemble à l'origine à vocation culturelle avant de s'ouvrir sur de nouveaux horizons, politiques, particulièrement depuis le sommet de Chaillot, en France en 1991. (Material de complementação - Editorial - Texto A)

A leitura do excerto acima é revelador da forma como *El-Watan* repassa para seu leitor que a mudança precisa acontecer e, como foi apresentado nas análises, essa ideia é incidente também em nossas notícias que se pretendem objetivas. Acredito que o leitor desse excerto e das demais notícias se questionaria sobre o porquê de fazer parte de um país que, diferentemente dos outros, não é pertencente a esse bloco fortalecido politicamente. Porque ser diferente e, até mesmo, excluído? É com ênfase nesse julgamento que expresso minha opinião sobre a divulgação que preza *El-Watan* em nossas notícias.

Outro ponto crucial evidenciado nas análises consiste no próprio recorte feito pelos jornalistas. A retomada de discursos outros quando inseridos nas distintas categorias de RDO não evidenciam a posição contemporânea da camada conservadora da sociedade quanto suas

representações sobre a Francofonia. É nítido o destaque dado aos discursos daqueles que lutam em prol de uma definitiva mudança. Para melhor explicar, não percebemos, por exemplo, a recuperação do discurso de cidadãos conservadores, representantes religiosos e afins.

Para concluir, explico a importância do pequeno paralelo que esboçamos entre as ideias recorrentes em nossas notícias e a perspectiva do texto E de nosso anexo cujo título é “BOUTEFLIKA AIME LA FRANCE ET LA FRANCOPHONIE” (Material de complementação – Texto E). Esse paralelo foi feito para elucidar que os efeitos de sentidos presentes no interior do discurso da comunidade francesa podem ser completamente diferentes das representações encontradas em nossas notícias. A escolha do nosso *corpus* nos submeteu a analisar os efeitos de sentido que estão implicados apenas nos excertos destacados pelos jornalistas argelinos de El-Watan e, desse modo, nosso foco específico nos condicionou a interpretar as representações presentes no seio de tal periódico. Acredito que esta tese tem sua utilidade reconhecida, uma vez que o jornal escolhido possui considerável força de influência no país.

Insisto na ideia de que a citação enquanto entidade discursiva opera como as demais redes de forças que dão origem ao fenômeno da interdiscursividade, uma vez que os dizeres são retomados, deslocados e, muitas vezes, reinterpretados. Nessa perspectiva, o Outro passou a ser um componente que se torna visível nas manifestações discursivas, fazendo com que consideremos o discurso como heterogêneo por definição. Por outro lado, esta interdiscursividade que atravessa o sujeito falante deve ser percebida na sua singularidade enunciativa, uma vez que cada ato enunciativo é único e marcado pelos parâmetros contextuais de cada enunciador. Isto é, para entendermos o discurso representado, tivemos que levar em conta a relação entre os dois espaços enunciativos que constituem toda RDO.

O apagamento de que o sujeito é responsável pelo seu discurso resulta em um efeito de originalidade e confere ao sujeito falante a ilusão de subjetividade. Entretanto, somente quando este resolve reproduzir o discurso de outrem, ele se julga capaz de separar suas falas das demais e, para isso, faz uso do procedimento “democrático” da escrita, as aspas. Ora, como nos apresenta Authiez-Revuz, não há discurso que não seja possível de se relacionar com outros discursos, ou seja, as aspas nada mais são do que outra forma de insistir na ilusão de sujeito onipotente e onipresente, pois a demarcação aspeada delimita, aparentemente, o que é proferido pelo locutor-citante do locutor-citado.

Este aparente efeito capaz de demarcar aquilo que é citado do que é citante ainda existe no imaginário do cidadão-leitor porque a gramática tradicional continua reduzindo o estudo do DR a reflexões acerca de variações de ordens exclusivamente morfossintáticas. Ao acentuar as operações de derivação mecânica que permitem a passagem do DD ao indireto, a abordagem tradicional apresenta o estudo do DR como sendo aquele que alude às análises da subordinação. Tal ancoragem teórica não leva em conta os implícitos da enunciação.

Na lógica desenvolvida por Authier-Revuz, o discurso citante compreende não apenas um verbo que introduz a mensagem representada, mas também uma descrição dos fenômenos contextuais que acompanham aquela determinada fala. Vale lembrar que tal descrição é feita pelo citante, o que significa que o sentido conferido ao enunciado está inserido no universo daquele que o situa. Assim, apostamos que o relato quando reintegrado a um novo ato de enunciação adquire obrigatoriamente um novo valor, alterando o sentido do enunciado. É nesse sentido que buscamos apresentar a importância das categorizações metalinguageiras, visto que elas podem ser reveladoras do grau de implicação ou de distanciamento do jornalista face à mensagem representada.

Enfatizo também que o sentido atribuído às formas de RDO seguem a tendência de suas respectivas épocas. Encontramos, na síntese dos momentos históricos elaborada por Compagnon e Rosier sobre o uso da citação na antiguidade clássica, que a repetição das palavras do outro, a *vox*, era desvalorizada e denegrida, entretanto, hoje, seu equivalente DD é um recurso bastante apreciado e utilizado na imprensa, constatação comprovada na análise de nosso *corpus*. Isto nos remete à concepção do sentido em contexto que preza a abordagem enunciativa na qual se inserem os estudos de Authier-Revuz, visto que o sentido de um enunciado está obrigatoriamente vinculado ao contexto de suas determinações discursivas, revelando a relação entre sujeito, linguagem e história.

Para finalizar, destaco minha motivação enquanto pesquisadora e docente de Língua Francesa no que diz respeito às contribuições práticas deste estudo. Dada à constatação de que a Francofonia é um tema muito explorado hoje nas escolas e cursos de língua francesa, uma vez que os manuais didáticos exploram esta realidade, penso que a retrospectiva que se faz do projeto que inspirou a OIF é feita exclusivamente sob uma ótica francesa. Logo, o nosso recorte, que incide sobre a forma como a imprensa argelina concebe a questão, pode também ter aplicações didáticas, permitindo levar aos alunos uma reflexão mais ampla sobre o referido assunto. Por outro lado, devo destacar aqui que o estudo que tracei sobre a RDO poderá igualmente contribuir para instaurarmos, junto aos nossos alunos, um novo olhar sobre as

limitações que gramáticas e os métodos de FLE propõem para este conteúdo gramatical. Considero, assim, que a difusão dos recentes trabalhos de Authier-Revuz através da análise das notícias que selecionamos nesta tese nos permitirá evidenciar a singularidade de toda produção enunciativa, bem como sua crítica à imparcialidade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogenité Montréal et Heterogenité Constitutive**: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: **Cadernos de Estudos Linguísticos 19**. Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. São Paulo: Unicamp. p. 25-42, 1990.

_____. Modalisation autonymique et discours autre, quelques remarques. In: **Modèles Linguistiques**, v. 35, XVIII, fasc.1, p. 33-51, Lille: Presses universitaires de Lille, 1997.

_____. **Palavras Incertas**: As não coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mônica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. São Paulo: Unicamp, 1998a.

_____. Le guillemet: un signe de langue écrite à part entière. In: Defays, J.M., Rosier, L. & Tilkin, F. (orgs.). **A qui appartient la ponctuation?**, Actes du colloque international et interdisciplinaire de Liège. Paris: Duculot. p. 373-388, 1998b.

_____. Le discours rapporté. In : R. Thomassone (org.) **Une Langue**: le français. Paris: Hachette, coll. Grands Repères culturels. p. 192-201, 2001.

_____. La représentation du discours autre: un champ multiplement hétérogène. In: J.M. Lopez Munoz, S. Marnette, L. Rosier (orgs.). **Le discours rapporté dans tous ses états**. Paris: L'Harmattan. p. 35-53, 2004.

_____. O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer. In: **MATRAGA**, v.15, n.22, p.33-p.63. Rio de Janeiro: Casa Doze, 2008.

_____. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer. In: **Letras de Hoje**. Tradução de Leci Borges Barbisan. Porto Alegre: PUCRS, v.46, n.1, p.6-20, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9215/6365>

_____. Représentation et déplacement: la double (re-)contextualisation des « discours rapportés ». In E.A. Rodrigues, G.L. dos Santos, L.K.A. Castello-Branco (orgs.) **Análise de discurso no Brasil, Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: RG Editora. p. 311-342, 2011.

_____. Représentation du Discours Autre et catégorisation métalangagière. In Grinshpun, Y & Nyée-Doggen, J (orgs.) **Regards croisés sur la langue française**: usages, pratiques, histoire. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle. p.157-170, 2012.

BAKHTIN, M (1979). **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira a partir da edição francesa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____(1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira a partir da edição francesa. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte & Ciência, Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1966.

_____(1966). **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Revisão prof Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Pontes Editores, 2005.

BOURDIEU, P (1958). **Sociologie de l'Algérie - Que sais-je ?**. ed. 8. Paris: Puf, 2001.

CALVET, L. J. **La guerre des langues et les politiques linguistes**. Paris: Hachette Littératures, 1999.

_____(1995). **As políticas Linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette. 1992.

_____. ; MAINGUENEAU, D (2004). **Dicionário de análise do discurso**. 2. Ed. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto. 2008.

_____(1997). **Discurso das Mídias**. 2. ed. Tradução de Ângela S. M. Correa. São Paulo: 2012.

COMPAGNON, A (1979). **O trabalho da citação**. Tradução de Cleonice P. D. Mourão. Minas Gerais: UFMG, 2007.

ROCHA, D. **Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2006.

_____.; DEUSDARÁ, B. Vozes em embate na mídia de informação e produção da objetividade: polêmicas em torno da precarização do trabalho na escola. In: **DELTA**. ed. xxvii. São Paulo: 2011.

_____. Efeitos de sentido do discurso relatado: micropolítica da invisibilização do trabalho docente. In: **Revista Anpoll**. ed. I. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

DEUSDARÁ, B. Reflexões sobre a objetividade na mídia impressa: o apagamento da fonte em notícias de jornal. In: **Caderno Seminal Digital**, Ano 13, n °8. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

DU BELLAY, J. **La Défense et illustration de la langue française**. Paris: Nelson, 1936

DUBY, G (1971). **L’histoire de la France des origines à nos jours**. ed. 3. Paris: Larousse, 2003.

DUCROT, O. **Le dire et le dit**. Paris: Minuit, 1984.

FANON, F (1961). **Os condenados da Terra**. Tradução de José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GREVISSE, M. **Précis de grammaire française**. ed. 30. Bruxelles: Duculot, 2003.

_____(1986). **Le bon usage**. ed. 12. Revisado por André Goosse. Paris-Gembloux: Duculot, 1988.

HAGÈGE, C. **Le Français, histoire d’un combat**. Paris: Éditions Michel Hagège, 1996.

HALL, S (1992). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JAKOBSON, R (1971). **Linguista e comunicação**. 24.ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2007.

MAINGUENEAU, D. **L’Énonciation en Linguistique Française**. Paris. Hachette, 1994.

_____(1987). **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. São Paulo: Editora da Unicamp. ed. 3a, 1997.

_____(1998). **Análise de Textos de Comunicação**. ed. 6. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: **Fenômenos da linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MEDEIROS,V. Do juridismo nos discursos direto e indireto. In: **Letras & Letras**, p. 31-49. Minas Gerais: Universidade de Uberlândia, 2006.

MEMMI, A. **Portrait du Colonisé, portait du Colonisateur**. Paris: Gallimard, 1985.

_____(1985). **Retrato do Colonizado precedido de retardo do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____(2004). **Retrato do descolonizado árabe-mulçumano e de alguns outros**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

PÊCHEUX, M. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.

_____(1967). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

_____(1978). **Por uma análise automática do discurso**. 3.ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

RIVAROL, A. **De l'universalité de la langue française**. Paris: Éditions Pierre Belfond, 1966.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 34. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

ROSIER, L. **Le discours rapporté: histoire, théories, pratiques**. Paris: Ophrys, 2008.

SANT'ANNA, V. L. A. **Mercosul em notícia: uma abordagem discursiva do mundo do trabalho**. Tese de doutorado em Linguística Aplicada. São Paulo: PUC, 2000.

_____. Discurso Relatado como estratégia organizadora da notícia. In: **the Specialist**. xxiv. São Paulo: Claraluz, 2003.

SAUSSURE, F (1916). **Curso de Lingüística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 30.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

XAVIER, D. **La Francophonie**. Paris: Puf, 1983.

<http://www.francophonie.org/Qui-sommes-nous.html> Acesso em: 10 dez. 2012.

<http://www.francophonie.org/oif/historique.cfm> Acesso em: 10 dez. 2012.

<http://grandguillaume.free.fr/> Acesso em: 10 mar. 2010.

8. ANEXOS

CORPUS**Texte 1****Bouteflika rejoint la francophonie?****El Watan, 1 octobre 2002**

Le président de la république, Abdelaziz Bouteflika, sera probablement présent au 9e sommet de la francophonie, prévu du 18 au 20 octobre à Beyrouth au Liban. officiellement, cette participation n'est pas confirmée. L'agence APS (officielle) a, dans une dépêche datée du 29 septembre, répercuté un message du général Emile Lahoud, président du Liban, portant une invitation au sommet.

«Après le sommet arabe pour lequel vous m'aviez fait le plaisir d'accepter mon invitation (...), le Liban accueillera, pour la première fois en terre arabe, plus d'une cinquantaine de chefs d'Etat et de gouvernement venus des cinq continents et dont les peuples partagent à des degrés divers une langue, le français. Comme je vous l'avais dit lors de ma visite dans votre cher pays, je serais particulièrement heureux de vous compter parmi mes invités personnels à ce rendez-vous», a écrit le président libanais qui avait visité l'Algérie la fin juillet 2002. Pour Emile Lahoud, l'Algérie, «ancrée dans sa culture et son identité arabes», peut témoigner par sa présence au sommet de «la vigueur de sa personnalité aux côtés de ses nombreux amis africains qui seront à Beyrouth». Pivot de la francophonie au Moyen-Orient, le Liban milite au sein de cette entité linguistique depuis 1973, date de son adhésion à l'ACCT, devenue aujourd'hui l'agence intergouvernementale de la francophonie. La Présidence de la République algérienne n'a pas indiqué si le chef de l'Etat a accepté cette invitation. L'agence française AFP a remarqué, dans une dépêche datée d'hier, que la publication du message d'Emile Lahoud «laisserait penser» que le président Bouteflika pourrait se rendre à Beyrouth. Les observateurs relèvent que l'information circule à Alger au moment où s'ouvre une importante réunion d'hommes d'affaires français du Medef. Simple coïncidence ?

L'Algérie ne fait pas partie officiellement de la Francophonie, reconnue comme institution politique depuis le sommet de Paris en 1986. Depuis son arrivée à El Mouradia, Bouteflika n'a pas cessé de plaider en faveur de l'ouverture sur les langues étrangères, notamment le français. En se rendant à Yaoundé, au Cameroun, en janvier 2001, au sommet France-Afrique, forum différent de la Francophonie, Bouteflika a cassé un tabou, puisqu'il a été le premier président Algérien à le faire. Le président français Jacques Chirac, qui a rencontré Abdelaziz Bouteflika au moins quatre fois, a souhaité que l'Algérie «franchisse le pas» et adhère à la Francophonie. Paris considère l'Algérie comme l'un des plus grands pays francophones. Bouteflika a, dans ses nombreuses déclarations, avancé l'idée «d'échanges» : le français en Algérie, l'arabe en France. «Nous avons maintenant un lycée international français. Pourquoi n'aurions-nous pas une branche de l'ENA française ? Les gens ont besoin d'être un peu bousculés. Chacun s'est créé son fonds de commerce : le libéralisme, le régionalisme, la religion. Il faut en sortir. Je ne sais pas si je bouscule trop de tabous. Mais dès que j'en vois un, je ne résiste pas à l'envie de le remettre en question.

C'est tellement dur de changer des mentalités», a déclaré Bouteflika dans une interview au quotidien français Le Monde en février 2002. Il avait, en 1999, soutenu, dans une autre déclaration à la revue France-Pays arabes, que les relations de l'Algérie avec la France doivent transcender «tant les humeurs que les pesanteurs de l'histoire». Aspirant, depuis son arrivée au Palais d'El Mouradia, à se rapprocher de Washington, Bouteflika ne veut pas entendre parler de la Francophonie comme «ensemble» politico-culturel hostile au monde anglo-saxon. La Francophonie est, généralement, définie comme «une communauté linguistique regroupant

tous les pays où le français est parlé comme langue maternelle, secondaire ou d'adoption». Née en 1950, l'Union Internationale des journalistes et de la presse de langue française (UIJPLF) est la première organisation à se réclamer de la francophonie. Le sommet de Beyrouth sera inscrit sous la thématique du «Dialogue des cultures». «Après les événements du 11 septembre 2001, ce dialogue est impérieux face aux risques d'intolérance et de renfermement (...) La Francophonie se doit d'aménager un nouvel espace de concertation et de plaider en faveur d'une approche ouverte et plurielle de la culture et des civilisations», estiment les organisateurs du sommet. Beyrouth accueillera, parallèlement au sommet, le Forum francophone des affaires et la réunion de l'Association internationale des maires francophones.

Fayçal Métaoui

Texte 2**Francophonie****L'Algérie très sollicitée****El Watan, 25 octobre 2004**

Le 10e sommet de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) se tiendra les 26 et 27 novembre prochain dans la capitale du Burkina Faso. Il aura pour thème : « Espace solidaire pour un développement durable », en hommage au continent africain.

L'Algérie, qui a participé pour la première fois de son histoire au sommet de Beyrouth tenu en octobre 2002, est actuellement très sollicitée pour être représentée à Ouagadougou. Selon des sources bien informées, notre chef de la diplomatie, Abdelaziz Belkhadem, qui prend part depuis hier à Paris à la 11e session ministérielle du Forum méditerranéen, sera approché par des responsables français à ce sujet. Lui qui avait déclaré que « l'Algérie n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF » lorsqu'il reçut, le 8 septembre dernier, Jacques Saâda, ministre de l'Agence de développement économique du Canada pour les régions du Québec et ministre responsable de la Francophonie. Celui-ci était alors porteur d'un message au président Bouteflika invitant l'Algérie à « participer pleinement » à ce sommet, alors que notre pays « n'a pas encore décidé de modifier son statut d'invité pour devenir membre » de l'OIF, avait affirmé Belkhadem. Or, Saâda avait jugé à l'époque que « les conditions sont désormais réunies pour que l'Algérie joue un rôle-clé dans la francophonie ». Pour les autorités algériennes, il s'agit, pour l'instant, d'explorer « les possibilités qu'offrent les institutions de ceux qui ont le français en partage » dans des domaines tels que l'éducation, l'enseignement supérieur, la culture ou les collectivités locales. Le responsable canadien, avant de rejoindre Alger, avait passé deux jours en France où il s'était particulièrement entretenu avec Xavier Darcos, ministre français de la Coopération, du Développement et de la Francophonie. Un mois après, M. Darcos débarquera à Alger, soit les 12 et 13 octobre derniers, pour officialiser l'installation du Haut Conseil franco-algérien universitaire et de recherche ainsi que du conseil d'administration de l'Ecole supérieure algérienne des affaires. Peut-on avancer que c'est là un geste de bonne volonté de la part de Paris pour inciter Alger à assister au 10e sommet de Ouagadougou ? Tout porte à le croire, d'autant que les deux capitales se préparent à signer, en 2005, un traité d'amitié « porteur de grands espoirs » pour les pays. A rappeler que, lundi dernier, le Premier ministre burkinabé, en séjour au Canada, s'est particulièrement entretenu avec les officiels de ce pays, les ambassadeurs africains accrédités au Canada et la presse francophone d'Ottawa au sujet des préparatifs de ce sommet.

S. E. Belabès

Texto 3

Sommet de la francophonie Le président Bouteflika à Ouagadougou El Watan, 18 novembre 2004

Le président de la République fera le voyage jusqu'à Ouagadougou pour assister au 10e Sommet de la francophonie. Un sommet qui se tiendra les 26 et 27 novembre courant dans la capitale du Burkina Faso. Selon des sources au palais d'El Mouradia, « l'Algérie n'a aucune raison de manquer un tel rendez-vous au moment où les Etats n'ont pratiquement aucun poids en dehors de regroupements ».

Un argument qui rejoint, en quelque sorte, la déclaration de Jacques Saâda, ministre de l'Agence de développement économique du Canada pour les régions du Québec et ministre responsable de la Francophonie en visite à Alger le 8 septembre dernier. « Les conditions sont désormais réunies pour que l'Algérie joue un rôle clé dans la francophonie », avait affirmé cet officiel. Jacques Saâda était, à cette occasion, venu porteur d'un message invitant le président Bouteflika à « participer pleinement » à ce 10e Sommet. Cela même si notre ministre des Affaires étrangères a voulu tempérer l'engagement de l'Algérie dans l'Organisation internationale de la francophonie (OIF). Notre pays, dira-t-il, « n'a pas encore décidé de rejoindre l'OIF ni de modifier son statut d'invité pour devenir membre de cette organisation ». On comprend dès lors pourquoi Xavier Darcos, ministre français de la Coopération au développement et de la Francophonie, jugera utile de séjourner, les 12 et 13 octobre dernier, à Alger. Une occasion pour installer le haut conseil universitaire franco-algérien, l'Ecole supérieure algérienne des affaires et annoncer la création d'une université franco-algérienne.

STABILITÉ Une réponse claire aux conditions des autorités algériennes lesquelles avaient jugé qu'il fallait, avant de rejoindre l'OIF, tirer avantage « des institutions ayant le français en partage ». Deuxième pays francophone après la France (en termes du nombre de la population qui pratique le français), l'Algérie avait participé en tant qu'invité en octobre 2002 au 9e sommet de Beyrouth. A cette époque-là d'ailleurs, Belkhadem avait pourtant avancé que « l'Algérie pourrait adhérer à la francophonie et pourquoi pas au Commonwealth ». Environ cinquante-six délégations nationales, la plupart conduites par des chefs d'Etat ou de gouvernement, sont attendues dans la capitale burkinabé pour ce 10e Sommet de la francophonie dont le thème cette année est : « Développement durable et solidarité ». Il sera, également, question d'éducation, de nouvelles technologies de l'information, de paix, d'environnement, d'enracinement du droit et de démocratie. Ce sommet devrait s'achever le 27 novembre au soir par l'adoption de plusieurs décisions importantes, parmi lesquelles une « Déclaration de Ouagadougou » portant sur la bonne gouvernance et la stabilité dans les pays membres de la francophonie. La bonne gouvernance dont justement il sera question lors du sommet du Nepad qui se tiendra à Alger le 23 novembre courant. Le Burkina a mis à la disposition de l'OIF quelque 350 personnes, la plupart bénévoles. La France s'occupe des transports, le Canada de la sécurité et de la santé.

S. E. Belabès

Texte 4

L'Algérie, futur membre de l'OIF

El Watan, 23 novembre 2004

L'Algérie pourrait adhérer à l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) ou tout au moins requérir le statut de pays observateur lors du prochain sommet de la francophonie, dont les travaux se tiendront les 26 et 27 novembre prochains à Ouagadougou (Burkina Faso).

Dans une contribution publiée dimanche dans Le Quotidien d'Oran, Kamel Rezag Bara, actuellement membre de la Commission africaine des droits de l'homme, outre de confirmer la participation du président Bouteflika à ce rendez-vous, donne en ce sens une assise concrète aux informations ayant présenté comme imminente l'adhésion de notre pays à l'OIF. M. Rezag Bara, anciennement ambassadeur d'Algérie à Tripoli, ne tranche pas la question par souci, sans doute, de réserver la primeur de l'annonce de l'événement au président de la République. Dans sa contribution, il a néanmoins annoncé les prémices d'une action allant dans le sens d'une intégration de l'Algérie à l'OIF. Kamel Rezag Bara - qui a valeur de source autorisée - énumère avec la précision d'un horloger les éléments plaidant en faveur de l'entrée de notre pays à cette organisation regroupant actuellement 51 Etats membres et 5 Etats observateurs. Pour faire valoir l'option de l'adhésion, l'ancien président de l'Office national des droits de l'homme (ONDH) s'attarde particulièrement sur les contextes national et international dans lesquels intervient ce 10e sommet de la francophonie, les objectifs et évolutions ayant marqué l'organisation des pays francophones. Il mettra également l'accent sur « l'évolution significative des relations entre la France ayant en partage avec elle l'usage total ou partiel de la langue française ». Un fait, dit-il, particulièrement vrai dans le cas de l'Algérie, qui était déjà présente en tant que pays invité au sommet de la francophonie de Beyrouth en 2002, et « qui sera également représentée au sommet de Ouagadougou par une importante délégation, sous la haute présidence du chef de l'Etat, M. Abdelaziz Bouteflika ». La pédagogie et l'effort d'explication déployés par l'ancien diplomate cachent probablement le souci d'insister sur l'idée que les réserves émises par l'Algérie à l'égard de l'OIF, par le passé, ne sont plus d'actualité. Soulignant d'ailleurs le caractère politique et mondial de l'espace francophone représenté par l'OIF, M. Rezag Bara rappelle que l'Algérie considère la langue française comme un « tribut de guerre » et indique que pour notre pays la question de l'appartenance à l'espace politico-culturel francophone ne semble plus devoir être posée autour de la problématique fondamentale « d'y être ou de ne pas y être ». Pour soutenir son raisonnement, il puise ses arguments d'une déclaration dans laquelle le chef de l'Etat, « tout en affirmant que la société algérienne repose sur le triptyque du socle identitaire arabo-islamique et amazigh », a marqué en de nombreuses occasions son désir de lever certains tabous, dont celui de la reconnaissance de la place de la langue française en Algérie ». Il relève aussi le désir, de part et d'autre (du côté de l'Algérie et de la France, ndlr), « de dépasser les tourments et les ressentiments de la longue nuit coloniale » et le fait que « la sagesse des nations semble estimer venu le moment propice pour cicatiser les blessures de la colonisation et consolider les fractures de la lutte pour la libération nationale (...) ». Kamel Rezag Bara considère, ainsi, que l'ère du partenariat entre deux pays souverains est venue dans la pleine égalité des droits et des devoirs de chacun « dans tous les domaines, et particulièrement à l'égard de l'une des composantes de leur volonté commune de refondation de leurs rapports d'Etat : l'usage commun de la langue française ». L'ancien ambassadeur d'Algérie à Tripoli, qui qualifie, au passage, de « lieu commun » le fait de constater qu'en terme d'usage vernaculaire de la langue (française), l'Algérie est devenue le deuxième pays francophone après la France, invitera néanmoins à en « tirer toutes les conséquences, notamment en prenant la place qui revient à notre pays dans l'Organisation internationale de la francophonie ».

Cherfaoui Zine

Texte 5

Bedjaoui ira au XIe sommet de la francophonie

L'Algérie marque sa présence

Le ministre des Affaires étrangères Mohamed Bedjaoui va en effet représenter demain et après-demain (28 et 29 septembre) notre pays au XIe sommet de cette organisation qui se tient en Roumanie.

El Watan, 27 septembre 2006

La nouvelle est confirmée hier via un communiqué du ministère des Affaires étrangères qui précisait que M. Bedjaoui devra se rendre à Bucarest (Roumanie) pour représenter l'Algérie « en qualité de pays invité spécial ». Un statut que l'Algérie conserve depuis le sommet de Beyrouth en 2002, qui aura marqué la première participation de notre pays à ce forum de débat des pays francophones. Le fait que l'Algérie participe à un niveau aussi élevé que celui du ministre d'Etat, ministre des Affaires étrangères, traduit sa volonté de ne pas désertier ce genre d'espaces d'intégration, d'échange et de partenariat entre plusieurs pays qui ont la langue française en partage. C'est aussi un signe qu'elle ne veut pas lâcher cette organisation malgré la brouille qui caractérise ses rapports avec la France qui parraine ce sommet, dans le sillage de la loi du 23 février glorifiant la présence coloniale en Afrique du Nord. C'est le message fondamental que suggère sans doute la présence algérienne à Bucarest au moment où les deux pays se regardent en chiens de faïence. Bien que son statut « d'invité spécial » ne lui confère ni le droit au vote ni à la parole, l'Algérie tient tout de même à marquer sa présence dans cette enceinte qu'elle a désertée des années durant. Ne serait-ce que pour éviter de pratiquer la politique de la « chaise vide » qui fut si préjudiciable à la diplomatie algérienne durant les années du terrorisme.

Changement de cap

C'est en quelque sorte la nouvelle stratégie de la diplomatie algérienne qui fait du plus pragmatisme une ligne de conduite. Le mot d'ordre étant d'investir toutes les institutions, tous les groupements et toutes les organisations qu'elles soient régionales, multilatérales ou internationales. C'est dans cette perspective que le président de la République Abdelaziz Bouteflika avait cassé un tabou « historique » en se rendant en octobre 2002 au sommet de la francophonie qui s'est déroulé à Ouagadougou, au Burkina Faso. Ce jour-là, Bouteflika avait signé l'entrée du « premier pays francophone au monde » à l'OIF même si cela n'équivaut pas à une adhésion. Ce geste, osé faut-il le souligner, a eu l'effet de décomplexer certains de nos responsables politiques qui maudissait encore l'ancienne puissance coloniale. Abdelaziz Belkhadem qui avait organisé la protesta contre la venue du chanteur Enrico Macias en Algérie en 2000 a dû se rendre à l'évidence que son pays avait plus à perdre qu'à gagner en tournant le dos à certains pays qui contrôlent de puissantes organisations. Ce changement de cap de la diplomatie algérienne à l'égard de la francophonie s'est révélé en 2004 dans cette réplique de Abdelaziz Belkhadem, alors ministre des Affaires étrangères, aux journalistes : « Nous n'avons aucun complexe à intégrer la francophonie ; d'ailleurs nous allons même tenter d'adhérer au Commonwealth. » C'est dire que désormais, « la langue en partage » cache mal des intérêts géostratégique et géopolitiques autrement plus importants. L'Algérie semble avoir enfin compris en décidant d'occuper sa chaise, à l'OIF même si elle n'est pas forcément satisfaite de son statut.

Hassan Moali

Texte 6

Organisation de la Francophonie

El Watan, 12 Mars 2006

L'Algérie est de nouveau sollicitée pour intégrer l'Organisation internationale de la francophonie (OIF). Le vœu a été exprimé, hier à Alger, par le représentant du Premier ministre canadien pour la Francophonie, Ferry de Kerchhove, qui a été reçu par le ministre d'Etat, ministre des Affaires étrangères, Mohamed Bedjaoui.

Dans une déclaration à la presse, M. De Kerchhove a indiqué avoir abordé avec le ministre le dossier de la francophonie. «Je suis venu parler avec M. Bedjaoui de la francophonie et de l'espoir qu'un jour l'Algérie en devienne un membre à part entière», a déclaré M. De Kerchhove, rappelant que «c'est à elle de se prononcer et de décider». L'Algérie, un des plus grands pays francophones, était restée à l'écart de l'OIF depuis l'indépendance, en 1962, sous prétexte que ce groupement véhicule des relents idéologiques. Une thèse qui a perdu de sa rigueur depuis la participation du président Bouteflika au sommet de Beyrouth en 2002 puis à celui de Ouagadougou en 2004. Beaucoup d'observateurs ont interprété la présence de Bouteflika à ces deux sommets comme annonciatrice d'une imminente adhésion de l'Algérie à l'OIF. Cependant, il semble que l'hésitation de l'Algérie demeure de mise en dépit des déclarations de bonnes intentions des officiels. L'Algérie, considérée comme l'un des plus grands pays francophones, reste l'otage d'une vision passéiste, présentant l'ensemble francophone sous un aspect néocolonialiste. L'intégration de l'Algérie à l'espace francophone reste tributaire de la volonté politique des décideurs qui devraient privilégier plus les avantages que les inconvénients de cette adhésion.

Hassan Moali

Texte 7

Surmonter « le complexe » français

Plaidoyer canadien pour l'adhésion de l'Algérie à la francophonie

El Watan, 13 Mars 2007

Ferry de Kerckhove, représentant personnel du Premier ministre du Canada pour la francophonie, a eu une intense activité à Alger.

Deux conférences, dont l'une à l'Ecole nationale d'administration (ENA), une rencontre avec le ministre des Affaires étrangères, Mohamed Bedjaoui, un déjeuner presse et une réception à l'occasion du Commonwealth day à la résidence de l'ambassadeur de Grande-Bretagne. Pays membre de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) et du Commonwealth, le Canada évolue avec aise dans les deux espaces. Il en donne l'exemple. Autant que le Ghana ou le Cameroun pour l'Afrique. Ferry de Kerckhove est convaincu d'une chose : la place de l'Algérie est dans la francophonie. « Si votre pays fait la demande d'y adhérer, il n'aura à passer aucune étape. Aucune condition ne sera avancée à cette adhésion », nous a-t-il dit hier lors d'un déjeuner à la résidence de l'ambassadeur du Canada, Robert Peck, en présence de Victor Mircea, ambassadeur de Roumanie

(dont le pays assure la présidence actuelle de la francophonie), de Baudouin Vanderhulst, ambassadeur de Belgique et Charles Houard, délégué Wallonie-Bruxelles. Un pays qui demande l'adhésion n'est pas tenu d'avoir le français comme langue officielle. Il reste que la place qu'occupe cette langue dans le pays demandeur est un critère important d'admissibilité. Belgique, Canada et Suisse travaillent ensemble, à plusieurs niveaux, pour convaincre des pays hésitants, comme l'Algérie, que la francophonie aujourd'hui ne signifie pas forcément la France. Ferry de Kerckhove comprend la difficulté de « décomplexer » les relations entre l'Algérie et la France à cause de l'héritage historique du colonialisme, mais estime qu'il faut avancer. Son argument est que la francophonie est un espace ouvert accueillant des pays d'identités et de cultures diverses. L'un des principes de l'OIF est de favoriser le plurilinguisme au sein de l'espace francophone par l'appui aux langues partenaires comme l'arabe, l'espagnol, l'anglais ou le portugais. L'OIF a défendu l'idée de « diversité culturelle » adoptée par l'Unesco. « Vivre ensemble, différents » est le slogan choisi cette année par l'OIF. Le souhait du responsable canadien est que l'Algérie rejoigne cet espace à cause de son importance stratégique. Il rappelle la participation à titre d'invité au sommet de la francophonie, à deux reprises, à Beyrouth et à Ouagadougou, du président Abdelaziz Bouteflika. Il souligne également la présence de Mohamed Bedjaoui au dernier sommet de Bucarest en septembre 2006. Ferry de Kerckhove, qui a été ambassadeur du Canada en Indonésie et au Pakistan, dit avoir trouvé à Alger un écho positif par rapport à la question de la francophonie et estime nécessaire d'éviter de percevoir les choses en termes de zones d'influence. Sur le plan politique, la Francophonie a, à ses yeux, du travail à faire, notamment en Afrique, en étroite coordination avec des organisations multilatérales. Récemment, l'OIF, que dirige l'ex-président sénégalais Abdou Diouf, a pris position par rapport aux crises ivoirienne et guinéenne. L'organisation s'exprime aussi sur des questions liées à la paix, à la démocratie, aux droits humains, à la sécurité et au développement durable. « Nous avons le devoir de développer une réflexion sur les grands problèmes qui engagent le devenir de la planète afin de faire entendre clairement notre voix », a estimé Abdou Diouf dans le rapport La francophonie dans le monde 2006-2007, paru ces jours-ci aux éditions Nathan. L'OIF regroupe actuellement 53 Etats membres de plein droit, 2 membres associés et 13 pays observateurs. Dans le monde arabe, le Maroc, la Tunisie, l'Egypte, la Mauritanie et le Liban sont membres de l'OIF. Le français est parlé par 200 millions de personnes sur les cinq continents. Les pays où l'on trouve le plus de francophones et francophones partiels pour l'Afrique du Nord, sont le Maroc en nombre et la Tunisie en pourcentage de la population.

Aussi, la conviction que l'Algérie est le deuxième pays francophone après la France n'est qu'une idée reçue. Dans la matinée d'hier, Ferry de Kerckhove a annoncé la liste des candidates algériennes devant participer à la grande finale de la dictée des Amériques prévue à Québec, samedi 17 mars 2006, avec la présence de 130 concurrents venus de 35 pays. Il s'agit de Assia Benaziez, étudiante à l'Institut de langues étrangères de l'université de Bouzaréah (Alger) et Fiyala Hatfout, chargée de cours au même institut. Les lauréats ont été sélectionnés après des éliminatoires, organisées fin février 2006 à Alger. Plus de 700 000 personnes ont participé à la dictée des Amériques depuis sa création en 1994. La finale, qui sera dirigée par l'auteur-compositeur Vincent Vallières, sera retransmise par le réseau de TV5 Monde (chaîne de la francophonie).

Fayçal Métaoui

Texto 8

Sommet de la francophonie au Québec

L'Algérie partante

El Watan, 27 May 2008

La ministre québécoise chargée des Relations internationales et responsable de la francophonie quitte aujourd'hui Alger en ayant pour réponse à l'invitation adressée à l'Algérie pour prendre part au prochain sommet de la francophonie, un sentiment. « Il a bien sûr souhaité y participer, j'ai senti une volonté de la part du président algérien de vouloir participer au prochain sommet de la francophonie », dit-elle. Outre l'invitation officielle pour la participation à ce sommet, Monique Gagnon-Tremblay était aussi chargée de convier l'Algérie à adhérer à l'Organisation internationale de la francophonie. Interrogée sur le contenu de la réponse algérienne, la ministre canadienne se contentera de dire que « l'Algérie est déjà membre par le cœur et l'esprit ». Et d'ajouter : « La décision d'adhésion appartient à l'Etat et au gouvernement algériens, en tout cas nous le souhaitons. » L'Algérie, deuxième pays francophone au monde en termes de poids démographique, semble encore maintenir tout le suspense sur son intention de devenir ou pas membre de l'OIF. Monique Gagnon-Tremblay repart ainsi sans avoir de réponses claires. « Nous comprenons qu'on puisse vouloir conserver son identité, l'arabe en l'occurrence », précise la ministre en soulignant toutefois que l'OIF n'est pas seulement un ensemble de pays qui ont une langue en partage, mais c'est aussi un ensemble politique et économique important. « Si l'Algérie devait adhérer, ce sera agréable qu'elle le fasse au Québec », indique Mme Gagnon-Tremblay qui semble ne pas vouloir fermer la porte de l'espoir de voir un jour l'Algérie comme membre à part entière de l'OIF. Dans un point de presse tenu au siège de l'ambassade du Canada hier, la responsable québécoise a défendu l'ensemble des pays de la francophonie en précisant qu'il s'agit tout de même du tiers des membres de l'ONU. « Nous partageons une langue, mais aussi des valeurs qui nous sont chères. La francophonie est basée sur la solidarité et la coopération entre les pays membres et pourrait contribuer à l'apaisement des crises », note-t-elle en ajoutant que l'ordre du jour du sommet de la francophonie portera sur la démocratie, l'Etat de droit, l'environnement et la gouvernance économique. Outre le sommet de la francophonie du 17 octobre prochain devant coïncider avec le 400e anniversaire de la province du Québec, les discussions entre la ministre québécoise et les hauts responsables algériens ont concerné la coopération bilatérale entre l'Algérie et le Québec. « Le Québec continuera à renforcer ses liens d'amitié avec l'Algérie et à consolider la belle coopération existant entre les entreprises québécoises et algériennes », souligne Mme Gagnon-Tremblay qui a visité, durant son séjour de quatre jours à Alger, la centrale électrique thermique au gaz de Hadjeret Ennous, partenaire de SNC Lavalin, et l'Institut algérien des hautes études financières, partenaire de l'université de Sherbrooke. « L'Algérie se développe pour le mieux et le Canada continuera de travailler avec ce pays », estime la ministre en rappelant que les liens d'amitié entre les deux pays ont été renforcés par la communauté algérienne établie au Québec, qui totalise un nombre de 50 000 personnes. La ministre a formulé le vœu de rendre possible une mission économique québécoise pour prospecter les domaines d'intervention en Algérie en vue de développer davantage la coopération et les échanges bilatéraux. La ministre doit continuer son périple africain après l'Algérie, en se rendant en Tunisie, au Maroc, au Burkina Faso et au Sénégal.

Nadjia Bouaricha

Texte 9

12e Sommet de la francophonie : Bouteflika en guest-star à Montréal

El Watan, 16 out 2008

Le président Bouteflika va participer en qualité « d'invité spécial » au 12e sommet de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) qui s'ouvrira demain pour trois jours à Québec, au Canada, souligne un communiqué de la présidence de la République rendu public hier.

Il y est précisé que la participation du chef de l'Etat à ce sommet intervient « à l'invitation de Stephan Harper et Jean Charest, respectivement Premiers ministres du Canada et du Québec », précise la même source. Faut-il comprendre ce faisant que Bouteflika ira au Québec juste pour faire plaisir à ses hôtes de la province francophone du Canada et non pas en tant que Président qui appuie une organisation pilotée par la France ? Bien que le président Bouteflika se soit départi du « complexe » algérien de la francophonie depuis qu'il a cassé le tabou en participant au 9e sommet de Beyrouth, le souci d'éviter les interprétations politiques et géopolitiques qu'induit ce rendez-vous transparait assez clairement dans l'ordre de mission du chef de l'Etat. C'est ce qui expliquerait le soin pris de préciser qu'il répond à une invitation de la Gouverneure générale du Canada, Mme Michelle Jean. Officiellement, il n'est pas question pour Bouteflika de faire plaisir à la France qui, elle, n'a jamais caché sa volonté et son souhait de voir l'Algérie – ce premier pays francophone au monde – rejoindre un jour cette puissante organisation. Il reste que le déplacement du chef de l'Etat vers la lointaine province est à interpréter comme un geste de « bonnes intentions » qui ne manquerait pas de titiller l'ego de Sarkozy en ce qu'il constitue, à tout le moins, une caution morale à cet ensemble culturel et maintenant politique qui prend de l'ampleur. L'Algérie, qui ne fait pas partie officiellement de la Francophonie, reconnue comme institution politique depuis le sommet de Paris en 1986, figure en pole position sur le tableau de chasse de l'organisation.

L'UPM oui, l'OIF oui, mais...

Abdelaziz Bouteflika a été le premier président algérien à faire les premiers pas vers cette organisation, en plaidant dès sa prise de pouvoir en faveur de l'ouverture sur les langues étrangères, notamment le français. Il se rapprochera un peu plus, en janvier 2001, en se rendant à Yaoundé, au Cameroun, pour prendre part au sommet France-Afrique, une sorte d'antichambre de la Francophonie. Mais quand bien même il le souhaite, Bouteflika hésite à franchir le pas malgré les prières de Jacques Chirac et récemment de Sarkozy, compte tenu des résistances tenaces au niveau des sphères influentes du pouvoir, peuplées de conservateurs qui rattachent invariablement la francophonie au système colonial. C'est donc cette solution médiane qui consiste à participer, désormais régulièrement, au sommet de l'OIF mais avec la casquette d'invité « d'honneur » ou « spécial » – histoire, d'un côté de se soustraire à la vindicte des adversaires irréductibles et de concéder des gestes à la France de l'autre – que semble avoir adoptée Bouteflika. Il faut signaler que le sommet du Québec sera consacré aux questions de la paix, de la sécurité, de la démocratie, de la gouvernance économique et de l'environnement. La crise financière mondiale et ses répercussions devraient également s'inviter à ce sommet, précisent les organisateurs. L'Organisation internationale de la francophonie (OIF) regroupe 55 Etats et gouvernements ainsi que 13 observateurs. L'Egypte, qui fait partie de la sphère anglophone, est partie prenante de la francophonie.

Hassan Moali

Texto 10

L'Algérie participe au sommet de la francophonie

L'Algérie participe au sommet de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF). L'envoyé spécial du président algérien Abdelaziz Bouteflika, Abdelkader Bensalah, parlera de la langue française et du terrorisme au Sahel.

El Watan, 22 octobre 2010

Le 13e sommet de l'OIF, qui réunit une quarantaine de chefs d'Etat et de gouvernements francophones, se déroulera samedi et dimanche, à Montreux (Suisse). Sur les bords du lac Léman, hélicoptères, bateaux militaires, avions, infanterie et brigades canines paradent depuis quelques jours déjà. Mise sous pression par le staff du président français Nicolas Sarkozy, l'armée suisse a mobilisé ses troupes pour assurer une sécurité sans faille du sommet. L'important dispositif sécuritaire déployé serait un caprice de Nicolas Sarkozy, selon l'hebdomadaire satirique le Canard enchaîné.

Tension

De peur des attentats terroristes, un dispositif de sécurité «exorbitant» a été imposé aux autorités suisses par Sarkozy. «En vrac : le gel de l'espace aérien à l'arrivée du président, la présence d'un hélico prêt au décollage, la surveillance aérienne assurée par des avions de chasse, tandis qu'une armada de 5000 soldats et plusieurs milliers de policiers patrouilleront aux alentours», souligne le Canard enchaîné qui estime qu'un tel dispositif est démesuré et se moque de son président, mais également des dirigeants helvètes, qui plient «pour ne pas contrarier l'Elysée».

Regrets

Invitée mais pas membre de l'OIF, l'Algérie sera représentée par le président du Sénat, Abdelkader Bensalah. L'Algérie est un grand pays francophone et pourtant elle ne fait pas partie de la francophonie. Mais Paris y travaille pour qu'Alger rejoigne le club. Et le pas a été franchi en octobre 2002 au Liban. Le président Abdelaziz Bouteflika a participé à Beyrouth «en qualité d'invité personnel du président libanais Emile Lahoud», au 9e sommet de l'OIF. C'était la première fois qu'un chef d'Etat algérien assistait à un sommet francophone. Jusqu'alors, l'Algérie s'était tenue à l'écart de la francophonie depuis son indépendance en 1962.

Aujourd'hui, la France pleure l'absence du président Bouteflika à Montreux et se réjouit de la présence d'Abdelkader Bensalah. Une deuxième participation de l'Algérie à la «fête francophone» signifie que le chemin de l'adhésion est bien tracé, jugent les observateurs. Ces derniers estiment également que le président français Nicolas Sarkozy a obtenu la participation d'Alger grâce à une fine opération de marchandage : francophonie contre participation de l'Algérie aux G20 et G8. Parce que la France doit prendre les rênes du G20 pour un an à l'issue du sommet de Séoul des 11 et 12 novembre et celles du G8 à compter du 1er janvier 2011.

Donc, 2011 sera l'année de la présidence française du groupe des 8 pays les plus industrialisés. Les sommets des G8 et G20 sont prévus à Nice et le président algérien Abdelaziz Bouteflika compte bien y participer. Du coup, les pressions de Paris passent comme une lettre à la poste. Nicolas Sarkozy compte beaucoup sur Abdelaziz Bouteflika pour résoudre le problème des otages français au Sahel. Jean-Pierre Raffarin a regretté l'absence du président algérien Abdelaziz Bouteflika.

Sahel

La question de la sécurité au Sahel et de la lutte contre Al Qaïda au Maghreb islamique (Aqmi), qui détient aux confins du Mali cinq Français, un Malgache et un Togolais, enlevés

au Niger, sera aussi abordée, et le président malien Amadou Toumani Touré sera à Montreux pour parler des otages du Sahel. «Il y a une mobilisation pour qu'il y ait une prise de conscience partagée de cet enjeu terroriste (...) et pour que, le plus possible, la francophonie apparaisse vraiment rassemblée sur ces sujets», indique Jean-Pierre Raffarin, représentant personnel du président français Nicolas Sarkozy pour la francophonie, précisant que sur ces sujets, «il n'est pas souhaité de trop communiquer». «Si tous les Etats de cette sous-région ne se mettent pas ensemble pour y faire face, les terroristes passeront toujours entre les mailles du filet», juge Abdou Diouf, secrétaire général de l'OIF. A Montreux, Abdelkader Bensalah a pour mission d'expliquer, dans la langue de Voltaire, que la lutte contre Al Qaïda au Maghreb islamique (AQMI) passe par l'aide combien précieuse de l'Algérie.

Amine Djazaïri

Texte 11

Place de la francophonie en Algérie

Les mutations du «butin de guerre» dans la société

El Watan, 07avril 2012

Qu'est-il advenu du «butin de guerre», cher à Kateb Yacine ? «La langue française parlée en Algérie a évidemment muté. L'arabisation massive a fait que la langue soit ingurgitée par les Algériens», a expliqué l'écrivain Boualem Sansal, dimanche, durant un débat autour de la francophonie en Algérie, dans le cadre du Colloque Marianne/El Khabar, qui s'est déroulé à Marseille.

«Le français fait partie intégrante du parler algérien. Après 130 ans de colonisation, plus 50 années de parabole télévisuelle, ce sont des paramètres quasi-génétiques. Ils ont une relation charnelle avec la langue», a expliqué M. Sansal. «Ils jouent avec, se l'ont appropriée. Seulement, il y a une situation étrange, où les Algériens ont intégré la langue, mais où la culture française s'est estompée», a-t-il ajouté. De même, selon l'écrivain, la langue ne permet plus l'accès à la culture. «Et cela est dû à plusieurs paramètres. Les livres sont très chers, les cinémas et les théâtres ont disparu, l'université est dans un état déplorable, avec une médiocrité de l'administration, une islamisation rampante, etc. La culture est une question d'environnement, d'éducation, de voyages, etc.», a énuméré M. Sansal. «Malgré la malhonnêteté des «politards» algériens, leur manipulation au travers de la langue, les Algériens parleront toujours français. Même si l'on arabise la langue, qu'on invente un dialecte composé de déformation de plusieurs langues, le français fera toujours partie du quotidien de nombreux pays arabophones. Les révolutionnaires du printemps arabe utilisaient bien le français dans leurs revendications, avec le célébritissime «Dégage!», a exposé, quant à lui, le réalisateur et scénariste Mohamed Lakhdar Hamina, qui débattait aux côtés de Boualem Sansal. Reste que les nouvelles générations connaissent ce qui ressemble à une «crise linguistique». Oui, la fameuse formule «analphabète trilingue». «Ce qui est compréhensible. Cela est éducationnel et est le fait des événements et des crises dramatiques que le pays a vécus, et qui a tout déstructuré», a estimé M. Sansal. Quand la langue est une arme politique.

De même, l'arabisation massive et faite à l'aveugle n'a pas été sans conséquence sur l'identité linguistique des Algériens. «L'arabe, telle que produit en Algérie, est une langue importée. L'arabisation, en tant que démarche politique, a pour but d'embrigader la société, de domestiquer le peuple», a jugé M. Sansal. «Là où on essaie de contrôler une langue, on crée des fascismes», a d'ailleurs analysé l'écrivain en abordant le thème de la francophonie en termes institutionnels. Car, il est impératif de faire le distinguo entre francophonie et Francophonie. «Il y a la francophonie de l'Etat, dont la conception des choses est une démarche purement politique, et il y a la francophonie du peuple, qui est dans le subconscient et dans l'affect», a-t-il précisé. «La francophonie institutionnelle est représentée par l'Organisation internationale de la francophonie (OIF), qui est avant tout un outil de pression, de négociation, polluée par des considérations politiciennes. C'est une institution compliquée et trouble qui a enrégimenté les écrivains et la littérature», a-t-il poursuivi. D'ailleurs, l'Algérie, deuxième plus grand pays en termes de nombre de «francophones», n'est pas membre de l'OIF. «Il faudrait que l'OIF évolue et cède la place aux jeunes. La langue a beaucoup évolué et les nouvelles générations ne parlent plus la même langue. L'organisation se doit de s'adapter à eux, car elle a été incapable de le faire», a conclu M. Sansal.

Ghania Lassal

Texte 12

France-Algérie : Yamina Benguigui à Alger

El Watan, 07 septembre 2012

Yamina Benguigui, la ministre française déléguée, chargée de la Francophonie, est arrivée hier à Alger pour une visite de trois jours.

Ce déplacement a pour but de préparer la visite, d'ici la fin de l'année, du président français, François Hollande. Un événement très attendu des deux côtés de la Méditerranée : «Je pense que la grande rencontre bilatérale entre les présidents Bouteflika et Hollande aura des effets bénéfiques sur les deux pays», a déclaré Yamina Benguigui à son arrivée à Alger. Dans cet objectif, la ministre a rencontré hier Abdelkader Messahel, le ministre délégué chargé des Affaires maghrébines et africaines. Au cœur des discussions, le développement de la coopération entre les deux pays et la francophonie.

Yamina Benguigui est chargée d'évoquer les dossiers concernant les échanges culturels entre la France et l'Algérie, et particulièrement la question de la langue. Elle a rencontré, hier, le recteur de l'université d'Alger 2 et doit s'entretenir avec Khalida Toumi, la ministre de la Culture. Lors de sa visite en juillet dernier, Laurent Fabius, le ministre des Affaires étrangères français, avait déjà fait part de la volonté française de développer l'enseignement du français en Algérie. «La langue française est aujourd'hui une langue solidaire, égalitaire, une langue qui rassemble à hauteur d'homme. Elle doit aujourd'hui être le fleuve qui fédère les peuples de la francophonie», a déclaré Yamina Benguigui au site internet TSA. Si l'Algérie ne fait pas partie de l'Organisation internationale de la francophonie (OIF) alors qu'elle est le deuxième pays francophone au monde, le président Abdelaziz Bouteflika est attendu en octobre au sommet de la francophonie de Kinshasa, en République démocratique du Congo.

La ministre française doit également s'entretenir demain avec le ministre des Affaires étrangères, récemment reconduit à son poste, Mourad Medelci. Le dossier malien fait notamment partie des préoccupations diplomatiques françaises actuelles. Mais la position d'Alger est délicate. Samedi dernier, le Mujao avait annoncé l'exécution de Tahar Touati, vice-consul de Gao (Mali), enlevé au mois de mai avec six autres personnes. Depuis 6 jours, les autorités algériennes n'ont toujours pas confirmé la mort de l'otage. Enfin, Yamina Benguigui, réalisatrice, a laissé une place au cinéma dans son programme. Après une visite de la Cinémathèque d'Alger, elle assistera à la projection du dernier film d'Alexandre Arcady, l'adaptation de Ce que le jour doit à la nuit de Yasmina Khadra.

Yasmine Saïd

Texte 13

Un rapport apaisé à la langue française

le 14.12.12 | 10h00 (Edito)



Partager

«Butin de guerre», «idiome élitiste» ou «troisième langue nationale»? Cinquante ans après l'indépendance, le statut de la langue française a épousé les grands bouleversements de la société algérienne.

Langue de conflit idéologique des années 1970-1980, le français n'est plus considéré «ni comme la langue du colonisateur ni comme une langue étrangère», selon l'écrivain de langue arabe, Bachir Mefti. «Le français fait partie intégrante de notre vie sociale quotidienne. Il se mélange parfaitement à l'arabe parlé, est présent partout, dans la rue et dans la bouche de nos officiels», ajoute l'un des jeunes auteurs arabophones algériens les plus lus du moment. En chiffres, l'enquête menée par le Centre national d'études et d'analyse pour la planification (CNEAP) démontre que, au niveau des enseignants, toutes disciplines confondues, la langue française recueille 53,33% des préférences par rapport à l'anglais qui n'en recueille que 40%. Selon la même étude, les étudiants ont exprimé la même préférence avec l'indice de 85,22% contre 14,88%. Les résultats de la première enquête (CNEAP) montrent que «la langue française est de loin la mieux maîtrisée par les interrogés qui répondent qu'ils la maîtrisent très bien pour 44,21% d'entre eux et bien pour 28,84% d'entre eux, ce qui représente en tous 73,05% des opinions sur les 1314 exprimées». Et d'après les chiffres de l'Organisation internationale de la francophonie, dont l'Algérie n'est que membre observateur, le nombre de personnes, âgées de cinq ans et plus déclarant savoir lire et écrire le français, est de 11,2 millions, soit 33% (un tiers) des 34,4 millions d'Algériens (chiffres de l'ONS en 2008).

Au-delà des chiffres, de la dynamique des médias ou de l'édition en français et de la présence de la langue dans l'enseignement et l'université, il reste que la langue française tient aussi sa place en Algérie du fait de sa propre mutation vers un statut moins marqué idéologiquement. «Il y a une dizaine d'années ou plus, mes étudiants hésitaient à se documenter en français, ils étaient encore dans cette vision de la "langue du colonialisme"», note la linguiste Khaoula

Taleb Ibrahim de l'université d'Alger, mais ces dernières années, j'ai perçu un changement d'attitude. Parce que cette jeune génération est dans un rapport au monde, dont la France fait partie.». Aux yeux de la spécialiste «il y a une sorte de normalisation de ce rapport au français, nous ne sommes plus dans cette ambivalence, dans ce déchirement entre la langue du colon et la langue qui porte la modernité».

Depuis longtemps, les deux langues sont restées prisonnières de ce schéma. «L'arabe est ainsi "rétrograde", "réactionnaire", alors que le français reste "la langue de la modernité", regrette l'auteur Bachir Mefti. Mais le vrai problème qu'on essaie d'éviter, c'est qu'on n'a pas introduit la langue arabe dans la modernité, dans sa propre modernité.» Dans une récente étude sur la transition en Algérie, le sociologue Nacer Djabi souligne que «depuis au moins les années 1990, avec tout ce traumatisme qu'ont engendré les violences, le débat s'est rationalisé loin des joutes idéologiques.

Les bouleversements qu'a connus la société algérienne face à la mondialisation économique et aux enjeux de la distribution de la rente pétrolière depuis le début des années 2000 a déplacé les lignes de front.» Le statut officiel de «langue étrangère» reste une fiction vu l'étendue de ses champs sociaux en Algérie. Et même les quelques tentatives d'infuser la langue anglaise dans les premiers cycles de l'enseignement n'ont pas entamé sa prééminence. Il ne faut pas, conseille un spécialiste, appréhender cette question en termes de hiérarchie des langues : l'arabe et tamazight ont déjà leur propre place dans notre culture et notre quotidien, comme marqueur civilisationnel.

Or, «la vraie problématique aujourd'hui se résume à la reconnaissance enfin officielle du Maghreb comme carrefour multilinguistique. Les entités politiques maghrébines, depuis le Moyen-Âge, n'ont jamais été aussi stables et puissantes que lorsqu'elles ont accepté cette diversité, cette richesse entre l'arabe, le latin, l'hébreu, le tamazight et les langues du sud de l'Europe», assène un ancien membre de la commission de réforme de l'éducation.

Adlène Meddi

http://www.elwatan.com/actualite/un-rapport-apaise-a-la-langue-francaise-14-12-2012-195821_109.php

MATERIAL DE COMPLEMENTAÇÃO

Texto A

SOMMET DE LA FRANCOPHONIE / Le poids du passé

La présence probable du président Bouteflika au 9e sommet de la francophonie qui se tiendra dans la capitale libanaise, Beyrouth, du 18 au 20 octobre, si elle se confirme, ne manquera pas de susciter en Algérie de vives réactions tant cette question sensible est fortement controversée.

L'Algérie est l'un des rares pays francophones à ne pas adhérer à cet ensemble à l'origine à vocation culturelle avant de s'ouvrir sur de nouveaux horizons, politiques, particulièrement depuis le sommet de Chaillot, en France en 1991. Le poids douloureux du passé explique les réticences, voire les résistances féroces opposées à l'entrée de l'Algérie dans cette organisation, particulièrement dans les milieux islamo-conservateurs. Le sentiment de rejet fut exacerbé à un point tel que le seul fait de s'exprimer dans la langue de Molière suffit pour être catalogué de «parti de la France» (hizb frança) et désigné à la vindicte publique. C'est dire les effets ravageurs provoqués par l'instrumentalisation et «l'idéologisation» de cette question, source de division de la société en courants de pensée antagonistes entre arabophones et francophones sur fond d'accusation de dépersonnalisation pour les uns, et de conservatisme primaire pour les autres. Au milieu de ce choc culturel qui n'est pas sans conséquence sur la cohésion sociale, un homme, nanti d'un rare courage politique, le président Boudiaf, décida de tutoyer l'histoire en remettant à zéro les compteurs du débat sur la question linguistique en Algérie à travers l'initiative très décriée par les milieux islamo-conservateurs du gel de la loi sur la «généralisation de la langue nationale». Sans aller jusqu'à s'impliquer aussi loin en assumant sans complexe et sans fioriture cet héritage culturel, Bouteflika a, d'une certaine manière, cassé un tabou qui a fait jaser dans les chaumières des partisans de la purification linguistique en s'adressant en français dans ses discours aux Algériens et aux partenaires étrangers. Cette audace lui a valu de vives critiques de ces mêmes milieux qui avaient fait flèche de tout bois pour dénoncer ce qui fut considéré comme le signe annonciateur d'une volonté de préparer le terrain à un retour en force du français et de la France en Algérie. En fin manœuvrier, Bouteflika a réussi à se sortir sans encombre de cette passe d'armes avec les tenants du panarabisme pur et dur, un geste politique qui a fortement séduit à l'extérieur, notamment en France. Certains animateurs en vue de ce courant furent vite neutralisés selon la bonne vieille recette du sérail en les intégrant dans le système, en leur confiant des responsabilités dont ils sont si friands. Mais pour autant, le débat est loin d'être clos. Sans nul doute, la présence de Bouteflika au prochain sommet de la francophonie ne manquera pas d'être perçue par ces milieux comme un premier pas vers l'adhésion de l'Algérie à cette organisation, même si le pays hôte et les responsables en charge de la francophonie, conscients de la charge émotionnelle qui entoure ce dossier en Algérie, ont pris le soin de mettre les formes en donnant à l'invitation de Bouteflika un caractère de visite d'Etat l'invitation émane du président libanais sans vraiment l'être. L'initiative risque fort de raviver le débat et de lui donner d'autres prolongements. La réforme du système éducatif peine à voir le jour du fait du tir de barrage des conservateurs qui n'ont pas caché tout le mal qu'ils pensaient de la commission Benzaghoul qui a planché sur le dossier. Certaines mesures conservatoires d'urgence sont annoncées pour très prochainement. La présence de Bouteflika au sommet de la francophonie est d'une certaine manière une aubaine politique pour les islamo-conservateurs pour retarder ou tenter de faire échec au projet de réforme du système éducatif. L'issue de ce dossier ne laissera pas indifférents nos partenaires traditionnels, notamment la France, qui suivent avec intérêt l'aboutissement et l'approfondissement de ces réformes.

Par S. B.

<http://www.algeria-watch.org/farticle/tribune/francophonie.htm>

Texte B

Pragmatisme

le 23/11/2004 | 0:00 (EDITO)

L'Algérie sera présente, pour la seconde fois, à un haut niveau en qualité de pays observateur au sommet de la francophonie qui se tiendra les 26 et 27 novembre prochains à Ouagadougou, au Burkina Faso. Le président Abdelaziz Bouteflika, qui avait conduit la délégation algérienne aux dernières assises de la francophonie à Beyrouth en 2002, sera présent à Ouagadougou après avoir pris part, auparavant, en 2001, pour la première fois au sommet France-Afrique à Yaoundé. Les observateurs considèrent, d'ailleurs, que la participation de l'Algérie à ce dernier sommet, qui est une espèce de regroupement familial restreint de pays africains situés dans la zone francophone sous la houlette de Paris, valait offre de service de l'Algérie pour entrer de plain-pied dans l'organisation de la francophonie. A la qualité de membre à part entière, l'Algérie a privilégié, jusqu'ici, le statut confortable d'observateur dans ses rapports avec ce regroupement de pays qui ont «en partage l'usage du français». Un jeu d'équilibrisme qui lui permet d'avoir un pied dans cette organisation qui regroupe 51 Etats et de s'attirer sinon ses «faveurs», du moins de bénéficier de préjugés favorables vis-à-vis de ses Etats membres sans être pour autant liée par un quelconque engagement à leur égard. Et au plan national, de se parer contre les «francophobes» nourris à l'idéologie des islamo-conservateurs qui sont très actifs dans la société et les institutions de l'Etat. Le débat de la place de la langue française dans le pays a été en effet fortement instrumentalisé au gré des rapports de forces au sein du pouvoir à telle enseigne qu'il était devenu politiquement et culturellement malsain et suspect de parler la langue de Molière en certaines périodes marquées par une forte poussée des forces conservatrices dans le paysage politique. Bouteflika aura eu le courage politique, non pas de réhabiliter cette langue - la Constitution a déjà tranché clairement quant aux composantes essentielles de la personnalité et de l'identité nationale qui reposent sur le triptyque : arabité, islamité et amazighité -, mais de casser un tabou en s'exprimant dans des tribunes officielles en langue française et en appelant à prendre en charge cet héritage linguistique qui fait partie, qu'on le veuille ou non, de notre mémoire. D'aucuns revendiquent cette langue comme un «butin de guerre». Théoriquement, les concessions et les compromis faits par Bouteflika durant son premier mandat aux forces conservatrices n'ont plus lieu d'être après son plébiscite populaire d'avril dernier. Les observateurs avertis sont, à cet égard, très attentifs à la participation de l'Algérie au prochain sommet de la francophonie qui pourrait inaugurer, prédit-on, une étape nouvelle marquée du sceau du pragmatisme dans ses relations avec cette organisation.

Bensalem Sofiane

<http://www.elwatan.com/archives/article.php?id=8442>

Texte C

Francophobie ?

le 28/09/2006 | 22:06 (EDITO)

L'Algérie a attendu la veille de la tenue, à partir d'aujourd'hui et durant deux jours dans la capitale roumaine Bucarest, du XIe sommet de la francophonie pour annoncer sa présence à ces assises en qualité «d'invité spécial». Alors que lors des deux précédents sommets — celui de Beyrouth en 2002 et Ouagadougou au Burkina faso en 2004 — l'annonce de la participation de l'Algérie avait été faite plusieurs jours avant le jour "J". L'effet d'annonce avait été sous-tendu par des déclarations du ministre des Affaires étrangères de l'époque, M. Belkhadem qui avait créé, un moment, l'événement en laissant entendre la veille du précédent sommet que l'Algérie pourrait intégrer l'OIF. La presse nationale, à commencer par les médias lourds, avait accordé à ces deux sommets un intérêt inhabituel. Il est vrai que la présence à ces deux derniers rendez-vous de la francophonie du président Bouteflika pouvait expliquer dans une large mesure la médiatisation faite par les organes de presse publics de ces événements. L'absence du chef de l'Etat au sommet de Bucarest où l'Algérie sera représentée par le ministre des Affaires étrangères Mohamed Bedjaoui y est-elle pour quelque chose dans le désintérêt, ou en tout cas le manque d'enthousiasme avec lequel l'Algérie s'apprête, selon toute apparence, à prendre part à ce sommet ? Les parrains de l'Oif seront bien embarrassés pour tenter de décoder le faux bond de Bouteflika que l'on pensait gagné à la cause de la francophonie en répondant aux deux précédentes invitations. Entre l'hypothèse de l'empêchement pour cause de maladie et le boycott politique qui ne dit pas son nom, les lectures de la sous-représentation de l'Algérie à ce sommet ne manqueront certainement pas de s'inviter dans les débats et les coulisses du sommet tant l'adhésion de l'Algérie est souhaitée par de nombreux Etats membres avec lesquels notre pays entretient des relations cordiales. Mais aussi parce que l'Algérie constitue le deuxième pays francophone au monde. Une chose est certaine : en franchissant le seuil de la porte des sommets de la francophonie par deux fois, Bouteflika ne pouvait pas manquer à l'appel à l'occasion de cette nouvelle messe de la francophonie sans que son absence ne suscitât des commentaires ici et là. L'Algérie avait-elle un message particulier à adresser à cette organisation et principalement à certains de ses membres influents tel que la France en reconsidérant son niveau de représentation ? La détérioration des relations entre Alger et Paris, depuis notamment la promulgation de la loi du 23 février 2005 glorifiant le colonialisme français en Afrique du Nord, pourrait expliquer les réserves de l'Algérie et son refus de s'engager pleinement dans l'aventure de la francophonie. Mais il n'y a pas que cela. Les pesanteurs internes et les pressions émanant aussi bien du courant dit nationaliste qu'islamo-conservateur pour lesquels la francophonie rime avec néo-colonialisme et «francophobie», pèsent également lourdement dans le débat national sur les relations que doit entretenir l'Algérie avec cette organisation.

Omar Berbiche

<http://www.elwatan.com/archives/article.php?id=50977>

TEXTO D

Qui sommes-nous ?

Le quotidien El Watan a été lancé le 8 octobre 1990, dans le sillage des réformes politiques, par vingt journalistes regroupés dans la SPA El Watan. Premier journal indépendant du matin à être édité en Algérie, il a basé sa ligne éditoriale sur un traitement objectif de l'information, en développant des analyses pertinentes, une vérification rigoureuse des informations publiées et un souci constant d'ouverture à l'ensemble des sensibilités politiques du pays, notamment celle de l'opposition démocratique.

El Watan est devenu également un lieu de débat et de réflexion pour les intellectuels algériens et une tribune permanente de discussion des questions de démocratie et des choix économiques et sociaux du pays. Pour toutes ces raisons, le quotidien a été suspendu à plusieurs reprises durant les années 90. Le harcèlement politico judiciaire a été constant.

Le directeur de la publication est poursuivi pour plus d'une centaine d'affaires et plusieurs fois condamné à des peines de prison. En lui refusant l'accès à la publicité publique et institutionnelle, les pouvoirs publics ont tenté d'étouffer financièrement et commercialement El Watan qui a résisté grâce à la solide réputation, qu'il s'est forgée auprès des opérateurs publics et privés.

La SPA El Watan a créé une agence de publicité et participé à la mise sur pied de coopératives de distribution de journaux. En partenariat avec le quotidien El Khabar, El Watan a acquis des rotatives à Alger, Oran et Constantine, qui lui ont permis d'améliorer substantiellement la qualité d'impression en introduisant également la couleur.

Cette indépendance économique et industrielle a renforcé l'autonomie éditoriale du journal. El Watan s'est enrichi également, au plan éditorial, avec la publication de trois suppléments hebdomadaires (Economie, Télévision et Immobilier) et une édition du week end.

Dans le panorama de la presse algérienne, El Watan se distingue par sa vocation à la fois nationale et régionale. Des rédactions régionales et locales ont été mises sur pied à travers l'ensemble du territoire national. Depuis quelques années, El Watan a fait le pari de l'information de proximité en lançant des éditions régionales pour l'est du pays à partir de Constantine, pour l'ouest du pays à partir d'Oran et pour la Kabylie à partir de Tizi Ouzou et Béjaïa. Ces éditions s'étoffent régulièrement et s'intéressent à ce qui fait la vie concrète des Algériens.

TEXTO E**BOUTEFLIKA AIME LA FRANCE ET LA FRANCOPHONIE**

Mercredi, 22 Mars 2006

On se souvient des paroles « aimables » du Président algérien à l'égard de la France, les Français étant pratiquement traités de nazis. Cela n'a pas empêché le Président BOUTEFLIKA de venir se faire soigner à Paris. Et de dire combien il tenait à signer un traité d'amitié entre les deux pays. Il vient une nouvelle fois de montrer son affection pour la France.

Il y a un an déjà BOUTEFLIKA avait déclaré, avec la plus grande fermeté : « Toute institution privée qui n'accorde pas une priorité absolue à la langue arabe est appelée à disparaître ». Un an plus tard, le voici qui passe à l'acte : il vient de fermer 42 écoles privées francophones pour « déviation linguistique ». Après quelques cafouillages, elles auront finalement jusqu'en juin pour se mettre en conformité avec la loi.

Il y a mis les formes, puisque c'est la police elle-même qui est intervenue dans plusieurs villes, en application d'une ordonnance présidentielle exigeant d'enseigner « obligatoirement en langue arabe dans toutes les disciplines et à tous les niveaux ». Au cas où l'on n'aurait pas compris, s'il y avait quelques récalcitrants, des peines de six à douze mois de prison sont prévues contre eux. Difficile de montrer un plus grand amour de la France et de sa langue.

La plupart localisées à Alger et en Kabylie, ces écoles privées sont de création assez récente, remontant à une légère ouverture démocratique en octobre 1988. Le Figaro, qui rapporte cette information, explique que leurs créateurs, souvent laïques, voulaient que leurs enfants échappent à l'arabisation dogmatique, qui formait « des analphabètes bilingues ». L'un de ces créateurs déclare au Figaro : « Notre objectif était de donner à nos enfants un savoir scientifique et rationnel et de les protéger contre l'influence des islamistes, qui leur apprenaient le djihad (guerre sainte) et les techniques de lapidation de la femme adultère ».

Ce réseau s'est développé, avec une centaine d'établissements et 25.000 élèves. Ces écoles préparaient aux examens français. Tout cela en faisait évidemment la cible privilégiée de ceux qui ont fait de « l'école arabo-islamique authentique leur fond de commerce ». Mais surtout la présence de ces écoles obligeait les écoles publiques, selon le principe habituel de la concurrence, à réagir pour ne pas être désertées. C'en était trop : il fallait mettre fin à cette expérience insupportable pour les extrémistes religieux, relayés par M. BOUTEFLIKA.

Le crime de ces établissements privés : « franciser l'école et franciser l'Algérie, imposer une école du déracinement qui renie la langue arabe et l'Islam ». Désormais, l'enseignement du droit coranique est obligatoire dans toutes les filières du secondaire.

Mais Le Figaro rapporte aussi que cela n'a pas empêché « les barons du régime » de mettre leurs enfants à l'abri, dans des classes « spéciales francophones » du lycée Bouâmama (c'est à dire de l'ancien lycée DESCARTES) d'Alger. Une sorte d'établissement public « privatisé » au profit des privilégiés du régime. Comme toujours avec la nomenklatura, il y a moyen de s'arranger. Ne pas confondre les dirigeants et le peuple : plus le peuple est ignorant plus les dirigeants peuvent l'asservir.

Oui, le grand Président BOUTEFLIKA a raison : il est urgent de signer le traité d'amitié entre la France et l'Algérie, pour concrétiser l'amour qu'il porte à notre pays.

<http://libres.org/actualite/1721-bouteflika-aime-la-france-et-la-francophonie.html>